

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZANOVE:

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares – Primeiro Secretário e Maria Isabel Santos Barbosa – Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **1º Período de intervenção do Público**
2. **Informações Gerais**
3. **Período de Antes da Ordem do Dia**
4. **Ordem do Dia**
5. **2º Período de intervenção do Público**

Pontos da Ordem do Dia:

Ponto um: Aprovação da Ata n.º 12, Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2019;

Ponto dois: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - *Apreciação*;

Ponto três: Certificação legal das contas do Município – *Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Conhecimento e apreciação*;

Ponto quatro: Prestação de Contas Individuais/2018 (I/25992/2019) – *Apreciação*;

Ponto cinco: Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 (I/25756/2019) – *Aprovação*;

Ponto seis: 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2018 (I/25600/2019) – *Aprovação*;

Ponto sete: Proposta de Deliberação - *Ratificação de protocolo celebrado com a ERSUC no âmbito de candidatura ao Aviso n.º 11-2018-14 do POSEUR (I/15669/2019)*;

Ponto oito: Pedido de consentimento para alteração de Contratos de Financiamento da Concessão – *INDAQUA Oliveira de Azeméis (I/25649/2019) – Aprovação*;

Ponto nove: Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ossela e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/17810/2018) – *Aprovação*;

Ponto dez: Proposta de Aprovação do Acordo de Cooperação do Projeto VOHR (Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência) (I/7646/2018);

Ponto onze: Protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclos de Conferências Às Quartas com..” 2019/2020 (I/20225/2019) – *Aprovação de minuta*;

Ponto doze: Pedidos de isenção total/parcial de taxas pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis, apresentados por:- *Marina Reis;- Ângela Gomes; e Agrupamento de Escolas Soares Basto (I/21539/2019) - Aprovação*;

Ponto treze – Proposta de isenção total de reposição do pavimento e redução parcial de 50% do valor da ligação do ramal de águas pluviais – Victor Manuel de Oliveira Pinho (I/25709/2019) – Aprovação; =====

Ponto catorze – Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de parcela de terreno junto à Estalagem São Miguel (I/21016/2018) – Aprovação; =====

Ponto quinze – Desclassificação de parte do Caminho 86 aprovado no Cadastro de Caminhos Públicos de Macieira de Sarnes (I/21764/2019) – Aprovação; =====

Ponto dezasseis – Passe Único: Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) – Participação dos Municípios (I/25384/2019) – Autorização; =====

Ponto dezassete – Normas de Participação Circuito Atletismo Paulo Ferreira e Normas de Organização e Participação em Provas Columbófilas de Oliveira de Azeméis (I/25645/2019) – Aprovação; =====

Ponto dezoito – Normas de Participação e Funcionamento Exploração de Equipamentos na Animação de Verão “3720” (I/21921/2019) - Aprovação; =====

Ponto dezanove – Aprovação do Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes (I/12869/2019); =====

Ponto vinte – Retificação da proposta de deliberação I/10568/2017 – Relocalização do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, sito na freguesia de S. Roque, Oliveira de Azeméis (I/19360/2019) – Aprovação; =====

Ponto vinte e um – Sinalização vertical para a Rua José Ferreira Silva Souto, S. Tiago de Ribai (I/18364/2019) – Aprovação; =====

Ponto vinte e dois – Colocação de sinais de trânsito na Rua das Cerejeiras, Rua das Cavadas e para a Rua das Carvalhas - Ossela (I/17286/2019) – Aprovação; =====

Ponto vinte e três – Pedido de dois lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida junto à Igreja Matriz na Freguesia de Nogueira do Cravo (I/25016/2019) – Aprovação;

Ponto vinte e quatro – Postura de Trânsito para a Sinalização do Caminho de Fátima do Centenário – Concelho de Oliveira de Azeméis (I/26216/2019) – Aprovação; =====

Ponto vinte e cinco – Transação no âmbito do Proc.º nº 934/11.7TBOAZ (I/22127/2019) – Aprovação de Acordo. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS)**: Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Simão da Costa Godinho, Teresa Daniela da Costa Xará, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Adriano Pinto Moreira. =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD)**: António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira,

António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Carla Preciosa Paiva Freitas, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa. =

=====**Do Partido Popular (CDS/PP):** Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes. =====

=====**Independente:** Augusto Moreira da Silva.=====

=====*A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Teresa Daniela da Costa Xará que marcou presença nesta Assembleia para substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Bernardo Amaro Moreira Simões; Adriano Pinto Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o senhor Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, Manuel Alberto Pereira; António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Carlos Costa Gomes; Carla Preciosa Paiva Freitas que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Liliana Marisa Pinto da Silva, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

=====**Ausência de Membros:** António Luís de Fonseca e Grifo (PSD) e José Filipe da Silva Carvalho (PSD). =====

=====*A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====*

=====*“Meus senhores, vamos dar início à Sessão. Já temos quórum. Estão ainda algumas pessoas a faltar, mas espero que cheguem brevemente. Muito boa tarde, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras; Senhores Deputados e senhoras Deputadas; Comunicação Social, funcionários da Câmara Municipal que apoiam esta Assembleia, senhores Presidentes de Junta aqui presentes, público e todos os espetadores que nos seguem lá em casa, na transmissão direta desta Assembleia Ordinária de 30 de abril de 2019. Vamos então dar início aos trabalhos.” =====*

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

=====**INFORMAÇÕES GERAIS** =====

=====*Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

=====*“Quero comunicar a esta Assembleia que, a senhora Deputada Rosa Maria de Castro Rodrigues apresentou a sua renúncia ao mandato, a 24 de abril. Ao abrigo do disposto no n.º 4, do art.º76 da Lei n.º 169/99, de 18.09 e respetivas alterações, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, para preenchimento da identificada vaga, ao qual dou posse imediata nesta Assembleia, o senhor José Ramos da Silva, que já está aqui presente e cuja identidade já foi verificada. Quero também dizer-vos que hoje a Sessão se iniciou ao som da Banda de Música de Santiago de Riba-Ul e também se irá finalizar com essa música. Portanto, desde já, os meus agradecimentos à Banda, por ter disponibilizado as faixas sonoras para podermos aqui continuar a acompanhar as Sessões como tem sido habitual, com música*

das bandas de Oliveira de Azeméis. Os grupos municipais entregaram-me um voto de louvor, que passo a citar: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de louvor a Luís Onofre, pela sua nomeação como presidente da Confederação Europeia de Indústrias de Calçado. Como um dos mais reconhecidos empresários do Concelho de Oliveira de Azeméis, e um dos mais influentes no sector do calçado, esta nomeação torna Luís Onofre um importante embaixador do Concelho, da qualidade da nossa indústria e da sua capacidade de inovação permanentes.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o voto de louvor apresentado, sendo o mesmo admitido e aprovado por unanimidade. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com a sua intervenção: =====

===== “Penso que há também a intenção de um voto de pesar, o Bruno Aragão vai fazer essa apresentação.” =====

===== “Boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa, Senhora Presidente e pedir-lhe que pudéssemos fazer este voto de pesar depois do período que agora teremos, porque nós articulamos entre os líderes dos grupos municipais e o Professor Albino ficou de trazer esse voto. Foi o que acordamos, fazia sentido que pudesse ser o PSD a fazer a sua leitura, a apresentá-lo, ainda que todos, naturalmente, o assinássemos. Portanto se não vir inconveniente, fazemos agora o PAOD e antes de iniciarmos a Ordem de Trabalhos fazemos a apresentação do voto de pesar.” =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Muito bem, não vejo inconveniente nenhum. Vamos então dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia e no final faremos a apresentação do Voto de Pesar.” =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra à senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, Florbela Silva**. =====

===== “Excelentíssima senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. “Na semana passada foi apresentada na Assembleia da República uma proposta de lei, que estabelece o regime jurídico das freguesias, que abre uma janela de oportunidade para a população dos municípios e das freguesias que foram forçadas a integrar uma União de Freguesias, e desde que as freguesias cumpram alguns requisitos (como o número de eleitores ou a distância à sede do concelho, por exemplo), poderem pedir a desagregação dessas Uniões de Freguesias. Também sabemos que esta discussão não poderá ocorrer até as próximas eleições legislativas. Mas, senhora Presidente, senhores Deputados da Assembleia Municipal, foi aberta esta janela de oportunidade. É possível, na nossa ótica, que esta Assembleia Municipal, em estreita cooperação com a Câmara Municipal, lidere este processo de discussão e promova no nosso concelho, nas três Uniões de Freguesias constituídas, impostas por decisão governamental, a realização duma auscultação pública, por meio de referendo ou de outro meio,

para saber se a população respetiva está interessada em que a sua freguesia integre a União de Freguesias a que está agregada, ou se pretende a sua desintegração da União. Como é bem sabido de todos, a agregação das freguesias em Uniões de Freguesias resultou das exigências da troika e da falta de coragem em cumprir o que essa mesma troika impunha, que era a redução de Municípios. Em Oliveira de Azeméis ninguém concordou com a diminuição das freguesias, e na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal sempre houve unanimidade na recusa de tal decisão, mas ela acabou por nos ser imposta. Havendo a oportunidade de repor esta injustiça, vamos também através deste órgão criar as condições para ouvir a população afetada com esta decisão, e respeitar a cultura e a história das nossas gentes. Deve o nosso Município aproveitar esta oportunidade para conseguir impor a sua vontade, devolvendo às freguesias que perderam a sua autonomia, o seu estatuto, a sua legitimidade fiscal e os seus órgãos autárquicos. É a hora dos órgãos autárquicos se voltarem a pronunciar e fazer ouvir a sua voz para que, em Lisboa, se saiba que não concordamos com a realidade existente. Para esse efeito o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aceitação desta proposta, nos seguintes termos e no respeito pelos antecedentes considerandos: - Se proceda à constituição, no seio desta Assembleia Municipal, de um grupo de trabalho ou de uma Comissão, composta por um elemento de cada um dos grupos parlamentares e também do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de cada uma das Uniões, a senhora Presidente e o senhor Presidente da Câmara Municipal, que fique incumbida de organizar todo o processo legal para, logo a seguir às eleições legislativas, se proceder à auscultação aos munícipes das nossas freguesias agregadas em Uniões, para sabermos das suas vontades de manterem a sua freguesia agregada na respetiva União de Freguesias, ou se votam pela sua desagregação; - Que, após a realização das eleições legislativas, na sessão subsequente às mesmas se aprove, em Assembleia Municipal, todo o processo legal organizado por esta Comissão ou grupo de trabalho e se agende a data para se proceder à consulta em todas as freguesias afetadas; - Que, após os resultados da consulta pública, e em respeito pelos seus resultados, se dê cumprimento à vontade expressa pelos munícipes e se apoie a concretização dessa vontade.” Tenho em meu poder algumas fotocópias dos documentos que vou entregar aos líderes dos grupos municipais e à senhora Presidente. Obrigada.”

=====
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “É uma proposta?” =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarne, Florbela Silva.** =====
 ===== “Sim é uma proposta.” =====
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “ Temos que votar esta proposta. Alguém quer fazer alguma intervenção sobre a proposta?” =====
 ===== Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à admissão, a qual foi admitida por unanimidade. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== “Muito obrigado senhora Presidente. Muito obrigado à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes por trazer cá um tema que já havíamos trazido neste mandato, não só a propósito deste tema, mas também da descentralização. Achamos que é altamente pertinente. No entanto, preferiríamos que houvesse previamente um acordo entre os líderes dos grupos municipais, por isso é que eles foram constituídos. Então aí, não vejo nenhum problema em que se possa constituir uma Comissão, elas estão previstas até no Regimento desta Assembleia e, essa Comissão sim, a fim de deliberar, ou pelo menos organizar aquilo que deve ser o seu mandato enquanto Comissão. Não ficaria minimamente confortável em aprovar uma proposta que já mandata uma Comissão que ainda se vai formar, com todo o plano de trabalhos. Nesse sentido, e sem nenhum demérito, ainda bem que trouxe o tema novamente, votaremos contra esta proposta.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== “Cumprimentar Vossa Excelência, a Mesa, membros do Executivo, o senhor Presidente da Câmara e demais colegas, e demais imprensa. Eu acho que aquilo que se propõe... Vamos ver uma coisa Dr. Bruno Aragão: esta minha intervenção é meramente construtiva. Se calhar não percebeu bem. O que aqui se propõe é, em função de um projeto de lei que vai estabelecer o regime jurídico das freguesias, pressupondo que esse projeto de lei é aprovado, era fazer já uma antecipação, ou seja, nós, Assembleia Municipal, anteciparmo-nos a essa construção jurídica que se vai fazer, pedindo uma auscultação às populações. Isso é absolutamente legal, de acordo com o projeto-lei que parece que vai ser aprovado e nesse seguimento fazíamos a constituição de uma equipa, a designar e a constituir, e isso através dos grupos parlamentares, com os membros a definir que não tem que ser feito agora. Tem que ser feito depois. Penso que é de toda a pertinência, eu acho de toda a pertinência nós deliberarmos essa Comissão, nem que seja para constituir futuramente. Acho que houve aqui algum equívoco. A proposta é no sentido de nós constituirmos uma Comissão com pessoas a designar, com reuniões que podem ser feitas, mas ela ficaria já deliberada e constituída. É só este o apontamento que quero dar.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Senhora Presidente, não há equívoco nenhum. Mantenho, exatamente, aquilo que disse. Sem demérito, aliás já o disse à senhora Presidente da Junta de Freguesia, pela colocação do tema que acho absolutamente fundamental, também já o fizemos. Os líderes dos grupos municipais reunirão e farão essa proposta a esta Assembleia. O que está aqui a ser votado, *ipsis verbis*, é a proposta que a senhora Presidente da Junta de Freguesia, e muito bem, redigiu. A proposta é claríssima: diz como é a sua constituição e qual é o seu mandato. Como acho que isto é extemporâneo ao que deve ser o trabalho dos grupos parlamentares, faremos chegar

devidamente, independentemente do momento em que possa sair a lei. Portanto, pode vir já à Assembleia de junho, se entretanto não houver uma extraordinária, a constituição desse grupo. É muito claro aquilo que eu disse e é muito claro aquilo de que estamos aqui a falar.” =====
 ===== Posteriormente a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, a qual foi rejeitada por maioria, com a seguinte votação: - a favor: onze votos do PSD, três votos do CDS/PP e um voto do Independente; - contra: dezanove votos do PS. =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Márcia Gomes**, do PS. =====
 ===== “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.^a Helena Santos, senhora e senhor Secretários; Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores; Caros membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social aqui presente, Oliveirenses. Como escreveu Manuel Alegre: “De mãos é cada flor, cada cidade/ Ninguém pode vencer estas espadas/ nas tuas mãos começa a liberdade.” No passado dia 25 celebrou-se o dia da liberdade. O dia 25 de abril de 1974 marcou uma viragem histórica no nosso país. A ditadura, a repressão, o lápis azul, deram o lugar aos primeiros passos da democracia, da liberdade e do sonho da igualdade. Nos dias de hoje, afastados dos dias da repressão e violação dos direitos mais basilares de qualquer sociedade, vive-se em liberdade. Ao poder é confiada uma figura abstrata, a qual através das suas múltiplas terminações e concretizações se verga abstratamente ao ideal do interesse público e por ele traça caminhos e define objetivos. Mais do que indivíduos, formamos uma comunidade com interesses próprios e que, sem desrespeito pela individualidade e unicidade de cada ser que a compõem, exige para si um contexto de estabilidade e de conforto, conducentes a nada menos que a prosperidade. Não apenas económica, mas também e sobretudo diria eu, existencial. É nesta transferência de poder que reside um dos maiores desafios das democracias, desde todo o sempre da sua existência. A referida transferência alivia o ser humano da árdua tarefa de assumir no mundo todo e as suas múltiplas e infinitas diferenças, encontrar semelhanças e fundamentos comuns de atuação e desta forma separar o justo do injusto, o correto do natural, o desejável do desnecessário, enfim, de atento à diversidade de encontrar um pano de fundo comum a todos os seres humanos, a todos nós. Por isso, e coletivamente, em ciclos de espaço temporalmente definidos somos chamados às urnas, para de forma igualitária e secreta, respeitando assim as nossas convicções e ideologias, expressar o nosso voto e designar os representantes dos seus interesses. Já há muito que, os desafios e as políticas que lhe pretendem dar resposta deixaram de estar confinados aos 92.391km² que delimitam o nosso território. Em 12 de junho de 1985, foi assinado o Tratado da Adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia. O estreitamento das relações entre Portugal e a União constituiu um dos objetivos da política nacional após a Revolução de Abril, desde o primeiro Governo provisório. Os primeiros governos constitucionais encontraram bastantes dificuldades para levarem por diante o processo de democratização e modernização da sociedade portuguesa. A entrada na

União facilitou esse processo. São vários os desafios que hoje se colocam a este projeto europeu, como todos bem sabemos. Basta pensarmos nas questões que hoje são uma realidade e se discutem, como: o Brexit, o terrorismo, os migrantes, o desemprego jovem, as alterações climáticas. De qualquer forma, Portugal é hoje um país bem diferente. E, diferente para muito melhor e muito disso também deve à Europa. Quarenta anos depois da primeira eleição, a Europa enfrenta um dos momentos mais importantes desde a sua criação. No mês de maio, 400 milhões de cidadãos europeus são chamados a votar para o Parlamento Europeu. Mais do que lugares, estão em confronto tendências políticas, contra e a favor do projeto europeu. Nas primeiras eleições europeias, em 1979, a taxa de participação foi de 62%; Em 2014 apenas 43% dos eleitores foram às urnas. Além da abstenção, as eleições no final de maio enfrentam o grande desafio da pressão das forças populistas, com as sondagens a indicarem um hemiciclo mais fragmentado. Hoje, é inegável porque é evidentemente notório para todos, que as políticas nacionais são altamente influenciadas pelas políticas europeias. É em Bruxelas que se decidem as grandes orientações. É na Europa que está o poder de decisão. Este é um facto incontornável, e por isso o voto nas europeias é fundamental, hoje mais do que nunca. Não há nenhuma solução para os problemas que enfrentamos que não passe pela Europa. Pensar que a crise acaba no dia seguinte a rompermos com a União Europeia, só existe na cabeça de quem não tem a mínima noção da realidade. Nesse sentido, o voto nestas eleições, como noutras, é determinante para dizermos que caminho queremos para a nossa vida coletiva, para todos. Quanto mais não seja, porque estivemos mais de quarenta anos sobre ditadura, sem a hipótese de fazermos escolhas e esse foi um direito que custou demasiado a conquistar, para que agora nos demitamos e entreguemos nas mãos de outros as escolhas que competem a cada um de nós. Ter esperança num futuro melhor não chega. Desta vez, temos de assumir as nossas responsabilidades. O voto é a nossa arma, façamos uso dela. Qualquer que seja a nossa escolha há uma campanha comum, certamente. A campanha pelo voto e contra a abstenção. Enquanto eleitos, também isso nos compete. Viva a democracia. Viva a liberdade.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====
 ===== “Cumprimentar a senhora Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e restante vereação, caras deputadas e caros deputados municipais, público em geral, todas aqueles que nos estão a ver e a ouvir em casa. Senhor Presidente queria dar em primeiro lugar uma nota e dizer que: Decorreu na passada sexta-feira a votação final global, do texto final, dos projetos de resolução do PSD, CDS/PP, BE e PEV que recomendava ao governo que adotasse medidas para despoluir os rios Antuã, Ul, Ínsua e Caima, no concelho de Oliveira de Azeméis. Resoluções e texto final foram aprovados por unanimidade. O Grupo Parlamentar do PSD tomou a iniciativa, mas houve aqui claramente uma unanimidade, que permitiu construir e aprovar um texto final cuja preocupação se centra unicamente num objetivo - a melhoria da qualidade da água destes rios -, que vai permitir com isso uma melhoria da qualidade de vida de todos os Oliveirenses e de todos aqueles que pretendem visitar o concelho de Oliveira de

Azeméis e verem as magens dos nossos rios e de toda a envolvente muito mais limpa e despoluída. Uma outra questão, que trago, senhor Presidente, e uma situação que preocupa o grupo municipal do PSD de Oliveira de Azeméis tem a ver com o Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo. O Senhor Presidente certamente sabe que eu, juntamente com os deputados do distrito de Aveiro eleitos pelo PSD, visitamos a instituição no dia 15 de Abril. E visitamos para nos inteirarmos de toda a situação que, para nós, é uma situação preocupante que tem a ver com o encerramento da creche daquela instituição e tem a ver, também, com a suspensão de contrato intentado por algumas funcionárias. Graças a Deus temos neste momento na instituição várias funcionárias a trabalhar. E dizer, Senhor Presidente, que graças à resiliência e perseverança da direção e destes funcionários que continuam a trabalhar, a instituição, tem feito todos os possíveis para dar continuidade ao trabalho desenvolvido e aqui reconhecer, perante esta assembleia municipal, o papel social inestimável desenvolvido pelo Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo, bem como de todas as instituições particulares de solidariedade social que prestam um trabalho essencial no apoio aos nossos idosos e às crianças Oliveirenses. Dar nota a esta assembleia, que nessa mesma semana (nomeadamente a 17 de abril), tive a oportunidade de interpelar a tutela, sob a forma de pergunta escrita ao senhor Ministro no sentido de esclarecer e perceber a falta de resposta do Instituto de Segurança Social aos sucessivos pedidos feitos ao Fundo de Socorro Social e que não houve por parte da tutela uma resposta. Lamento que não tenha existido vontade política para resolver e para despachar um pedido que estava na tutela desde 2007 ou neste caso na Segurança Social de Aveiro. Vários pedidos foram feitos pela instituição até chegar ao ponto que estamos hoje em que a instituição depara-se com dificuldades financeiras. Salientar aqui que no passado, a ação social do município, teve sempre um papel muito mais interventivo e ativo. E perguntam: de que modo? E digo, senhor Presidente: Andando no terreno, visitando as nossas instituições, conhecendo e antecipando as realidades das nossas instituições do Concelho. Não estou com isso a dizer que o atual executivo não o faz. Simplesmente nestas situações temos de ter uma atitude muito mais preventiva, no sentido de dar um acompanhamento muito mais ativo a estas instituições que prestam um trabalho essencial para o Concelho. Recordo o exemplo da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. Foi uma associação que teve algumas dificuldades no passado e hoje todos reconhecemos que continua a desenvolver esse papel. Sr. Presidente, a questão que lhe coloco é: Que medidas de apoio está a Ação Social do município de Oliveira de Azeméis a tomar neste momento para auxiliar esta instituição (Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo), nomeadamente que apoios financeiros tem e que possam ser dispensados a esta instituição e, eventualmente, a instituições que necessitem também deste mesmo apoio? E perceber também, senhor Presidente, se tem conhecimento, se no município de Oliveira de Azeméis existe mais alguma instituição que tenha pedido Fundo Socorro Social à Segurança Social?”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Melo**, do CDS/PP. =====

=====
“Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal. Comunicação Social, Oliveirenses e todos os que nos ouvem através da Azeméis FM e Azeméis TV. Celebramos há cinco dias atrás, os quarenta e cinco anos da Democracia em Portugal. Em boa verdade, o 25 de Abril foi o início de um processo complexo de uma revolução militar liderada pelo MFA (Movimento das Forças Armadas), composta por capitães e oficiais milicianos que vivenciavam uma guerra colonial, ainda bem presente e sob a influência de um regime que já durava há cerca de quarenta anos, onde as suas reivindicações eram de índole corporativista com uma luta pelo prestígio das Forças Armadas. Após esse dia, Portugal sofre um período de agitação social, política e militar conhecida como o PREC (Processo Revolucionário em Curso). Processo este, marcado por manifestações, ocupações, governos provisórios, nacionalizações e confrontos militares que terminaram com o 25 de novembro de 1975. Sim. A conquista da liberdade e da democracia em Portugal teve o seu processo finalizado e concretizado, apenas em 25 de novembro de 1975, o qual deu origem à nova Constituição da República Portuguesa, apresentada em 25 de abril de 1976. Celebramos, então, o 25 de abril sem esquecer a data, também ela importante, do 25 de novembro de 1975, com a responsabilidade que a democracia nos dá. Nos dias de hoje, numa altura em que a classe política é alvo de um grave problema de descredibilização, a questão da ética merece ser trazida à memória de todos os atuais titulares dos cargos públicos. Se não quiserem prejudicar mais a democracia, que bem se lembrarão, tanto custou a conquistar, e que urge preservar para os nossos vindouros. Gostaria de lembrar que desde tempos bem remotos, filósofos e grandes pensadores das ciências humanas sempre assumiram que nenhuma profissão é mais nobre do que a política, porque exige um grande sentido de responsabilidade e lucidez em todas as suas ações, decisões e palavras, as quais não devem buscar a mera demonstração de força, mas pelo contrário devem ser ponderadas e orientadas para o bem público, sem atender exclusivamente aos interesses e ideias próprias ou do grupo a que pertencem. Nesse sentido, cada titular de um cargo público deve usar prudência e sensatez na expressão das suas opiniões para não ferir suscetibilidades e manter um nível de influência tão largo quanto possível, porque a capacidade de realização e mobilização social aumentará quanto mais larga for a sua base de apoio. As redes sociais vieram trazer inúmeras vantagens em vários domínios, pela rapidez com que processa a comunicação, a difusão de notícias, de ideias, de apelos e se vencem distâncias e isolamentos. Contudo, o uso das redes sociais para alimentar a calúnia e utilização de insultos de baixa índole, além de demonstrar cobardia, é uma péssima utilização dessas ferramentas revelando uma postura antidemocrática por parte de quem utiliza esses métodos de expressão e, que prejudica de forma generalizada a nobre função para que estamos mandatados. Nos últimos tempos, temos assistido a este tipo de comportamentos por titulares de cargos concelhios, alguns dos quais estão aqui sentados, militantes dos diversos partidos, situação que não podemos deixar de denunciar. Alertando para a gravidade da situação por si só, e porque prejudica de forma profunda e, quiçá, irreversível a já débil imagem pública dos políticos em Portugal e representa

também uma enorme traição ao espírito de Abril que acabamos de comemorar. Em conclusão, senhora Presidente, o CDS/PP quer que fique registado em ata que não nos revemos nestes comportamentos nefastos para a democracia em Oliveira de Azeméis. Fazendo o apelo à Excelentíssima Presidente desta Assembleia, para que desencadeie iniciativas que entender mais eficazes de sensibilização, para que possamos viver numa Democracia mais saudável entre nós e a todos os membros desta Assembleia para que dignifiquem o cargo que ocupa, aos responsáveis dos partidos políticos, para com os seus militantes os sensibilizem para que assumam posições ponderadas em todos os lugares e ocasiões, abstendo-se de caluniar e ofender quem quer que seja e que façam desta casa o lugar por excelência para debater civilizada e frontalmente todas as propostas e ideias que aqui sejam apresentadas e debatidas, em memória do 25 de abril, em memória de Ângelo Azevedo que, como tantos outros, aqui foi um exemplo de civilidade e dignificação da função governativa. Muito obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Muito boa tarde a todos. Cumprimentar em primeiro lugar a senhora Presidente da Assembleia Municipal, os senhores Secretários, os membros do Executivo – Caros Colegas, os senhores Deputados desta Assembleia; Os senhores Presidentes de Junta, cumprimentar também o público presente, Comunicação Social e todos os Oliveirenses que nos acompanham a partir de casa. Eu, enfim, gostaria em primeiro lugar de desejar que tenham passado uma boa Páscoa, na companhia das vossas famílias. Naturalmente gostaria aqui de deixar o nosso pesar e julgo que isso vai acontecer no voto de pesar que vão apresentar daqui a pouco. Em meu nome pessoal e em nome de todo o Executivo, em relação ao falecimento do senhor Ex-presidente da Câmara, Comendador Ângelo Azevedo. Tive a oportunidade de trabalhar num Executivo liderado por ele entre 1993 e 1997 e, naturalmente que tivemos as nossas divergências políticas, mas ambos soubemos, apesar da diferença de idades (eu na altura era muito jovem), respeitarmo-nos mutuamente e colocarmos acima de tudo aquilo que é realmente importante e aquilo que era realmente importante era o desenvolvimento do nosso Concelho e a melhoria da qualidade de vida da população que ambos servíamos. Portanto, eu gostaria de relevar aqui o empresário e o legado empresarial que naturalmente, nos deixou. Relevar também o autarca e tudo aquilo que conseguiu construir em prol do nosso concelho, mas gostaria de relevar, sobretudo, a sua dimensão humana, e naturalmente o sentimento de saudade e de perda que gera em todos nós. Queria também deixar votos de rápidas melhoras ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Bernardo Amaro Simões e desejar que rapidamente volte ao nosso convívio. Em relação à intervenção da senhora Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, **Florbela Silva**, eu não tenho rigorosamente nada a dizer. Já está decidido. A Assembleia decidiu o que muito bem entendeu. É evidente que é uma discussão que se vai pôr, naturalmente temos que avaliar este processo da Reorganização Administrativa do Território; perceber se aquilo que eram os seus propósitos foram alcançados e naturalmente discutir com toda a serenidade e profundidade aquilo que nós queremos em termos de Reorganização

*Administrativa para o nosso território. O executivo camarário estará disponível para convosco e para com a própria sociedade civil, com os executivos de Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia, discutirmos esta matéria. Ela vai estar em cima da mesa e é da máxima importância. Em relação à intervenção da senhora Deputada **Márcia Gomes**, o apelo que faz e o diagnóstico que fez em relação ao que está em jogo nas próximas eleições europeias de 26 de maio. Naturalmente que é bom que todos percebamos a importância daquilo que se joga neste xadrez europeu, e que tenhamos a disponibilidade para participar não só da discussão do projeto europeu, que é para além de um projeto económico, sobretudo um projeto social. Portanto, todos nós devemos sentir orgulho nesse projeto, devemos sentir orgulho em fazermos parte desta comunidade evoluída, que respeita os direitos humanos, enfim, com altos e baixos como é evidente. Uma comunidade que procura integrar outros povos, uma comunidade que sabe posicionar-se no mundo como um espaço amplo de debate, um espaço amplo de respeito, de cidadania e de democracia. Portanto, é bom que tenhamos esta leitura, que percebamos o que está em jogo e que tenhamos, naturalmente, a disponibilidade de discutir o projeto europeu e que participemos ativamente nas próximas eleições. Obviamente que seria um péssimo sinal que os portugueses, através de uma abstenção massiva, mostrassem um afastamento de um conjunto de decisões que afetam o seu quotidiano. Em relação à intervenção da senhora Deputada **Helga Correia** sobre o projeto de resolução aprovado para despoluir os nossos rios: Naturalmente que é uma excelente medida. Tendo no entanto bem presente que a despoluição dos rios não se faz por decreto, nem projetos de resolução. Faz-se com políticas ativas e necessariamente tudo isto tem a ver com um conjunto de fatores. Portanto, nós não conseguimos despoluir os nossos rios por secções. Eles têm que ser despoluídos também a montante, naturalmente que temos que forçar os efeitos de fiscalização, temos também que procurar evoluir para além da fiscalização, com muita pedagogia, às pessoas, no sentido de não fazerem descargas ilícitas para os nossos percursos de água. Temos que procurar resolver os problemas dos caudais indevidos. Temos também necessariamente que avançar de forma expressa, de forma clara, naquilo que são as nossas taxas de cobertura da rede de saneamento. Obviamente aquilo que nós percebemos é que quando temos uma grande parte das águas residuais que produzimos diariamente no Concelho, a serem enviados diretamente para os nossos cursos de água, falta-nos alguma legitimidade para exigir que o Governo resolva este problema, com as medidas que foram elencadas e que são perfeitamente válidas, mas que naturalmente são prejudicadas pelo facto de não termos uma taxa de cobertura da rede de saneamento que seja só por si um “elemento despoluidor” dos nossos cursos de água. É evidente que a fiscalização é muito importante, mas o problema não é só de fiscalização, ela tem a ver com as descargas ilícitas – continuamos a ter mais de 60% das nossas águas residuais sem tratamento, esse passo é significativo. Obviamente que o Governo poderá e deverá fazer o seu papel, mas nós temos aqui o “mea culpa” a fazer, e temos que resolver esse problema porque só assim teremos cursos de água límpidas, agradáveis, águas que possamos voltar a utilizar como fazíamos no passado, para nosso desfrute e prazer. Em relação à situação do Centro Social de Nogueira do Cravo: Este assunto foi tratado com a serenidade e*

com recato que uma situação com esta sensibilidade exige. Estamos a falar de pessoas, idosos e crianças... Estamos a falar de postos de trabalho e estamos a falar também do prestígio de instituições como a Segurança Social, como o próprio Centro Social de Nogueira do Cravo, a Câmara Municipal e a própria Junta de Freguesia. Portanto, não fomos nós que com a nossa atuação no momento difícil da vida de uma instituição que nos merece todo o respeito e consideração precisamente pelo trabalho que desenvolve conforme referiu, que aproveitamos este momento para fazer algum tipo de aproveitamento político, com um conjunto de afirmações que são afirmações que naturalmente não acolhem. Aquilo que nós gostaríamos de dizer de forma clara é que este assunto foi tratado com quem de direito, no tempo e com a ponderação e serenidade que se exige nestes momentos. Aquilo que foi feito, foi procurar encontrar uma solução para que o Centro Social de Nogueira do Cravo não só resolvesse o seu problema imediato, mas naturalmente resolvesse os seus problemas para o futuro. É isso que todos nós desejamos. É evidente que eu não vou aqui responder em nome da tutela. Caberá à tutela dar essas respostas, aquilo que eu lhe posso dizer em termos daquilo que refere como uma atitude preventiva e proativa, é dizer que estamos a falar de instituições privadas que obedecem a regras legais e, naturalmente, não cabe à Câmara Municipal substituir-se a essas instituições. Nós estamos atentos, acompanhamos essas instituições, mas naturalmente não as substituímos naquilo que são as suas responsabilidades e naquilo que é o papel que têm que desempenhar. Referiu a situação da Associação de Melhoramentos Pró Outeiro, como um caso onde felizmente as coisas funcionaram bem, mas eu lembraria por exemplo o caso da Comossela, onde nós quando chegamos ao Executivo camarário, a Comossela tinha 40.000,00€ que estavam por pagar no âmbito do programa PARES há imenso tempo. O executivo não assumia os compromissos que havia assumido e a própria instituição foi obrigada, precisamente, a recorrer ao fundo de socorro social. Lembro também a situação dramática que viveu o Centro Leonilda Aurora da Silva Matos, onde naturalmente a atitude preventiva que eventualmente o executivo possa ter nesse tempo, não impediu que a situação financeira da instituição se degradasse e chegasse ao ponto onde chegou, tendo mesmo chegado a uma situação de insolvência. Quer isto dizer o quê? Quer isto dizer que cabe à Segurança Social fazer o acompanhamento da situação dessas instituições, porque é com essas instituições que a Segurança Social tem os acordos de cooperação. Portanto, garante a sua sustentabilidade. Agora, obviamente que a Câmara Municipal estará sempre disponível para ajudar essas instituições, naquilo que são os seus projetos de investimento que trazem respostas para a comunidade, para a própria população. Obviamente que a Câmara Municipal nunca será um fundo de socorro social. A Câmara Municipal nunca estará aqui para acudir àquilo que podem ser erros de gestão acumulados, mas podem ser um conjunto de vicissitudes que contribuíram para as dificuldades que a gestão tem num dado momento. Todo este trabalho ponderado e sereno, como disse, foi feito, houve uma articulação frequente com o senhor Presidente da Junta de Freguesia por parte do senhor Vereador com responsabilidades nesta matéria. Houve uma articulação permanente entre a Câmara Municipal e a Segurança Social. Eu próprio tive oportunidade de falar com ecónomo

da diocese do Porto, no sentido de ultrapassarmos rapidamente estas dificuldades com uma verba que veio ser disponibilizada, para podermos acudir ao pagamento dos salários que as trabalhadoras reivindicavam porque foi essa a forma que nós encontramos para garantirmos o funcionamento da instituição, pelo menos nas valências como o Centro de Dia, Serviço Domiciliário para além do apoio social. Portanto, neste momento, aquilo que está a ser feito é procuramos encontrar uma solução que permita à futura direção, com tranquilidade, garantir a continuidade da instituição. Essa direção que vier a ser constituída encontrará seguramente na Câmara Municipal um parceiro disponível. Dentro do quadro das nossas competências estamos aqui para dizer presente, foi isso que aconteceu no passado e certamente acontecerá no futuro, sempre que essas instituições precisarem da nossa colaboração. Em relação à intervenção do senhor Deputado **Jorge Melo**: Eu não tenho nenhuma consideração a fazer sobre essa intervenção. Mas deixe-me que lhe diga que concordo que temos que elevar o nível do debate político, temos que elevar o nível da participação cívica. Nós não podemos permitir que os municípios entendam que denúncias feitas nas redes sociais são denúncias feitas ao executivo camarário. Não podemos sequer achar que muitas das formas que são utilizadas para se abordarem os problemas nas redes sociais são formas razoáveis. Porquê? Porque muitas das vezes as pessoas, ou diria mesmo na grande maioria das vezes, não estão na posse da informação que as leva a fazer aquele tipo de juízos. Agora, quando estamos a falar de pessoas que desempenham funções, naturalmente terá que haver algum recato e cuidado nas afirmações que produzimos. Mas não nos esqueçamos que mesmo ao mais alto nível, nós encontramos muitas vezes e mesmo muitas vezes nas sessões que temos no Parlamento, encontramos um conjunto de acusações, encontramos um esgrimir, um conjunto de argumentos que em nada abona para a credibilização da atividade política. Isso faz parte da natureza humana, nós somos assim. Eu quero acreditar que tendemos para melhorar aquilo que é a bordagem, aquilo que é a forma como nós discutimos as questões. Temos aqui um fórum próprio para o fazer, podemos fazê-lo aqui com toda a profundidade, elevação e dignidade. Portanto, é esse o desafio que eu faço aos Oliveirenses que nos estão a acompanhar lá em casa, muitos deles são seguramente utilizadores das redes sociais, o grande desafio que lhes faço é que venham até às Assembleias Municipais, intervenham, temos dois períodos reservados para que o possam fazer, mas para além da intervenção, terão a oportunidade de contactar aqui com alguns esclarecimentos que são seguramente fundamentais para a formulação de uma opinião muito mais abalizada, muito mais consistente do que aquela que muitas vezes é veiculada nessas redes sociais. Portanto, dizer que concordo com aquilo que foi dito e, naturalmente, há algum trabalho a fazer nessa matéria. Muito obrigado.”

=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====

===== “Excelentíssima Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e a quem nos acompanha lá em casa. Vou ser muito breve na minha intervenção. Gostava de fazer uma questão ao senhor Presidente, para nos dar nota de como se encontra a situação da

requalificação do Cine-Teatro Caracas e do antigo Centro de Saúde, porque já há algum tempo que eram para ter começado as obras. Pedia para nos explicar como é que se encontra essa situação.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== “Muito obrigado, Senhora Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. O tema que trago hoje a esta Assembleia é o alojamento para estudantes universitários em Oliveira de Azeméis. Um tema badalado nos últimos tempos na Comunicação Social, dado ser intenção deste Governo, numa década, duplicar o número de camas para 30.000 camas como resposta às conclusões apresentadas na convenção nacional de ensino superior 2030. Posto isto, o Governo lançou assim um documento que reflete o ensino superior no dia de hoje e é com muita tristeza que reparo que Oliveira de Azeméis pertence aos 47 municípios que possuem ensino superior público. Oliveira de Azeméis pertence à lista dos 14 que não tem qualquer oferta de residências universitárias públicas. No passado dia 26 de fevereiro, saiu um decreto-lei que demonstra a estratégia de investimento do Governo em residências universitárias até 2022 e apesar da maioria dos municípios estar contemplado com o investimento, o nosso concelho, mais uma vez, não é um deles. É mais um ato que o município de Oliveira de Azeméis tem de repudiar e fazer para que possamos estar no pacote do próximo investimento em residências universitárias, pois tem que fazer parte da estratégia nacional de investir na qualidade de oferta do ensino superior num dos municípios mais exportadores do país que precisa de estar na vanguarda da inovação tecnológica e que tem carências enormes ao nível da mão-de-obra qualificada. E a prova disso mesmo, é que 9% dos Oliveirenses tem uma formação superior face aos 36% da média nacional. Por estas razões, temos de considerar o ensino superior em Oliveira de Azeméis como uma das grandes oportunidades para impulsionar o nosso tecido empresarial e para isso, temos de pugnar por mais transporte público, mais alojamento e mais oferta curricular, adequada às exigências do mercado de trabalho em Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, quais são as medidas que já tomou ou irá tomar para convencer o Governo a incluir no próximo pacote de investimentos uma residência universitária pública em Oliveira de Azeméis? Qual o espaço que será destinado para esse efeito? Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== “Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes nesta sessão, tornando extensivo o cumprimento a todos os que, de qualquer forma, nos acompanham. Registamos com agrado a atividade cultural em Oliveira de Azeméis. Referimo-nos concretamente à última edição do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La Salette”, que vem de 2006, tempo em que diziam alguns que nada acontecia no concelho, e que continua a acontecer, desde então ininterruptamente. Afinal a cultura acontece, como acontecia no passado. Como sabemos, este bem-sucedido concurso tem conseguido a participação de inúmeros jovens músicos e tem sido a montra de

muitos talentos na difícil tarefa da execução instrumental. Felicitamos, por isso, o Executivo, particularmente o Pelouro da Cultura, que tem sabido dar continuidade a este evento artístico, muito destacado em relação a outros concelhos. Viram bem anteriores executivos que, além de iniciativas como esta, optaram pelo apoio financeiro às instituições musicais, como são as bandas de música sediadas no nosso concelho, considerando-o não uma despesa mas um investimento. Um investimento nas próprias instituições, nos jovens músicos e na sua formação integral e mais alargada. Está, por isso, no bom caminho o Executivo, uma vez que tem apostado no apoio à formação musical. Contudo, senhor Presidente, a formação musical no nosso concelho não é exclusiva das bandas de música — muito importantes, é verdade — e do ensino oficial articulado. A lecionação faz-se, ainda, com elevado nível por outras entidades — as escolas de música integradas em associações de carácter cultural do nosso concelho, como são, por exemplo, a Escola de Música da Villa Cesari e a Escola de Música da Associação A Noz, entre outras, que já oferecem formação musical há cerca de duas décadas. Destas escolas, senhor Presidente, têm saído com formação musical e instrumental alunos que ingressam em bandas de música, que ingressam no ensino articulado, que incorporam grupos musicais. Estas escolas foram num passado recente e são ainda hoje a única possibilidade - para muitas crianças, adolescentes, jovens e mesmo adultos — de poderem aprender música. Recordamos que muitas famílias oliveirenses não tinham opção de escolha na formação musical dos seus filhos. Ou se aprendia numa banda ou então teriam de recorrer à Academia de Oliveira de Azeméis ou outras escolas profissionais de concelhos vizinhos. No entanto, o custo elevado da mensalidade numa dessas escolas, na época, era muito oneroso, não esquecendo as deslocações necessárias, por isso um obstáculo para muitas famílias. Viram bem esta preocupação as associações locais. Ousaram ir mais longe e proporcionaram às famílias a possibilidade dos seus filhos aprenderem música. Uma iniciativa que obrigou estas entidades a um esforço heroico e um desafio suplementar que só tem sido possível levar por diante porque os anteriores executivos apoiaram a formação musical, (à imagem do apoio ao desporto) como um investimento e não apenas como despesa. Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do documento Normas e Diretrizes para a Formação Desportiva — o nosso grupo municipal manifestou a sua discordância precisamente porque considerava existir uma discriminação do desporto face à cultura. Tínhamos razão. Passados poucos meses da aplicação destas normas para o desporto, constatamos que a formação musical proporcionada nas escolas de música não aúfere do apoio financeiro que existia antes, ao que parece, por questões regulamentares. Afinal, dupla razão tínhamos nós quando constatámos que as normas, diversas vezes aqui “remendadas”, insistentemente acrescentadas, mesmo ao nível do desporto, só respondiam a situações que pontualmente iam sendo colocadas. Não seria mais correto pensar num regulamento enquadrador de todas as situações desportivas, culturais e recreativas, não excluindo nenhuma área do nosso vasto panorama associativo? Voltando ao tema do cancelamento do apoio às escolas de música, cuja sustentabilidade e viabilidade financeira ficam em risco, ocorrem-nos algumas perguntas: - A Câmara Municipal considera (e bem) as

bandas e a Academia de Música entidades importantes no domínio da formação musical, por isso o seu apoio financeiro. E as escolas de músicas não são importantes na formação musical? Por que razão deixaram de ser apoiadas como eram em anos anteriores? Serão estas enteadas e não filhas legítimas do concelho oliveirense? Não têm a mesma qualidade no ensino da música? Senhor Presidente, consideramos que o executivo tem dois pesos e duas medidas; medidas e pesos que devem ser revistos rapidamente porque, tanto quanto sabemos - e o senhor Presidente sabe como nós sabemos - a não atribuição do apoio à formação musical nestas escolas cria desigualdades e discriminação, não só em relação à formação desportiva, mas também entre entidades que proporcionam o ensino musical. Senhor Presidente, é preciso pôr fim a esta injustiça.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== “Muito obrigado, Senhora Presidente. Começando pela intervenção do senhor Deputado **Bruno Rodrigues**: Nós lançamos a obra do Cine-Teatro Caracas a concurso por 4,5 milhões de euros. O valor resultou daquilo que foi orçamentado para as obras que eram necessárias fazer. Dos vários concorrentes, apenas um ficou abaixo do preço base. Essa empresa tinha um prazo para entregar os documentos de habilitação, desses documentos de habilitação naturalmente fazia parte a caução. A empresa não conseguiu entregar essa caução e, portanto, aquilo que nós vamos fazer é abrir um novo procedimento. Vamos reforçar a verba para a requalificação do Caracas e com isso esperamos que apareça um outro concorrente que avance com a obra, com a tão desejada requalificação. Na prática, aquilo que vamos fazer é levar à próxima reunião de Executivo a anulação da adjudicação e a reabertura de um novo procedimento e um novo concurso, para naturalmente termos concorrente para a requalificação. Em relação ao antigo Centro de Saúde: Neste momento, a única coisa que estamos à espera é de compatibilizar o caderno de encargos com as diferentes especialidades... Portanto, projeto de arquitetura, projeto de AVAC, elétrico, águas e saneamento, integrar depois todos estes processos, determinando assim o valor base para lançar a obra a concurso. Neste momento temos o edifício das antigas finanças a ser já requalificado, o edifício que vai seguir-se é precisamente esse, do Centro de Saúde, porque esse é muito importante em termos de alojar um conjunto de serviços, não só da Câmara, mas também outras entidades que permitirão uma poupança de rendas substancial. A todo o momento os serviços disponibilizarão o caderno de encargos e logo que isso aconteça vamos desenvolver o procedimento que permita a sua requalificação. Esperamos que isso aconteça muito rapidamente, eu tenho tido indicações de que precisamos de alguns dias para concluirmos esse processo e podermos avançar para a sua requalificação. Em relação à intervenção do senhor Deputado **João Costa**: A resposta em termos de alojamento universitário faz-se, naturalmente, através do investimento privado e público. Quer isto dizer o quê? Quer isto dizer que sabemos, temos conhecimento que alguns privados estão a fazer alguns investimentos nessa matéria, no sentido de termos respostas aqui ao nível do alojamento para estudantes universitários. A Câmara Municipal há já vários meses que anda*

*a desenvolver um projeto, conjuntamente com a Universidade de Aveiro no sentido de acedermos a um fundo público que está disponível e que se chama FUNDIESTAMO, onde, basicamente, a Câmara entra no fundo com o imóvel e depois passados alguns meses este padrão foi alterado, pedindo-nos que avançássemos também com uma comparticipação financeira, no sentido de ser possível transformar a casa da Quinta do Comandante num alojamento que sirva a Escola Superior Aveiro Norte. Portanto, é isso que nós estamos a procurar fazer, neste momento digamos que a bola está do lado da FUNDIESTAMO que vai ter que fazer deslocar uma equipa de avaliação ao local, porque essa avaliação será a parte com que a Câmara Municipal entrará nesse fundo de investimento. Aquilo que esperamos é que com o dinheiro que a Câmara se disponibilizou afetar ao fundo, mais o imóvel, mais o esforço que será feito pela própria Segurança Social e também, naturalmente, pelo fundo possamos criar ali uma resposta de acordo com o estudo que foi feito com cerca de dezoito quartos que serão disponibilizados. É uma resposta que não resolve as nossas necessidades, mas é uma resposta, é um primeiro passo que se for seguido de passos semelhantes dados pelos privados, poderemos começar a construir uma resposta. Há vários meses que estamos a trabalhar nesta situação e aquilo que estamos neste momento a fazer é a aguardar. A aguardar que do outro lado venha a resposta, no sentido do valor que foi encontrado para a avaliação do imóvel, para depois podermos avançar com a requalificação se o projeto vier a ser aprovado pelo fundo. Em relação à intervenção do senhor Deputado **Albino Martins** sobre o Concurso Internacional de Instrumentos de Sopros: Não está em causa a qualidade do evento, notoriedade, ser importante. O importante é ele ser mantido e de preferência até ver a sua qualidade melhorada e reforçada de evento para evento e portanto, essa é uma preocupação do atual executivo, era uma preocupação dos executivos passados porque efetivamente nós temos uma realidade ao nível das bandas filarmónicas, uma realidade ao nível da formação musical muito significativa que nos interessa preservar. Não é verdade que nós não apoiemos a nossa formação musical. Muito pelo contrário: passamos de 35 para 45,00€ - reforçamos a verba às bandas de música. É evidente que e repare: quando nós falamos nos apoios, temos que estender todos esses apoios a todas as realidades, porque eu considero que existe formação em escultura, em pintura, em literatura, em todo o tipo de artes plásticas, folclore, etc. Portanto, temos que olhar para isto e discutir com serenidade, discutir isto no local próprio para que nós percebamos qual é a dimensão do apoio e de que forma o havemos de dar. Eu sou daqueles que entendo que nós temos obrigações ao nível da formação mas não entendo que nós subsidiemos, digamos, e façamos depender de nós, aquilo que é a génese do movimento associativo. É muito importante que tudo aquilo que está na génese do movimento associativo, que é a disponibilidade de pessoas para que de forma altruísta, gratuita, generosa, fazerem acontecer um conjunto de coisas, seja no domínio da formação musical ou qualquer outro – como referiu do desporto – aconteçam e possam acontecer, independentemente, do nível de apoio da Câmara Municipal porque nós não nos esqueçamos que no passado tivemos oportunidade de fazer esses regulamentos, esses apoios, e numa conjuntura económica difícil que a Câmara Municipal atravessou, levou a que fizéssemos cortes substanciais nos apoios que*

vínhamos fazendo. É importante que o nosso movimento associativo esteja suficientemente robustecido, fortalecido, com capacidade para gerar receitas, com capacidade para envolver mais associados e criar condições para a autossustentabilidade, para que tenhamos realmente capacidade de apoiar o movimento associativo em todas as suas dimensões. Porquê? Porque, obviamente, o apoio à formação é fundamental, mas não se esgota aí o apoio da Câmara Municipal ao movimento associativo. Como sabe, quando está a falar das bandas de música: as bandas de música pedem apoios para os fardamentos e instrumentos, para os consumíveis, deslocamento, para as obras na sede, apoios para eventos internacionais onde participam. Portanto, há aqui uma panóplia de respostas que têm que ser dadas e aquilo que temos de fazer é olhar para estas questões do apoio e tentar que estas questões efetivamente introduzam padrões de equidade, que procurem dar resposta, mas termos a preocupação de garantirmos que o movimento associativo pulsa, vive, sobrevive, muito para além daquilo que são os apoios da própria Câmara Municipal. Aqui envolvo também e necessariamente o apoio que os próprios pais já dão, fundamental, muitos deles fazem apostas na formação nos mais variados domínios e na capacitação dos seus filhos e também nestes domínios da formação não gosto de falar da formação musical, gosto de falar na formação num âmbito mais geral porque não existe formação melhor que a outra. É formação, toda a formação é importante. É evidente que a Câmara Municipal tem tentado fazer, e fê-lo no desporto, com um reforço de 30 para 60,00€, fê-lo aqui também no apoio financeiro às bandas de música de 35 para 45,00€ foi isso que acabaram de me dizer. Portanto, conforme disse, algumas instituições (referiu alguns exemplos) que tendo formação musical, não são apoiadas, mas existem muitas outras instituições, noutras domínios que também continuam a não ser apoiadas, É uma situação que se mantém. É uma situação que desejavelmente deve ser corrigida, mas tendo sempre esta preocupação de deixar que o movimento associativo não seja subsídio-dependente e que possa fazer aquilo que é a sua essência, dar respostas à comunidade, mas envolver também a comunidade na criação de condições para o próprio funcionamento e sobrevivência do movimento associativo. Julgo que respondi a todas as questões. Muito obrigado.”

=====
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “Obrigada senhor Presidente. Terminou então o “Período de Antes da Ordem do Dia”, vamos agora iniciar os pontos da “Ordem de Trabalhos”. Antes vamos proceder à leitura do voto de pesar, que havíamos adiado para esta parte final. Dou a palavra ao senhor Deputado **Albino Martins**, do PSD.”

=====
 ===== “Obrigado senhora Presidente. “Faleceu a 25 de abril e foi a sepultar dois dias depois na sua terra natal, Cesar, uma figura incontornável dos últimos cinquenta anos da história do Município de Oliveira de Azeméis. Ângelo da Silva Azevedo, filho de António Ferreira Azevedo e de Rosalina Maria da Silva, nasceu a 17 de novembro de 1936 no seio de uma família numerosa, humilde e honrada. A sua vida pautou-se pela entrega total a três causas que abraçou: a família, a empresa, a política. E foi na simbiose das três que forjou a entrega à família, aos amigos, à comunidade numa vida de serviço. Empresário de sucesso, fez um

percurso vertical até à criação e estabilização da sua empresa, demonstrando grande empreendedorismo. E foi esse toque de arrojo que transportou para a faceta mais visível do seu percurso terreno — a vida política. Aqui norteou-se sempre pela vontade de servir. Primeiro na sua freguesia como Presidente da Junta, depois no seu concelho como Vice-Presidente da Câmara, em ambos os lugares deixando marcas de progresso que a história não esquecerá. Com o 25 de abril veio uma pausa na vida política mas as suas qualidades haviam de vir de novo à tona para dirigir primeiro a Assembleia e depois a Câmara Municipal sabendo recolher com um trato afável a amizade e colaboração de todos para levar por diante o melhor para Oliveira de Azeméis. Sempre na intenção de granjear o melhor para Oliveira de Azeméis, Ângelo Azevedo soube como ninguém aproximar-se dos órgãos do Poder Central e chamar-lhes a atenção para as necessidades do nosso município. Face ao exposto os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um Voto de Pesar ao Comendador Ângelo da Silva Azevedo e um minuto de silêncio em sua memória.” Posteriormente, vou entregar aos serviços e pedia à senhora Presidente que tomasse em atenção a possibilidade de anexar à ata uma nota biográfica, porque o meu apontamento não teve essa veleidade. E que desse conhecimento tanto do voto de pesar como da nota biográfica à família e aos membros da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

=====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à admissão e votação o voto de pesar apresentado, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----- Foi ainda autorizada uma adenda ao livro de atas para que conste a biografia do senhor Comendador Ângelo Azevedo. =====

===== A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio. =====

===== De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o tempo utilizado pelos intervenientes no “Período Antes da Ordem do Dia”, a saber: PS, 10 minutos e 05 segundos; PSD, 15 minutos e 06 segundos; CDS/PP, 06 minutos e 03 segundos. =

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia.=====

===== **Ponto um: Aprovação da Ata n.º 12, Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2019;**

===== Presente para aprovação a ata: n.º 12 - Sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2019; =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação, a ata n.º 12 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 23 de fevereiro de 2019 foi aprovada por maioria com duas abstenções. =====

===== **Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== A informação foi disponibilizada a todos os membros. Alguma dúvida que exista estaremos aqui para esclarecer. =====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação. =====
 ===== **Ponto três: - Certificação legal das contas do Município - Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas;** -----
Ponto três. um - Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro - Reporte a 31/12/2018 - Apreciação/ conhecimento; =====
 ===== Presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====
 ===== Pelo Senhor Presidente da Câmara foi sugerido que se efetuasse a análise a discussão conjunta dos pontos três, quatro, cinco e seis, a qual foi aceite por unanimidade. ===
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Em relação à certificação legal das contas do município, têm aí o Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que tem algumas reservas identificadas pelo revisor: Tem basicamente a ver com os terrenos do Azeméis Gran Plaza, digamos, e com a dificuldade da expectativa de cobrança do valor que ainda está em débito, um milhão e quinhentos e oito mil euros (1.508.000€); E também algumas reservas às provisões que nós acomodamos no Orçamento para os processos judiciais. Tivemos num primeiro Orçamento uma provisão de quinhentos mil euros (500.000€). Neste Orçamento duplicamos para um milhão de euros (1.000.000€) e isto serve para acudir àquilo que são as sentenças judiciais que condenam o Município e nos obrigam a pagar indemnizações. Portanto, eles (Revisores) acham que é um valor baixo, mas é o valor que nós definimos como sendo o valor expectável que seja necessário para acudirmos a essas sentenças judiciais. Em relação ao Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro: Basicamente aquilo que é dito é que nós estamos a cumprir aquilo que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Portanto, vocês têm aí todo o relatório onde poderão analisar o cumprimento de todos os objetivos que estavam previstos. Em relação à Prestação de Contas Individuais de 2018, vou fazer uma intervenção sobre os principais indicadores do nosso desempenho económico-financeiro e, depois estarei, naturalmente, para as questões que queiram colocar. O Resultado Líquido positivo foi de cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta euros e quatro cêntimos (5.542.180,04€), este valor é naturalmente um dos valores mais elevados dos últimos anos. Isto permitiu uma redução anual da dívida do Município em cerca de quatro milhões e quatrocentos mil euros (4.400.000€), passou de dezoito milhões e duzentos mil euros (18.200.000€) em 2017 para treze milhões e oitocentos mil euros (13.800.000€) em 2018. Esta diminuição da dívida permitiu que reduzíssemos a dívida de empréstimos de médio e longo prazo em cerca de quatro

milhões e cem mil euros (4.100.000€) e permitiu que reduzíssemos o nosso débito a outros credores em cerca de 1 milhão de euros (1.000.000€). A dívida a fornecedores aumentou cerca de 800 mil euros (800.000€). Contudo, novecentos e noventa e quatro mil euros (994.000€) que nós temos da dívida a fornecedores resultam da compra do terreno para o Centro de Interpretação Ambiental - Parque Urbano. Portanto, resultam da negociação que foi feita com o vendedor no processo de aquisição dos terrenos. O prazo médio de pagamento quantifica-se em 72 dias em 31 dezembro de 2018. Aumentou 29 dias face a 2017, que como sabem era de 43 dias. Sem créditos em atraso, o aumento da dívida à data de 31 dezembro e do rácio do prazo médio de pagamentos tiveram explicação pelo volume de investimento que nós tivemos no último trimestre de 2018 e na forma de pagamento que foi acordada para a aquisição destes terrenos que, como sabem, custou um milhão e duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000,00€). Se corrigíssemos o prazo médio pagamento do saldo deste crédito de novecentos e noventa e quatro mil euros (994.000€), a dívida a fornecedores representaria 41 dias, ou seja, um prazo médio de pagamentos abaixo do prazo médio que tínhamos em 2017. Como sabem, o prazo médio de pagamento que temos no relatório de gestão difere do prazo médio de pagamento que é determinado pela DGAL. O prazo médio que é determinado pela DGAL é bem inferior (34 dias). A redução anual do Endividamento Líquido Municipal foi da ordem dos dezanove milhões e seiscentos mil de euros (19.600.000€) e diminuiu oito milhões de euros (8.000.000€) em 2017 para menos onze milhões e setecentos euros (-11.700.000€) em 2018 se fizermos a especialização de todas as receitas de IMI, Derrama, IUC, etc..., para o ano corrente 2018. Se não o fizermos, se considerarmos apenas a redução do endividamento líquido municipal em resultado da redução da dívida municipal, o endividamento municipal ficaria em menos cento e noventa e cinco mil euros (-195.000 €). A redução anual do endividamento com empréstimos bancários de médio e longo prazo foi de três milhões, novecentos e setenta e sete mil e setecentos e quarenta e dois euros (3.977.742,00€). Isto significa que o endividamento de empréstimos bancários a médio e longo prazo diminuiu de 12.3 milhões de euros em 2017 para 8.3 milhões de euros em 2018. Como sabem, a nossa dívida é fundamentalmente dívida bancária. O volume de investimento anual foi de três milhões cento e sessenta e três mil e seiscentos e cinquenta euros (3.163.650€). Uma análise orçamental permite-nos perceber que tivemos uma execução orçamental de cerca de 70% quando falamos de despesa e receita de 70% a 90% da dotação prevista. Em 2018, a receita bruta cobrada registou uma execução orçamental de 92,7%. O volume da despesa teve uma execução orçamental de 73,9%. A execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos, registou uma taxa de 27,8%, o que significa, em termos de volume, dois milhões trezentos e setenta e dois mil e duzentos e quarenta e quatro euros (2.372.244€). Dar algumas notas em relação ao valor da receita: a receita total é de cerca de trinta e oito milhões de euros (38.000.000€). Uma grande parte desta receita corresponde às transferências correntes e de capital, impostos diretos e vendas de bens e serviços correntes totalizam 35.4 milhões de euros. Com este volume da execução da receita temos um aumento anual de cerca de 4,5%, ou seja, estamos a falar de cerca 1.5 milhões de euros a mais em 2018 do que em 2017.

As vendas de Bens e Serviços correntes mantiveram-se praticamente estáveis nos 10,1% da receita, foram ligeiramente superiores em relação ao ano de 2017. Os impostos diretos foram de 13.3 milhões de euros, sendo o aumento mais significativo a Derrama com mais novecentos e vinte e dois mil euros (922.000€), IMT com mais trezentos e cinquenta e nove mil euros (359.000€), IMI com mais trezentos e dezanove mil euros (319.000€) e o IUC com mais cento e quinze mil euros (115.000€). As despesas totalizaram 32.7 milhões de euros. As rubricas com mais peso na despesa são: Despesas com Pessoal - estamos a falar de 40,9% destas despesas totais; Aquisição de bens e serviços 25%; Passivos financeiros 14%; Transferências correntes 8,9%; Aquisições de bens de capital 7,3%. Despesa total do Município 2018 relativamente a 2017 diminuiu dois milhões duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco euros (2.254.495€). Esta diminuição da despesa deve-se sobretudo a uma redução na despesa corrente de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) e a uma redução na despesa de capital de cerca de um milhão de euros (1.000.000€). Para a diminuição das despesas correntes de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) contribuiu de forma mais expressiva a diminuição de Aquisição de Bens e Serviços que reduziu 12,8%, ou seja, menos um milhão e duzentos mil euros (-1.200.000€) em relação a 2017. Análise patrimonial: o Resultado Líquido do Exercício foi positivo em cinco milhões quinhentos e quarenta e dois mil cento e oitenta euros e quatro centimos (5.542.180,04€). Custos e perdas do exercício registaram uma diminuição anual de 3,5%. Este resultado é em grande parte das rubricas Fornecimento e Serviços Externos - menos um milhão e sessenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro euros (-1.067.834€); Custo e Perdas Extraordinárias - menos trezentos e noventa e um mil oitocentos e sessenta e quatro euros (-391.864€); Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas - menos setenta e seis duzentos e dezassete mil euros (-76.217€). Os Gastos com Pessoal, apesar da redução do número de colaboradores de 833 para 816, aumentaram cerca de cinquenta e quatro mil euros (54.000 €) e têm a ver com despesas na saúde com mais sessenta e cinco mil euros (65.000€) em 2018 do que em 2017 e também numa rubrica que podemos considerar na categoria das pensões com o valor de trinta e quatro mil euros (34.000€), que teve a ver com a remissão por morte de um acidente em serviço de um colaborador. Portanto, são estes os grandes números. Em termos de Proveitos e Ganhos do Exercício, atingiram o montante de trinta e sete milhões e novecentos mil euros (37.900.000€). Rubricas mais representativas – proveitos e ganhos foram Transferências e Subsídios obtidos com 47,9%, Receitas de Impostos e Taxas com 35,6% e Vendas e Prestações de Serviços já aqui referidos. Exercício de 2018 – proveitos operacionais registaram um aumento de 2,3%, ou seja, muito perto dos oitocentos mil euros (800.000€). São estes os grandes números do nosso relatório de contas e naturalmente, estamos em condições agora de fazer a análise mais profunda àquilo que é o relatório que vos foi disponibilizado.” =====
===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais, Jorge Pereira, Bruno Aragão e Bruno Rodrigues. =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

=====
“Antes de começar a minha intervenção sobre as contas, queria deixar aqui uma nota prévia que é a seguinte: No dia 13 de março de 2019, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis reduziu a zero o seu endividamento líquido, alegando fruto de uma gestão rigorosa e eficiente da qual sobressai a redução das despesas correntes. Disse o autarca que o endividamento passou de 9.35 milhões em outubro de 2017 para um endividamento nulo em dezembro de 2018. Endividamento líquido – explicou – “significa que a soma dos passivos é igual à soma dos ativos”. Acrescentou que isto se fica a dever a uma redução de gastos evidenciando igualmente investimentos que classificou de estruturantes. Vou passar a dizer: Primeiro: - Reforço das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia - cento e vinte e sete mil e trezentos euros (127.300€); - Emissão do cheque educação - oitenta e seis mil quinhentos e quinze euros (86.515€); - Aquisição de terreno para o futuro Parque Urbano - um milhão e duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€); Aquisição edifício garagem Justino – quinhentos e cinquenta mil euros (550.000€); Estaleiros Municipais - quatrocentos mil euros (400.000€); E salientou também a redução da dívida à banca. Antes de passarmos à apreciação das contas, uma vez que a nossa apreciação é de caráter político e, de facto, no final deste mandato tivemos situações em que convergimos e houve situações em que divergimos, permita-me, Senhor Presidente, registar o facto de ter feito um comunicado à imprensa sem ter discutido as contas, quer em executivo camarário e muito antes da sua aprovação nesta câmara. A dignidade destes órgãos, seguramente, merecia que previamente as Contas fossem discutidas e aprovadas nos termos legais. Não estamos contra a divulgação que fez, mas discordamos da forma e do timing em que por muito que nos esforcemos não alcançamos o verdadeiro objetivo a não ser por intuítos meramente panfletários. Já pensou senhor Presidente na reação dos seus vereadores que viram as suas contas (do Município) serem apresentadas antes de serem discutidas? Isto é só um reparo que eu queria fazer, como nota prévia. Olhando para o documento: salientamos como aspetos positivos - porque temos também aqui sempre o intuito construtivo – o superavit que a execução do ano de 2018 permite alcançar. Outro aspeto foi a continuação da trajetória, já ocorrida nos últimos anos, de redução da dívida municipal e da redução anual do endividamento. Realço como parte positiva e relevante que no final de 2018 a dívida do município era já inferior a catorze milhões de euros (14.000.000€). No entanto, e apesar destes resultados - que mais não são do que a continuação de um percurso já efetuado há alguns anos que nos apraz registar -, analisamos estas questões de forma mais aprofundada e recorrendo a algum necessário espírito crítico. Relativamente ao superavit: A realização do superavit permite-nos concluir que o seu resultado assentou – como o Senhor Presidente já disse - em duas premissas que consideramos fundamentais: Primeira - é uma arrecadação bem acima do estimado dos impostos diretos e indiretos; Segunda – o volume de investimento de participação própria da Câmara Municipal ter ficado bem abaixo, cerca de quinhentos mil euros (500.000€), do que o que estava inicialmente previsto. Quanto à arrecadação dos impostos, Senhor Presidente, temos consciência de que os mesmos são muito importantes para

a gestão camarária, se calhar é uma das grandes fatias para a gestão corrente da Câmara Municipal, mas não podemos esquecer o impacto que os mesmos têm na vida dos municípios. Em relação a esta afirmação faço a seguinte reflexão: Quando no final do ano passado foram discutidas as taxas de IMI, IRS e Derrama afirmamos que haviam condições objetivas para a baixa dessas taxas. O Senhor Presidente disse que a situação financeira ainda não permitia essa baixa no ano de 2019. Afinal, quatro meses volvidos, e perante a análise dos números, a posição de Vossa Excelência neste aspeto é diferente. Considerávamos, como ainda consideramos, que a situação económica e financeira do município e algum crescimento económico do País e do Concelho permitiriam reduzir essas taxas sem afetar a sustentabilidade financeira do Município. Hoje e no futuro, esse será um fator cada vez mais decisivo na concorrência entre os municípios para a atração das atividades económicas dos diversos setores e para a atração e fixação das populações. Daí que, a fixação da taxa de IMI, a fixação da participação variável do IRS e o lançamento da Derrama se constituem como instrumentos estratégicos cuja utilização dará sinais inequívocos do que se pretende para o futuro do Concelho. Esses impostos não deverão ser entendidos unicamente como mero fator de arrecadação de receitas para o Município, como pareceu ser a política seguida por este executivo, mas antes como instrumentos de política de integração económica e social. Esperamos que no futuro, e com a nossa colaboração, sempre assente em propostas políticas concretas, seja concretizada uma política fiscal concreta de apoio às famílias e às empresas. Continuaremos a promover uma reforma fiscal local introduzindo um conjunto de incentivos fiscais para a promoção de atratividade no Concelho a nível empresarial e o aumento de investimento e criação de emprego. Lanço desde já o repto a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que nesta matéria - como em outras - se fizesse um esforço para a elaboração de um regulamento fiscal municipal que enquadre os diversos tipos de incentivos fiscais adotados a nível municipal com regras claras, transparentes e equivalentes para todos os investidores e residentes, pelo aumento do rendimento disponível das famílias através de uma redução progressiva da taxa de IMI, por uma devolução mais significativa de percentagem de comparticipação do IRS (que o Município tem direito por lei) e uma redução da Derrama às empresas sediadas no Concelho, atento o volume de negócios. Tudo isto, sabendo e não esquecendo, fazendo a devida ponderação, que as finanças do Município estão condicionadas pelo cumprimento das obrigações previstas e que decorrem do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, facto que obriga a uma estabilização da receita. Neste sentido, teremos a ocasião para, no decorrer do presente mandato, continuar a apresentar as nossas propostas de forma criteriosa e responsável que visam alcançar os desideratos atrás enunciados, pelo que apresentaremos as propostas. No que diz respeito ao controlo orçamental da receita e da despesa: temos um nível de execução da receita de 93% e 74% para a despesa. Reforço mais uma vez, tivemos um aumento da receita fruto da arrecadação de impostos diretos e indiretos, diminuição da despesa de 2017 para 2018 que foi influenciada em mais de 50% pela diminuição das despesas de capital em mais de um milhão de euros (1.000.000€). Taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos – não ultrapassa os 28% em 2018. Francamente é um número que

continua muito baixo e que nos deve merecer uma devida e adequada reflexão. Estou certo que estamos todos de acordo sobre a necessidade de trabalhar mais e melhor na concretização futura de um Plano Plurianual de Investimentos em percentagem bem superior à conseguida atualmente. Temos aqui alguns números que consideramos, de alguma forma, negativos: Saneamento - montante de execução – treze mil quatrocentos e doze euros e noventa e dois cêntimos (13.412, 92€). Recordo Senhor Presidente que em outubro de 2017, o Senhor anunciava que a prioridade ao assumir funções era alargar a rede de água e saneamento. Em 2018, a verba contemplada para o saneamento - repito – foi de treze mil quatrocentos e doze euros (13.412€). Redução da verba – transportes rodoviários, menos de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) relativamente ao ano de 2017. Verificamos que em 2018 a nossa rede rodoviária não foi prioridade para este Executivo. Lamentamos que, as nossas ruas, os nossos passeios, o ordenamento do território, não sejam prioridade. São duas situações que devem inscrever nas prioridades para o futuro. Chamamos à atenção para sinalizarmos estas questões como prioritárias, mormente os acessos às zonas industriais, à via do nordeste e à via do sudoeste. Vejamos as opções do Executivo em 2018: Uma aposta no reforço do património imobiliário da cidade que além de ser - pelo menos discutível, nós achamos que será discutível, face às necessidades do Concelho -, não encontra paralelo no investimento concreto das freguesias. Não vimos investimentos nas nossas zonas industriais. Não vimos um plano de ação para uma regeneração urbana em Oliveira de Azeméis. Vimos a falta de investimento na requalificação da rede viária do Concelho. Vimos a falta de investimento no prolongamento das redes públicas de água e saneamento, para além do que vinha do passado. Não vimos qualquer sinal para dotar as nossas freguesias de um Centro Cívico, conforme tinha sido prometido por este executivo em campanha eleitoral. Não vimos as taxas de IRS, IMI e Derrama baixarem. Não vimos nenhuma concretização de apoio a novos projetos de empreendedorismo. Certo que, o que vimos Senhor Presidente, também tenho que o dizer, e antecipando já a sua resposta – Vimos de facto um aumento de transferências de 15% para as freguesias mas, em termos de investimento nas mesmas, não vimos um concreto investimento como vimos nas freguesias de Oliveira de Azeméis. Uma execução económico-financeira que permitiu um superavit superior a oito milhões de euros (8.000.000€) tem simultaneamente uma execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos inferior a 27%. Pelo que se percebe: A Câmara Municipal propôs-se a investir em diferentes projetos nas suas várias responsabilidades e domínios de intenções no valor de oito milhões quinhentos e vinte e cinco mil euros (8.525.000€) e apenas concretizou investimento de dois milhões de euros (2.000.000€). Ora, um valor que ficou com mais de seis milhões de euros (6.000.000€) por concretizar não é um bom cartão-de-visita para o nosso Concelho. Senhor Presidente, o nosso sentido de voto não visa atingir o documento na sua elaboração técnica. Já elencamos pontos que são claramente positivos; Já elencamos pontos que são claramente negativos. Sabemos que Roma e Pavia não se fez num dia - é mais uma chamada de atenção para ter alguma atenção a esta Bancada do PSD que tem feito, de facto, um esforço e um espírito crítico no sentido de alavancar o Concelho que é o que todos nós queremos. Aquilo que nós

entendemos é que poderiam, de facto, ter sido outras as prioridades, os investimentos e todas as situações que Vossa Excelência coordenou e comandou a Câmara neste sentido. Há aspetos positivos e há aspetos negativos. O nosso sentido de voto vai no sentido da estratégia política seguida, que como todos nós sabemos há algumas coisas que nos separam e nos dividem, e estas contas mais que não são o reflexo de tudo aquilo que nós durante o ultimo mandato andamos a discutir. Muito obrigado.”=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente, o Senhor ainda não precisou de se esforçar muito e consegue já em 2018 a confluência de dois fatores muito favoráveis, a saber: Programa de redução de dívida que herdou do executivo anterior, quase na sua reta final, que muito limitou a intervenção dos executivos anteriores e usufruiu de um aumento recorde em receitas de impostos. Com grandes sinais de alívio por amortização de dívida e com aumento de receitas de forma automática, este é o cenário que caracteriza o momento atual. Em termos práticos, foram mais setecentos e setenta mil euros (770.000€) as receitas cobradas de impostos e foram registados menos um milhão e setenta mil euros (-1.070.000€) de gastos de fornecimentos de serviços externos. São estas as duas principais rubricas que contribuem para o aumento dos resultados líquidos verificados de 2017 para 2018. Nada admira o saldo de gerência superior aos cinco milhões e quinhentos mil euros (5.500.000€), mas espanta que muitas coisas ficaram por fazer e não poderemos estar satisfeitos. Portanto, dirá que este ano de 2018 foi para se ambientar. Também já dissemos que o compreenderíamos. Mas também temos de ser capazes de ir mais além. A Câmara Municipal não é uma simples comissão de gestão administrativa, a sua ação não pode ser avaliada em termos de receber mais e gastar menos, tem outras competências, tem outras atribuições. Agora, deixo aqui uma nota técnica em relação aos documentos submetidos: Senhor Presidente, os serviços tiveram o trabalho de produzir um documento com mais de 500 páginas - muito exaustivo sem dúvida mas, os mapas de controlo orçamental da despesa não se conseguem ler, os mapas de execução do PPI são ilegíveis, os mapas de execução do plano municipal de atividades pior ainda. Queiram, por favor, no futuro, resolver estas situações. Portanto, resumimos esta intervenção ao essencial: O CDS há vários anos nesta Assembleia tem vindo a reclamar que o valor do investimento que o Município reserva é insuficiente para as necessidades reais de desenvolvimento do Concelho a repetir que temos vindo sucessivamente a adiar o crescimento do Concelho. Para tomarmos uma decisão acerca do nosso sentido de voto, queira o Senhor Presidente explicar se há razão ou razões para ter fechado 2018 com pouco mais de 60% de execução do orçamento de investimento. É que o valor de cerca de dois milhões e trezentos mil euros (2.300.000€) de aquisições de capital fica no seu mandato registado como um mínimo histórico. Foi inferior à média anual do mandato anterior e, no limite, foi inferior ao valor anormalmente baixo registado em 2017. Afinal, o que diferencia um executivo do outro? E mais ainda, mais de metade deste valor, um milhão e duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€) foi para um investimento extra, foi para a compra de um imóvel para o Centro*

*Ambiental. E para o resto de que o Concelho tanto precisa? Ou o Senhor Presidente elaborou o Orçamento para 2018 sem conhecer ainda bem as condições que tinha; ou também andou a fazer cativações como o Ministro das Finanças do nosso governo; Ou só teve condições para cumprir os serviços mínimos de cerca de um milhão de euros (1.000.000€) nas 19 freguesias? Para a grandeza do nosso Concelho é realmente muito pouco. Como diria aqui Assunção Cristas: “é muito pouquinho, Senhor Presidente”. Gostaríamos pois, que o Senhor Presidente nos ajudasse a perceber se há explicação para esta execução orçamental. Obrigado.” =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Bruno Aragão, do PS.** =====
===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Pedia-lhe autorização para poder acompanhar a minha intervenção com suporte visual. Aprovamos hoje a primeira execução orçamental da responsabilidade do Partido Socialista e de um novo ciclo que esperamos para este Concelho. Nem dizíamos antes que seria fácil, nem hoje vendemos ilusões. Permitam-me por isso citar o que eu próprio afirmei na aprovação do Orçamento cujas Contas hoje aprovamos e cito: “Se a realidade não muda mais de quarenta anos de uma gestão que sempre criticámos, o papel que agora assumimos altera substancialmente o tom e a forma que queremos imprimir a estas discussões. Não nos ouvirá, por isso, expressões de júbilo, laudes à gestão, disparates comparativos com o quadro nacional, como tantas vezes aqui ouvimos.” Tal como não vemos só agora os problemas de muitos anos ou negamos que muitas das opções anteriores teriam, como veremos nesta assembleia mais para a frente, consequências muito duradouras que importa, finalmente, possamos todos discutir a mesma realidade. Os problemas estão aí. Duros. Bem reais para os resolvermos. É por isso também este o momento para inaugurarmos uma nova fase de discussão de um exercício e finalmente sermos capazes de discutir sobre a mesma realidade e, para ela, encontrar soluções. Aos que chegam tarde, bem-vindos, queiram acompanhar-nos. Os números são o que são: O Município de Oliveira de Azeméis continua a depender, como até aqui, fortissimamente da arrecadação de impostos e das transferências do Estado, cortado que está de uma das formas mais robustas de gerar receita como acontece noutros municípios - a gestão das suas redes de água e saneamento; Todos sabemos porquê. É a estrutura que temos e que se altera apenas com o caminho que vem sendo trilhado: gerir com rigor; diminuir custos correntes, racionalizar; gerir eficiências. Os números de redução de consumo de água, de energia e publicidade que tanto incomodaram alguns, permitiram, entre outros, uma redução de 1.2 milhões de euros (1.200.000€) em custos de operação num primeiro ano. São apenas alguns exemplos. É muito? É pouco? É muito pouco para o que precisamos, é muito expressivo para um primeiro ano. Este é mesmo o caminho, longo mas fundamental. Tal como em 2019 e 2020, esperamos ver refletido o esforço da diminuição do valor das rendas e, nos anos subsequentes, ver aumentada e reforçada a capacidade das equipas operacionais da autarquia, diminuindo ainda mais custos e aumentando a qualidade das respostas. Mas, para isso, precisamos do mesmo - criar condições. E foram essas condições que permitiram num primeiro ano cumprir dois dos compromissos para o mandato. E em política cumprir compromissos é uma coisa que*

nos deve orgulhar. Vale Educação e o reforço de 15% para as Juntas de Freguesia – infelizmente cento e vinte e sete mil euros (127.000€) para terem a noção do valor que andamos a transferir há vários anos. Mas foi também esse esforço que nos permitiu iniciar a realização de um outro compromisso - aquisição do terreno para o Parque Urbano. E cabe ainda neste esforço a aquisição da Garagem Justino e a compra dos Estaleiros Municipais. Para que não se esqueçam, se assim não fosse, hoje 30 de abril, teríamos começado (dia 1) a pagar uma renda de seis mil euros (6.000€) de uma renda que era de três mil e quinhentos euros (3.500€). Este é apenas um exemplo de como opções anteriores completamente inexplicáveis e incompreensíveis, têm consequências muito para lá de nós. Estas condições que se vão criando foram concomitantes com o esforço de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. E como dissemos no passado, nada temos a dizer sobre o cumprimento de obrigações. O pagamento da dívida é uma obrigação nossa e sobre isto, neste Executivo ou nos anteriores, não diremos outra coisa. Mas o que importa aqui ressaltar é que estamos hoje a criar condições que não oneram a nossa dívida e isso, minhas senhoras e meus senhores, é de facto uma nova forma de fazer gestão no Município de Oliveira de Azeméis. Resolvemos já alguns dos problemas crónicos como os Estaleiros, por exemplo, aumentamos o património do Município com o terreno para o Parque Urbano e a Garagem Justino, sem colocarmos em causa o endividamento do Município e a sua sustentabilidade. Bem pelo contrário. É o rigor da gestão que tem permitido estas opções. Desafio a que nos possam dar um exemplo do passado, mas com a cautela de quem terá ainda de discutir o ponto vinte e cinco desta Assembleia ou com o silêncio de quem nada disse sobre a devolução de fundos comunitários ou pagamento de indemnizações por má gestão, como infelizmente tem vindo a ocorrer e basta reparar no parecer do auditor. As Contas que hoje aprovamos, tal como dizia para o seu orçamento, não podem ser as Contas que gostaríamos de apresentar. Começamos a inverter um ciclo de desinvestimento alterando a estrutura de gestão, com o tempo que estes processos implicam, criando condições para as grandes realizações. É esse o nosso maior drama e temos mesmo, como antes, de refletir sobre ele. Talvez hoje ninguém fuja a esta discussão. Em 2018 o investimento em sede de PPI representou cerca de 28% do previsto, um investimento francamente abaixo e com o qual nenhum de nós pode estar satisfeito. É de facto sobre esta realidade que temos de ser capazes de discutir. As consequências das opções que fizemos repercutir-se-ão durante vários anos, por isso mesmo, a importância das opções que hoje fazemos, da sua forte dimensão estrutural e de ajustamento. O que verificamos é que os níveis de investimento têm vindo sistematicamente a diminuir e, como todos sabem, o investimento é altamente afetado pelo histórico, pelos projetos, pelas candidaturas, pelo tempo de os preparar, de os submeter e ainda mais quando se concorre em simultâneo com um conjunto de problemas aos quais temos que acorrer. (projeção slides) O que vemos neste gráfico é o investimento em sede de PPI desde 2014 e que tem vindo a acontecer até 2018. De facto, o ano mais baixo. Neste slide é perceptível claramente o que está a acontecer e como chegamos, muito possivelmente em 2018, ao ponto de inflexão deste ciclo, a partir do qual podemos retomar e atingir os níveis de investimento que certamente todos esperamos. Exatamente por isso é que o

rigor da gestão e as opções de sustentabilidade fazem ainda mais sentido para que se possa, de facto, com solidez, inverter este ciclo que tem vindo a decair sistematicamente. E vejamos como estas realidades, que várias vezes aqui apresentei, afetam também por arrasto o nível de investimentos por município. Já considerando até, nesta fase final, a diminuição da população. Em 2015 investimos em sede de PPI, per capita, cerca de cento e cinco euros (105€) - já era nesta altura um dos investimentos mais baixos no distrito de Aveiro - o valor foi diminuindo e em 2018 trinta e seis euros (36€) por município. Como também aqui o ciclo é decrescente e esperamos que possa ter o seu ponto de inversão com as condições que se vão criando. Num Concelho que está nos 10 primeiros da balança comercial, que é um contribuinte líquido para o País, é um cenário muito difícil de compreender. Por isso, é grave sermos o único município da Área Metropolitana do Porto que tem zero por cento (0%) de execução em programas de fundos comunitários como o PEDU, por exemplo. Mas mais grave ainda é alguns acharem que isto é apenas um pormenor. O único concelho na Área Metropolitana do Porto. Os fundos estruturais são de tal forma importantes que se tornam para nós incontornáveis. Mas hoje é preciso fazer todos os projetos, pensar todas as soluções. Porque ainda mais dramático do que termos zero por cento (0%) de execução é não termos projetos preparados e pensados. E certamente não será necessário lembrar os fundos que já tivemos de devolver. Porque se considerarmos o nível de investimento em PPI que o Município tem sido capaz de fazer, retirada a componente de fundos europeus que afetou, sobretudo, os dois primeiros no final do QREN, o cenário é muito claro: De facto atravessamos anos para os quais o Município não se preparou; sem projetos minimamente esboçados, são os meses da sua preparação, candidatura e início da sua execução, os que temos agora que enfrentar: (projeção de slide) O que veem aqui: é como este valor tem estabilizado sem os fundos comunitários e a importância que sempre dissemos que eles teriam para o Concelho de Oliveira de Azeméis. Isto resulta claro: Com recurso da própria autarquia, os níveis de investimento per capita em sede de PPI são, há vários anos, o resultado de uma dívida sobre a qual sempre dissemos: “pagamos por obrigação, mas sofremos por consequência durante muitos anos.” A questão que devemos colocar hoje, e aqui, é se estamos a fazer o que é certo para inverter o caminho que fomos trilhando; A questão é se estamos mesmo a atingir o ponto de inversão e a criar as condições necessárias e sustentáveis. (projeção de slide) – Como aqui podem ver: Não há dúvidas sobre esta inversão e como estamos a trabalhar nesse sentido. Saldo de gerência – apenas um indicador simples, mas que nos ajuda a pensar – tem vindo a crescer moderadamente mas dispara neste ano. Um indicador que mostra claro que se estão a criar as condições de investimento para um ciclo de inversão do investimento. Condições em que o investimento é ainda claramente insuficiente, sobre o qual não podemos dizer mais do que – francamente pouco. Mas podíamos ainda falar do endividamento líquido, da situação patrimonial da autarquia e das suas condições de pagamento. Curiosamente, quando se vê um gráfico deste tipo percebe-se o que aconteceu ao nível do desinvestimento do PPI, foi sempre acompanhado pelo aumento do saldo de gerência. Isto é muito curioso e muito sintomático da estrutura de gestão (estrutura de custos financeiros) do Município de Oliveira de Azeméis. Pouco

nos importa se dizem que o PS parece da oposição. Quem exigiu que tudo se resolvesse num ano foi quem sempre negou que estava mesmo tudo por fazer. Aqui estamos por isso para alterar o quadro estrutural deste Município com o tempo que isso implica. Chegou mesmo o tempo de ser Oliveira de Azeméis a grande preocupação dos Executivos. Continuamos a olhar os problemas de frente, a perceber a dura realidade que nos espera mas convictos, como no início, de que não há outro caminho que não seja como o deste primeiro ano, o de iniciar um processo de mudança estrutural que crie condições de sustentabilidade para resolver as debilidades e as muitas necessidades que durante tantos anos aqui refletimos. Senhor Presidente é este o caminho, siga convicto. É o que o Partido Socialista lhe exige como lhe exigiu no início do mandato: Mudanças estruturais que gerem sustentabilidade. Cá estaremos politicamente para suportar essas opções e o tempo que elas necessitam. No fim, faremos as contas. E, como hoje, sem fugir aos números, cá estaremos para os explicar. É efetivamente um tempo novo. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.=====*
===== Começo por explicar que o relatório de contas do exercício de 2018 não foi apresentado publicamente, foram revelados dois números que estão relacionados: Dívida Municipal e o Endividamento Municipal. Portanto, são dois números suficientemente importantes para que nós os tenhamos publicitado, não querendo com isso naturalmente prejudicar o debate que está a ser tido aqui e que foi tido também em sede de reunião do Executivo Camarário. Portanto, obviamente que aquilo que deve ser relevado é o facto de estes dois números serem extremamente positivos e é isso que importa aqui sublinhar, aqui no espaço próprio, fazermos a discussão profunda sobre o Relatório de Contas que é apresentado. Podemos, naturalmente, falar sobre as baixas taxas de execução do Plano Plurianual de Investimentos. Elas existiam no passado. Eram ignoradas, é um facto. Neste momento essas baixas taxas de execução são assumidas. Nós sabemos porque é que elas existem. Sabemos porque acontecem e queremos naturalmente contrariá-las. É isso que estamos a procurar fazer porque, obviamente, as baixas taxas de execução são alavancadas pela existência de uma estratégia para o desenvolvimento do Concelho, são alavancadas quando nós temos um conjunto de prioridades bem definidas, um conjunto de projetos concretizados e, naturalmente, quando temos pensamento estratégico. Estas mudanças estruturais demoram tempo a serem pensadas, a serem planeadas e a serem implementadas. Portanto, é isso que nós estamos a fazer. E não é verdade que tenhamos aqui – conforme referiu – uma continuação do modelo de gestão que vinha sendo seguido, porque efetivamente era um modelo que negava esta evidência das baixas taxas de execução e que não percebia o porquê destas baixas taxas de execução. Nós sabemos perfeitamente porque é que estas baixas taxas de execução acontecem. Estamos preocupados com essas baixas taxas de execução e estamos a fazer um enorme trabalho para as contrariar. É evidente que essas baixas taxas de execução têm a ver com uma coisa tão simples quanto isto: Não existe, não existia um único projeto na Câmara Municipal. Um único projeto na Câmara Municipal. Não tínhamos rigorosamente um projeto concluído que permitisse, naturalmente,

fazermos investimento, que permitisse fazermos execução. Portanto, é isso que nós estamos a fazer e neste momento, temos investidos - entre aquilo que já foram projetos executados e aquilo que são projetos para executar - perto de meio milhão de euros (500.000€) só em projetos que vão permitir alavancar um conjunto de respostas, um conjunto de realidades. Queria aqui explicar que há uma particularidade entre esta gestão e a gestão que nos antecedeu. É que nós efetivamente continuamos esta trajetória de redução da dívida, do passivo municipal, mas fazemo-lo gerando poupanças e fazendo investimentos que consideramos que são estruturantes para o futuro, determinantes para o futuro, determinantes para o reforço da tal competitividade, (que o senhor Fernando Pais disse que era fundamental nós fazermos), e por isso é que gostaria de mostrar alguns gráficos que permitem perceber o que é que eram as nossas despesas, o que é que eram as nossas despesas correntes e o que eram as nossas despesas de capital. É evidente que aquilo que nós pretendemos é que estas despesas correntes continuem a diminuir e queremos que estas despesas de capital sejam fortemente reforçadas. Mas deixe-me que lhe diga como é que nós conseguimos este valor de redução de dívida: Não teve obviamente a ver exclusivamente com a arrecadação de impostos, porque eu poderia apontar um conjunto de coisas que aconteceram durante 2018 que consumiram com muita facilidade esse aumento de arrecadação de impostos. Mas os números traduzem a realidade das coisas e os números revelam: Publicidade e propaganda - nós em 2017 gastamos duzentos e trinta e quatro mil euros (234.000€) e em 2018 gastamos cinquenta mil euros (50.000€); portanto reduzimos cento e oitenta e quatro mil euros (184.000€); Água - 2017, consumimos quatrocentos e sessenta e cinco mil e duzentos e doze euros (465212€), em 2018 tivemos redução de 27,5%; portanto uma poupança de cento e vinte e oito mil cento e cinquenta e sete euros (128.157€, com mais equipamentos); Eletricidade - tivemos uma redução de 2017 para 2018 de sessenta e cinco mil setecentos e vinte e quatro euros (65.724€); Assistência técnica (contratos fotocopiadoras, etc.) - em 2017 tínhamos cento e cinquenta e sete mil euros (157.000€), em 2018 tínhamos cento e vinte e dois mil euros (122.000€). Redução de trinta e cinco mil euros (35.000€); Trabalhos especializados - setecentos e vinte e sete mil euros (727.000€) em 2017, seiscentos e quarenta e sete mil euros (647.000€) em 2018, menos oitenta mil euros (-80.000€); Investimentos em Segurança - setenta e sete mil euros (77.000€) em 2017, cinquenta e um mil euros (51.000€) em 2018, poupança de vinte e seis mil euros (26.000€), não comprometendo aquilo que é a segurança nos diferentes edifícios; Eventos - quatrocentos e quarenta e quatro mil euros (444.000€) em 2017, duzentos e sessenta e nove euros (269.000€) em 2018 - poupança de cento e setenta e quatro mil euros (174.000€); Despesas de representação - oitenta e dois mil euros (82.000€) em 2017, quarenta e oito mil euros (48.000€) em 2018, menos trinta e três mil setecentos e quarenta e um (33.741€), cerca de menos 59% em despesas de representação; Aluguer de curta duração - cento e setenta e três mil euros (173.000€) em 2017, cento e três mil euros (103.000€) em 2018, redução de setenta mil euros (70.000€). Isto para dizer que foram feitas estas reduções. O senhor apontou alguns números, apontou por exemplo o número (que é verdadeiro) do investimento na rede de água e saneamento. Mas eu gostaria de comparar os

números de 2018 com os números dos exercícios anteriores. Este gráfico evidencia o que foi feito em 2018 e o que foi feito em 2017 e 2016 na nossa rede de água e saneamento no nosso Concelho. Por aqui percebemos a diferença e aqui percebemos como encaramos este problema. Deixe-me que lhe dê algumas notas sobre aquilo que está a ser feito. Nós chegamos à Câmara Municipal e tínhamos as nossas equipas operativas com a sua ação completamente limitada, porque tinham o parque de máquinas, de viaturas, de ferramentas, completamente depauperado. Nós fizemos centenas de milhares de euros de investimento e estamos neste momento à procura de alguns equipamentos que são fundamentais para os serviços e que vão obrigar a investimentos substanciais. Mas tivemos de comprar coisas tão simples como um cilindro, uma Bobcat, uma máquina para tapar buracos (porque tapávamos os buracos à pazada e durava muito pouco tempo), um aspirador industrial. Tivemos de fazer um conjunto de investimento que representa um esforço financeiro de centenas de milhares de euros. É isso que estamos a fazer. Para além disso, nós fizemos muito investimento na qualificação dos serviços e na criação de um conjunto de respostas. Estamos a falar num sistema de controlo de assiduidade eficaz, num sistema de gestão de estacionamento, num sistema de gestão de frotas, num sistema de gestão de obras, estações topográficas robotizadas, investimentos no balcão único para permitir melhores serviços aos munícipes., um conjunto de investimentos que são significativos e representam esforço de centenas de milhares de euros. Fez a acusação de que nós esquecemos o investimento às famílias. Não vamos falar no investimento às Juntas de Freguesia porque, se formos falar no investimento às Juntas de Freguesia, temos aqui [gráfico em papel] o ano de 2018 e temos aqui o ano de 2017 e percebemos o que existe, quer em termos de transferências correntes, quer em termos de capital; Portanto, percebemos objetivamente a diferença que houve às nossas Juntas de Freguesia entre o ano de 2017 e 2018. Deixe-me só dar-lhe nota sobre os apoios às famílias que, conforme disse, foram minorados/desprezados neste orçamento. Nós continuamos com um apoio efetivo ao arrendamento, onde fizemos um apoio de mais de cento e oitenta mil euros (180.000€). Fizemos efetivamente o apoio desse Vale Educação, que aqui já foi referido, de oitenta e seis mil euros (86.000€). Continuamos o apoio à natalidade e estamos a falar de cerca de cento e vinte mil euros (120.000€). Estamos a implementar um programa Saúde + que nos vai obrigar à afetação de uma verba de cinquenta mil euros (50.000€), mas também temos outras coisas que poderão parecer insignificantes mas têm relevância: Compramos uma carrinha de 9 lugares, para o transporte de crianças com necessidades especiais, trinta e cinco mil euros (35.000€); Instalamos, hoje mesmo, a cadeira dentista, investimento de mais trinta e cinco mil euros (35.000€); Estamos a ultimar a compra de um autocarro, investimento de duzentos e vinte mil euros (220.000€). Portanto, estamos a falar de um conjunto de investimentos substanciais, para além daqueles que aqui já foram referidos do reforço / duplicação do apoio à formação de trinta e cinco euros (35€) para quarenta e cinco euros (45€) na formação musical e de trinta euros (30€) para sessenta euros (60€) na formação desportiva. Portanto, digamos que temos aqui um conjunto de respostas que continuamos a dar às nossas famílias e que, naturalmente, nós queremos reforçar. Mas, investimos de forma

significativa na resolução de um velho problema e de um erro do passado que foi – conforme já aqui referido – na compra dos estaleiros. Estamos a falar de quatrocentos mil euros (400.000€), que nos vão permitir poupar setenta e dois mil euros (72.000€) por ano. Portanto, também temos aqui um investimento que é expressivo. Dizer também que em termos da rede viária, e para isso é muito importante que tenhamos criado um conjunto de condições, que não façamos as coisas sem ser de forma planeada, de forma controlada, neste momento, temos em termos de empreitadas lançadas, já adjudicadas e em execução perto de oitocentos mil euros (800.000€) de investimento. Portanto, estamos a falar de investimentos muito, muito, significativos. Deixe-me dar-lhe mais um número que é um número importante: Estamos a falar de números que são de áreas onde objetivamente podemos atuar no sentido de procurarmos gerar poupanças que são fundamentais para ocorrer às muitas necessidades que aqui já foram identificadas e que nós não as negamos e que subsistem e naturalmente vão subsistir durante alguns anos, mas que temos a obrigação de procurar atenuar. Em eficiência energética nós investimos mais de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€). Estou a falar das três fases de iluminação led, quinhentos mil euros (500.000€). Estamos a falar na intervenção na Piscina Municipal - painéis fotovoltaicos, bombas circuladoras, plano de água, iluminação led interior – mais de duzentos e sessenta mil euros (260.000€). Estamos a falar de perto de cem mil euros (100.000€) para a iluminação interior do Mercado Municipal, Biblioteca Municipal, Ludoteca. Estamos a falar de mais de quinhentos mil euros (500.000€) investidos na substituição de lâmpadas de vapor de sódio e de vapor de mercúrio, negociado com a EDP. Portanto, estamos a falar de mais de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€) de investimentos em eficiência energética. Rede de água e saneamento: expansão da rede de água em Cucujães, na criação integral da rede de água em S. Martinho da Gândara, em Madail, em Travanca, em Ul, estamos a falar de investimento de perto de dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000€). Como muitos investimentos que são feitos também pela própria Câmara Municipal em articulação com as Juntas de Freguesia e também por solicitação dos municípios. Portanto temos aqui um conjunto de áreas que traduzem aquilo que nós estamos a procurar fazer e traduzem também um esforço enorme que estamos a procurar fazer no sentido de gerar um conjunto de receitas que provenham de um conjunto de poupanças e naturalmente também da própria arrecadação de impostos, obviamente, nós não o negamos. É importante que exista essa arrecadação de impostos, até para satisfazer muitas das vossas reivindicações. É evidente que nós gostaríamos de poder acudir a todas essas reduções que aqui referiu (participações fixas no IRS, IMI, Derrama). Aliás, só a sugestão da redução de participação fixa do IRS de 5% para 4.5% implicaria uma perda de receita de mais de duzentos e trinta mil euros (230.000€). Portanto, é evidente que temos que ter esta preocupação. Nós temos um programa para quatro anos onde assumimos um conjunto de compromissos com os Oliveirenses. É evidente que os senhores poderão dizer que não cumprimos aquilo que era o nosso programa eleitoral. Pois não. Nós nem sequer a meio do mandato estamos. E, portanto, aquilo que nós nos comprometemos a fazer é a procurar nesse mandato cumprir aquilo que assumimos para com os Oliveirenses. Naturalmente, se um ou outro

aspecto ficar por cumprir, cá estaremos para pedir desculpa e sermos julgados pela nossa falta de concretização ou de realização. Agora, é bom que percebamos que não podemos ter o melhor dos dois mundos. Nós não podemos identificar um conjunto de realidades que no passado não existiam. No passado parece que não existiam problemas. No passado parece que tudo estava resolvido e de um momento para o outro, em pouco mais de um ano e meio, aparece uma visão catastrófica do Concelho onde, nas nossas zonas industriais não se faz investimento, na nossa rede viária não se faz investimento, na nossa rede de água e saneamento não se faz investimento, não há transferências para as nossas IPSS(s), não há transferências para as nossas Juntas de Freguesia. Como sabem, isso não é verdade, tem havido um reforço no investimento em todas essas áreas. Agora, é evidente que é muito difícil alavancar o desenvolvimento de um Concelho quando não temos projetos. É isso que está a ser feito. Estão a ser feitos um conjunto de projetos, projetos estruturantes, nos mais variados domínios, desde a reabilitação urbana, desde a recuperação do edificado público, desde a criação de respostas na área da cultura, que são fundamentais para o nosso enriquecimento cultural, desde a criação de parques verdes, parques de lazer, parques de estadia e também numa área que é fundamental que é o relacionamento que nós temos com as nossas Juntas de Freguesia. Portanto, aquilo que nós vamos procurar fazer é, naquilo que são as reivindicações que as Juntas de Freguesia nos têm apresentado, procurar dar-lhes resposta. Obviamente que não podemos dar resposta a todas as solicitações. Mas tentaremos dar resposta àquelas que nós consideramos que são fundamentais e que são prioritárias para o desenvolvimento do Concelho. Portanto, esta é uma estratégia que está a ser seguida e não tenhamos dúvidas - essa é uma mensagem que eu vos quero deixar bem clara: Até ao momento, julgo que este Executivo, tudo aquilo que assumiu perante os senhores deputados, cumpriu. Este Executivo não tem faltado à verdade. O nosso compromisso é, naturalmente, trazer aqui, no próximo relatório de contas, números bem diferentes destes que estamos a apresentar. É evidente que nos podemos falar que a nossa execução do Plano Plurianual de Investimentos foi pequena. E efetivamente foi. Mas reparem que só duas obras que estão inscritas no PPI - Escola de Fajões e Escola Ferreira da Silva (Cucujães) - representavam um incremento de 30% na execução do Plano Plurianual de Investimentos. A compra dos Estaleiros que era para ser concretizada no final de 2018, mas a burocracia que existiu em torno do Tribunal de Contas levou a que os Estaleiros só fossem adquiridos e pagos em 2019. Ou seja, menos 5% de execução no PPI. Mas mesmo assim, o investimento em 2018 foi superior ao investimento de 2017. Temos aqui, mesmo com uma baixa execução do PPI, um investimento que foi muito superior ao investimento de um ano eleitoral. Como sabe, se olharmos para aquilo que é o padrão dos investimentos, e é isso que interessa, nós percebemos que existe uma leitura num ano eleitoral e uma leitura completamente diferente naquilo que são os anos regulares. Como sabe, o ano de 2017 em termos de investimento na rede viária foi completamente atípico quando comparado com os outros anos. Mas se comparar o investimento de 2018 com os anos de 2016 e 2015, vai reparar que os investimentos são investimento que estão em linha. É evidente que tem investimentos e apoios às coletividades, às instituições particulares de solidariedade

social, mas que são situações absolutamente excepcionais. Temos anos, em concreto, onde temos investimentos que resultam de apoios a relvados sintéticos ou apoios a obras em igrejas. Vamos encontrar aqui quatro justificações muito rápidas para o ano de 2017 quando comparamos com 2018: Só para os relvados do Real Clube Nogueirense e do Futebol Clube Pinheirense – estamos a falar perto de trezentos mil euros (300.000€). Reabilitação da Igreja Matriz de Oliveira de Azeméis – cinquenta mil euros (50.000€); Obras na Capela de Santa Luzia-Cucujães – sessenta e três mil euros (63.000€); Patronato Santo António-Pinheiro da Bemposta – cento e três mil euros (103.000€). Temos aqui um conjunto de obras que, naturalmente, são exceções e que contribuem para aquilo que é a normalidade em termos dos apoios que são feitos apresente determinados picos. Mas isso não significa que estejamos a reduzir aquilo que são os apoios às IPSS(s), às coletividades e às Juntas de Freguesia, muito pelo contrário. Deixem-me, para terminar, dar-vos nota de um aspeto que tem a ver precisamente com essa descida de impostas que aqui foi referida como sendo possível, com base num orçamento que é um documento previsional. Portanto, é natural que nós possamos, quando apresentamos um relatório de contas, assumir uma posição diferente, em termos daquilo que é a nossa leitura, de quando estamos a falar de um orçamento previsional. Quando estamos a falar de um orçamento previsional nós baseamo-nos nas médias das receitas e não sabemos quais são as receitas que vamos cobrar para o ano em curso, elas podem baixar. Neste caso concreto aumentaram. Dizer que: Nós, objetivamente, em relação à descida de impostos, apresentamos aos Oliveirenses um compromisso apenas e só com o IMI. Foi esse o compromisso eleitoral que nós assumimos. E é para esse compromisso eleitoral que nós estamos a trabalhar. O senhor diz que a redução de todos os outros impostos são instrumentos de afirmação da competitividade dos territórios. Pois, com certeza que sim. Mas é bom que tenhamos consciência de que o devemos fazer quando tivermos um conjunto de respostas estruturantes devidamente consolidadas. Não me parece que seja razoável estarmos a reduzir a Derrama aos nossos empresários e continuar a apresentar-lhes zonas industriais com este nível de qualidade. Portanto, não me parece nada, nada razoável. Como não me parece razoável que nós prossigamos uma política muito pouco responsável de redução de um conjunto de impostos que conduziriam a uma perda de receita que é absolutamente fundamental para resolver problemas num Concelho que tem a rede viária no estado em que está, que tem algumas deficiências ao nível de resposta de parques urbanos e de parques de lazer, que tem ainda muitos problemas por resolver no seu parque escolar, que apresenta taxas de cobertura das redes de água e saneamento das mais baixas do País e que tem, naturalmente, um conjunto de caminhos a seguir que todos nós facilmente sabemos identificar. Não sei se consegui responder ao senhor deputado Jorge Melo, no sentido de o esclarecer em relação ao seu sentido de voto. Aquilo que nós temos feito é sobretudo uma gestão rigorosa. Não é uma gestão rigorosa para termos saldo bancário, nada disso. Aquilo que nos interessa é criar condições para termos investimento forte no Concelho que reforce a competitividade do nosso território. E, para isso, nós temos de cortar - e foi isso que fizemos - de forma séria nos gastos supérfluos, temos de procurar reduzir um conjunto de custos, mas

temos também de criar um conjunto de condições para fazermos/promovermos investimento. Investimento que queremos que seja produtivo. Investimento que queremos que crie mais riqueza. Investimento que gera mais impostos, que atraí mais pessoas, que atraia mais investimento. Esse investimento faz-se em várias áreas. Nós não podemos olhar apenas para os investimentos para resolver essa realidade que nós temos, que é realmente a realidade industrial. Temos de continuar acarinhá-la. Mas o desenvolvimento de um território faz-se em múltiplas dimensões. Nós não podemos esquecer a promoção turística, não podemos esquecer a reabilitação urbana, não podemos esquecer o enriquecimento cultural, não podemos esquecer um conjunto de dimensões que são absolutamente fundamentais para que o nosso rating aos olhos dos investidores melhore substancialmente. É esse o percurso que estamos a fazer. É esse percurso que queremos, convosco, que queremos continuar a fazer. Aquilo que nós esperamos é que vocês continuem a depositar em nós este capital de confiança que nós temos - julgo eu - sabido honrar e sabido honrar na exata medida de que aquilo que nós temos assumido convosco temos cumprido e vamos, naturalmente, procurar continuar a fazê-lo.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====*

===== “Muito obrigado. Vou falar sobre o ponto seis. No ano passado, neste ponto sobre a aplicação do saldo de gerência, apresentei a sugestão de melhoria ao Senhor Presidente para que não se limitasse a colocar o saldo de gerência todo numa rubrica mas que o dividisse pelas rubricas onde prevê efetivamente investir o valor desse excedente orçamental. Do ponto de vista político, esta opção teria um maior valor acrescentado para a sua discussão nesta Assembleia. É certo que o valor avultado do saldo de gerência deste ano de mais de oito milhões de euros (8.000.000€), não poderia permitir que o senhor presidente não transmitisse quais as suas ideias de aplicação - O que é que pretendia fazer com este dinheiro? Mas, mesmo assim, não posso deixar de o congratular por esta ação. Posso, desde já, adiantar que a Bancada do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente neste ponto seis. E votaremos favoravelmente depois de verificarmos que as rubricas que o executivo atribuiu maior aplicação deste saldo de gerência, são rubricas as quais entendemos serem alvos prioritários no nosso Concelho, tais como: investimento nas Escolas e na Rede Viária. Em relação a este documento, e após verificar que a maioria dos valores colocados se encontram de forma arredondada, sendo claramente valores previsionais, vemos que há valores colocados ao cêntimo. Ao ver estes valores tão exatos depreendemos que estas rubricas já têm alguns investimentos projetados e orçamentados. Refiro-me às duas rubricas: Investimento Edifícios/ Escolas e à rubrica Investimentos Edifícios/ Instalações de Serviços. Será que o Senhor Presidente pode explicar o que vai acontecer ao nível de investimento nestas rubricas? Será que está contemplado nestas rubricas a tão aguardada e necessária requalificação da Escola de Fajões? Obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior e prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Esta modificação orçamental para incorporação do saldo de gerência, efetivamente foi distribuída por um conjunto de rubricas, contrariamente àquilo que acontecia no passado onde fazíamos a alocação a uma única rubrica. Nós procuramos com isso fazer o seguinte: Nós temos, neste momento, uma distribuição feita que vai permitir que acudamos às seguintes necessidades de investimento: Duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e dez euros 287.710€ - Serviços de aluguer, montagem e desmontagem de monobloco para a Escola Básica e Secundária Ferreira da Silva; cento e quarenta e seis mil e quinhentos euros (146.500€) - Manutenção e conservação de passeios no Município de Oliveira de Azeméis; Trezentos e vinte e três mil euros - Caminhos de Fátima (sendo certo que os Caminhos de Fátima quando comparado com estas verbas é uma verba de cerca de cem mil euros (100.000€) o resto é investimento municipal); Reabilitação e ampliação edifício Antiga Biblioteca de Oliveira de Azeméis - Cento e sessenta e sete mil euros (167.000€); Requalificação do Posto da GNR-Cucujães - perto de quinhentos mil euros (500.000€); duzentos e setenta e sete mil euros (277.000€) - Reabilitação Escolas Básicas; cento e setenta e três mil e seiscentos euros (173.600€) - alterações de luminárias de tecnologia led - 1ª-fase, duzentos e quarenta mil euros (240.000€) - 2ª-fase e cento e oitenta mil euros -3ª-fase; Pontão na Rua dos Salgueiros - Ossela - perto de dezanove mil e quinhentos euros (19.500€); Requalificação de alguns entroncamentos e algumas obras é necessário em termos de trânsito na cidade - perto de quarenta mil euros (40.000€); Reabilitação do Blocos Habitacionais de Lações - quatrocentos e vinte e cinco mil euros (425.000€); Rede de abastecimento de água (R17 mais R24) - cerca de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€); Reabilitação da Escola Ferreira da Silva - Cucujães - um milhão e seiscentos e setenta e sete mil euros (1.677.000€); Sistema fotovoltaico para autoconsumo nas Piscinas Municipais - cento e quarenta e sete mil e quinhentos euros (147.500€). Portanto, neste momento, temos em termos de empreitadas em execução, em lançamentos de concurso público a aguardar propostas perto de seis milhões e quinhentos mil euros (6.500.000€). É o que temos, neste momento, aqui previsto. Em relação à Escola de Fajões: Esse é um assunto que já discutimos muitas vezes. Aquilo que eu tenho para vos dizer é exatamente a mesma coisa que tenho dito. Eu nunca desistirei da Escola de Fajões. Portanto, nós estamos a trabalhar para requalificar a Escola de Fajões e já tive também a oportunidade de vos dizer os moldes em que pretendemos fazê-lo. Não é aceitável que se requalifique a Escola de Fajões com o projeto que estava previsto que era a construção de um novo edifício, um novo bloco, mantendo o amianto no resto da Escola. Neste momento, encomendamos um projeto (esse esclarecimento já vos foi prestado) que visa requalificar os quatro blocos e não apenas o bloco C que era o único bloco que iria ser requalificado. Como sabem, o projeto foi chumbado pela DGEstE. Neste momento temos uma empresa que está a trabalhar no projeto de requalificação que permite a requalificação integral da Escola. E portanto, reforçar mais uma vez, que nós não desistimos da Escola. Reforçar mais uma vez que a nossa preocupação era assegurar-vos que as verbas que estavam previstas, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, para a Escola Ferreira da Silva e para a Escola de Fajões não seriam perdidas. E

portanto nós asseguramos que essas verbas, enfim, não são perdidas e com essas verbas ou com outras verbas vamos continuar a trabalhar para que a Escola de Fajões seja reabilitada. O mesmo se passa em relação a um conjunto de edifícios públicos. Também já vos foi dada essa explicação. O Centro de Saúde vai entrar em obras. Estamos a ultimar o projeto para a Casa das Heras - Parque da La-Salette. Estamos a trabalhar num projeto para um edifício dos Paços do Concelho, um edifício de raiz, e gostaríamos muito que até meados deste ano tivéssemos concluídos todos os projetos que são necessários para que a obra fosse lançada a concurso. Estamos a trabalhar também num projeto para um Centro Coordenador de Transportes. Julgo que os projetos de execução estarão prontos também até meados deste ano. Essas são, digamos assim, as obras relevantes que temos em mãos a que juntamos, naturalmente, o Cineteatro Caracas que é o investimento mais avultado que temos para fazer em termos de reabilitação urbana e recuperação do nosso edificado público. Segue-se a isto um conjunto muito vasto de outros investimentos que estamos a trabalhar com as nossas Juntas de Freguesia. Alguns desses investimentos permitem resolver problemas que se arrastam há algumas décadas, em alguns casos, e outros investimentos que correspondem a necessidades que foram elencadas pelas Juntas de Freguesia e que estamos a procurar dar acolhimento. Portanto, este trabalho que está a ser feito é um trabalho que vai dar frutos, que vai dar resultados, que vai permitir que os nossos números sejam números que traduzam a realidade que corresponda ao desenvolvimento que todos desejamos para o nosso Concelho e do reforço da sua competitividade no seu quadro de operação. Somos um município que todos os dias compete com outros municípios e disputamos investimento. Procuramos atrair pessoas; Procuramos atrair eventos; Procuramos atrair fundos comunitários. Portanto, esse quadro de competição é um quadro que nós queremos reforçar. E, naturalmente, dependerá muito da capacidade que nós tivermos para recuperar algum do tempo que perdemos ao longo destes anos. Portanto essa determinação com que nós começamos, o empenhamento com que nós começamos, a confiança com que nós começamos, não só se mantém como reforçamos. Aquilo que nós esperamos é que, ano após ano, ao longo deste mandato, sejamos confrontados com números que transmitam aquilo que é uma gestão municipal e que seja uma gestão que permita o desenvolvimento do nosso Concelho, o reforço da sua competitividade e, sobretudo, a melhoria das condições de vida das pessoas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD que colocou uma questão, relativa à inscrição da verba referente à escola de Fajões. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Senhor deputado a explicação é simples: Conforme já lhe disse, isto é um processo muito extenso, muito longo, tem exigido muitas horas de negociação, apresentamos várias soluções ao Ministério da Educação. Neste momento, ainda não está reconsolidada a reprogramação das verbas, ou seja, nós não sabemos se o Ministério da Educação vai reforçar as verbas que estão disponíveis para as duas escolas, se não o vai fazer, se vai permitir que nós

aloquemos a parte que sobra, depois de afetarmos a verba necessária para a Ferreira da Silva, a outras escolas do nosso Concelho. Portanto, nós estamos neste momento com a verba inscrita porque ela continua a constar do pacto assinado exatamente nos mesmos termos em que foi assinado. Enquanto não tivermos a decisão de reprogramação e percebermos o que é que o Ministério da Educação (Comissão de Coordenação) decide em relação à reprogramação das verbas, nós vamos manter exatamente como está porque é essa a nossa obrigação. É evidente que se a solução for um reforço das verbas, aparecerá aqui um reforço das verbas. Se for a manutenção desta situação, aparecerá a verba sobrança reafetada a um conjunto de investimentos. Por isso é que, não sabendo qual é que vai ser a decisão, o que fizemos foi já desenvolver um conjunto de projetos para as escolas que são da nossa responsabilidade que permitam, caso a decisão seja a de manter a verba disponível, nós termos os projetos já devidamente elaborados. É por isso que a verba está aqui. Aquilo que nós desejamos é que a verba se mantenha aqui porque, efetivamente, o Ministério da Educação respondeu aquilo que são as nossas pretensões.” =====

===== A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação. =====

*===== **Ponto quatro - Prestação de Contas Individuais/2018 (I/25992/2019) -** **Apreciação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; 7- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido apreciado e deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas Individuais relativas ao ano de 2018, com a seguinte votação: - a favor: vinte votos do PS e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - contra: nove votos do PSD; - abstenções: três do CDS/PP e três abstenções dos Senhores/as Presidentes de Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, Loureiro e União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela não participou na votação por não se encontrar na sala.=====

===== **Ponto cinco - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 (I/25756/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20 % do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 5.542.180,04 Euros Proponho a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 277.109,00 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 5.265.071,04 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.”=====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto seis - 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2018 (I/25600/2019) - Aprovação;**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Esta revisão orçamental deve-se às seguintes situações: 1 - À utilização do saldo da conta de gerência do ano anterior. De acordo com o definido no POCAL e referido na Ficha de Apoio Técnico nº 1/2004 – SATAPOCAL – CCDRN: “Após o apuramento do saldo de gerência e a apreciação e votação da prestação de contas pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL) ” Ainda na mesma Ficha de Apoio Técnico refere-se: “O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado, no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, em “outras receitas” (classificação económica 16.01 saldo orçamental desagregado em 16.01.01 Na posse do serviço e 16.01.02 Na posse do serviço – consignado). A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental, decorre do artigo 25º, Nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respetivas revisões. 2 - Inclusão de Novo Projeto no Plano Plurianual de Investimentos Considerando que a inscrição de novas rubricas da despesa, resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração,

apreciação e aprovação de uma revisão orçamental; Considerando que as revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados; Considerando que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as revisões ao Orçamento e às Opções do Plano; Considerando que, previsivelmente, durante o ano 2019, vai ter início um novo projeto de investimento que não foi previsto no Orçamento e PPI 2019 o Projeto/Ação correspondente; Proponho a inscrição no PPI 2019-2022 do seguinte projeto, com o cronograma financeiro de execução orçamental provisional: - Projeto/Ação n.º 33/2019, com a designação “ETAR de Loureiro” - Classificação Económica 07030302 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais 2019 - 300.000,00 €; 2020 - 50.0000,00 €; Pelo exposto, propõe-se a apreciação do órgão Executivo da revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação.”

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto sete - Proposta de Deliberação - Ratificação de protocolo celebrado com a ERSUC no âmbito de candidatura ao Aviso n.º 11-2018-14 do POSEUR (I/15669/2019) - Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A recente revisão da Diretiva Quadro dos Resíduos, da Diretiva “Embalagens” e da Diretiva “Aterros” verificada no contexto do pacote legislativo adotado pela União Europeia, que resultam em metas de reciclagem mais ambiciosas, sobressaindo a introdução de obrigação para a recolha seletiva de bio resíduos partir de 2023; 2. A Estratégia Nacional de Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis em Aterro que privilegia a valorização de resíduos orgânicos, em detrimento da sua deposição em aterro, a qual foi revista no PERSU 2020, instrumento que consubstanciou a revisão da estratégia consignada; 3. O estabelecimento no PERSU 2020 de uma meta nacional de redução de 63 % para 35 % de deposição em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis, relativamente ao ano de referência 1995; 4. O estabelecimento no PERSU 2020 de uma meta específica à ERSUC de um máximo de 10% deposição em aterro de resíduos urbanos biodegradáveis, relativamente ao ano de referência 1995. 5. O Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, com posteriores alterações, que estabelece a terceira alteração do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro e transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos, que prevê, no seu enquadramento legislativo o reforço da prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reutilização e reciclagem, promover o pleno aproveitamento do novo mercado organizado de resíduos, como forma de consolidar a valorização dos resíduos, com vantagens para os agentes económicos, bem como estimular o aproveitamento de resíduos específicos com elevado potencial de valorização 6. Que foi publicado pelo POSEUR o Aviso n.º 11-2018-14 destinado a financiar projetos de recolha seletiva de resíduos orgânicos; 7. Que a ERSUC é a concessionária, em regime de exclusividade, da concessão da exploração e gestão do sistema

multimunicipal de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e explora duas Centrais de Tratamento Mecânico e Biológico (adiante designadas por TMB), em Aveiro e Coimbra. Considerando ainda que: 1. A ERSUC submeteu uma candidatura ao Aviso n.º 11-2018-14 do POSEUR ao eixo prioritário 3 - PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS com o objetivo específico VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS, REDUZINDO A PRODUÇÃO E DEPOSIÇÃO EM ATERRO, AUMENTANDO A RECOLHA SELETIVA E A RECICLAGEM, para a Operação “Recolha Seletiva ERSUC - Implementação do Projeto de Recolha Seletiva de bio resíduos no Município de Oliveira de Azeméis. 2. A recolha seletiva candidatada a realizar será da fração alimentar na União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl que servirá como projeto piloto e dos resíduos verdes de jardim para todo o concelho, valorizando-se desta forma estes dois tipos de bio resíduos contribuindo assim para a economia circular. 3. O Município de OLIVEIRA DE AZEMÉIS e a ERSUC reconheceram que o Protocolo de Colaboração em anexo (documento esse que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas) constitui um instrumento determinante para o sucesso da Recolha Seletiva de Bio resíduos no âmbito do objeto do contrato de concessão da ERSUC, da sua atividade para o cumprimento do serviço público de recolha seletiva e tratamento de Resíduos Urbanos e para o cumprimento das metas ambientais individuais e nacionais. 4. Este protocolo tem efeitos condicionados à aprovação da referida candidatura. Pelo anteriormente exposto, remete-se a reunião de Câmara a ratificação do protocolo referido, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excecionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Trata-se de uma candidatura que está a ser feita pela ERSUC, com o envolvimento do Município de Oliveira de Azeméis e tem a ver com a estratégia nacional de redução de resíduos urbanos biodegradáveis. E nós associamo-nos a uma candidatura que vai permitir criar uma resposta ao nível dos bio resíduos e também ao nível dos resíduos verdes. Isto, passa pela criação de um conjunto de mecanismos que permitirão que a Câmara, para 20% da nossa população - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis no caso dos bio resíduos, no caso dos resíduos verdes estenderemos esta realidade a todo o Concelho –, criemos aqui um conjunto de condições para que se faça a recolha desses bio resíduos. É uma tarefa que é completamente executada pela ERSUC e a Câmara Municipal terá uma redução de 20%, naquilo que é a tarifa que hoje paga para os resíduos domésticos normais. Na prática, se esta candidatura for aprovada, teremos em termos de resíduos verdes, instalados 723 contentores de 1100 litros na via pública e são contentores semelhantes àqueles que já conhecem, mas numa cor diferente, que permitirá que as pessoas depositem nesses contentores os resíduos de podas, sobras de corte de relva de jardins e não utilizem os contentores de lixo indiferenciado para o depósito deste tipo de biomassa. Teremos também 8 contentores metálicos de 20 m³ (vinte metros

cúbicos) destinados a árvores, troncos, resíduos verdes de maior porte e serão distribuídos pelo Concelho. Teremos uma viatura com um gancho para a carga e transporte destes contentores de 20 m³ (vinte metros cúbicos). Em termos de resíduos orgânicos que resultam das confeções de refeições e alimentos que não chegam a ser consumidos, aquilo que prevemos fazer é instalar 9282 contentores, de 40 litros, para as famílias terem em casa, para a separação destes bio resíduos. Teremos 550 contentores de 1200 litros com o controlo de acesso por RFID (teremos todo sistema desde os cartões de aceso, software, etc.) e teremos também uma viatura de recolha de resíduos de 16 m³ (dezasseis metros cúbicos) com lavagem integrada, não só para estes contentores, como também para os contentores dos verdes. Estamos a falar de uma candidatura que tem um valor de mais de um milhão de euros (1.000.000€), um milhão cento e setenta e seis mil euros (1.176.000€). Portanto, é uma candidatura que esperamos ver aprovada e essa candidatura, sendo aprovada, vai permitir não só à ERSUC cumprir aquilo que as metas do PERSU 2020 determinam, mas também a meta nacional da redução deste tipo de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro. Portanto, esperamos que esta candidatura seja aprovada e tenhamos a possibilidade de iniciar este caminho de recolha seletiva de bio-resíduos que, como sabem, vai ser obrigatória a partir de 2023.”

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Isabel Barbosa. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Isabel Barbosa, do PS. =====

===== “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os presentes. No passado dia 22 de abril celebrou-se o Dia da Terra. Sob pena de parecer fazer um discurso demagógico e populista, direi que é o dia da casa de todos nós, e esta é a verdade. Como dizia Carl Sagan, há alguns anos, observação que se mantém válida nos dias de hoje, “ (temos) a responsabilidade de nos relacionarmos mais gentilmente uns com os outros e de preservarmos e acarinharmos o único lar que conhecemos: o pálido ponto azul.” Visto do espaço, isto é, a nossa Terra. Habitados a valorizar o consumo, ou melhor, o consumismo, fomos enchendo esta casa de lixo, em armazéns de lixo, os denominados aterros, nos mares e oceanos, a céu aberto e, até já é significativa a quantidade de lixo que colocamos no espaço próximo, e não tão próximo, se pensarmos na imensa tecnologia espacial que vai sendo enviada para locais longínquos e que por lá fica como sinal do nosso génio mas também do nosso egoísmo. O usar e deitar fora virou a rotina que, pensávamos, ilusoriamente, que era sinónimo do nosso desenvolvimento. A eliminação ou melhor, a não eliminação e o armazenamento dos resíduos, e mormente os resíduos urbanos, aqueles que todos produzimos em nossas casas, tornou-se uma ameaça à saúde do planeta. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2017 foram recolhidos em Portugal cerca de 5 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RU) (+115 mil toneladas relativamente a 2016), o que se traduz num rácio de 486,6 quilogramas de RU gerados por habitante (+12,3 kg habitante/ano do que o gerado em 2016). Está demonstrado que a quantidade de resíduos urbanos produzidos pelas populações é

influenciada pelo seu nível de riqueza, refletido na capacidade económica de consumir e na relação com os valores e hábitos de vida da população. Por esta razão importa reverter esta relação direta entre a produção de resíduos e o crescimento e desenvolvimento económico. A tão propalada e ansiada produtividade vista como sinónimo de desenvolvimento talvez seja afinal uma falácia, dado que a ciência nos mostra que a breve trecho, fruto do uso desregrado dos recursos, fruto do lixo que produzimos, a Terra, que celebramos no passado dia 22, deixará de ser sustentável, isto é, teremos comprometido a sobrevivência das gerações a que damos vida. Importa antes do mais que nos habituemos a reduzir e reutilizar e só depois então, a reciclar, numa ótica de economia circular, que visa manter o valor dos produtos e materiais durante o maior tempo possível. A produção de resíduos e a utilização de recursos devem ser reduzidos ao mínimo e, quando os produtos atingem o final da sua vida útil, os recursos manterem-se na economia para serem reutilizados e voltarem a gerar valor. O Parlamento Europeu aprovou diretivas que estabelecem novas regras para determinar os níveis de reciclagem e reduzir a deposição em aterros no espaço da união europeia, nomeadamente no campo dos resíduos urbanos através do programa PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos. Para o efeito é de importância prioritária a recolha seletiva, nomeadamente no campo dos bio-resíduos, particularmente no que se refere aos resíduos alimentares e resíduos verdes de jardim. É todo um novo mundo que se abre, mundo esse em que a tecnologia desempenha um importante papel, nomeadamente na capacidade de transformar estes bio-resíduos em bens de consumo amigos do ambiente e trazendo novas potencialidades no campo da reciclagem e da compostagem e outros. Os bioplásticos, produzidos a partir de resíduos alimentares, como o soro de leite, que muitas vezes é descarregado no ambiente pelas indústrias, com impacto ambiental, são já uma realidade. Como alguém disse “não importa quem faça, o importante é que se faça” mas como neste caso a Ersuc até é a concessionária em regime de exclusividade da concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos da zona em que, como concelho, nos inserimos, só poderemos louvar esta candidatura e a parceria com o município. Porque a Terra é de todos e porque este processo implica uma forte participação cívica dos cidadãos iremos estar particularmente atentos às estratégias de comunicação desenvolvidas e às medidas para sensibilização e mobilização da população. São novas realidades que implicam novos modos de estar em sociedade e aqui tem de entrar também as escolas e as autarquias, instituições de ensino superior, associações e também as empresas, numa ótica de uma sociedade aberta, de inter-relações e de parcerias estratégicas, que é para isso que devem servir as autonomias, a educação, vista como um processo individual e coletivo que nunca se esgota, as flexibilidades no campo educativo e noutros, a cultura e a inovação. “O individuo é o alicerce do coletivo. A batalha da Humanidade é ganha nas mudanças coletivas que se consolidam com a maneira de ser e de estar de cada um no seu quotidiano”. De modo mais simples, direi: ninguém faz nada sozinho e isso é particularmente verdade no que diz respeito ao ambiente. Numa ótica de boa-fé e partindo do

princípio que a empresa cumprirá a sua parte, cá estaremos para fiscalizar, interessa congregarmos todos neste desígnio comum de melhorar o planeta, a partir da nossa casa.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que prestou o seguinte esclarecimento: “Neste um milhão cento e setenta e seis mil euros (1.176.000€) estão previstos cinquenta e cinco mil euros (55.000€) para ações de sensibilização.”* =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto oito - Pedido de consentimento para alteração de Contratos de Financiamento da Concessão - INDAQUA Oliveira de Azeméis (I/25649/2019) - Aprovação;**=====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A Indaqua Oliveira de Azeméis, apresentou através de ofício com ref.ª TF/CMCC/CE-15941, documento registado na Câmara Municipal sob o nº E/16803/2018, um pedido de consentimento para alteração de Contratos de Financiamento (em anexo o anexo 8 e Aditamento ao contrato de Financiamento), o qual decorre do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis outorgado a 05/07/2013. O referido pedido foi remetido à Comissão de Acompanhamento da Concessão para emissão de parecer (em anexo), registado na Câmara Municipal sob o nº E/16803/2018. Atendendo ao parecer da Comissão de Acompanhamento da Concessão e considerando que as alterações compreendem: - a redução de encargos financeiros suportados pela Concessionária (alínea a); - a adequação do período de disponibilidade e desembolso do financiamento em função do atraso no Plano de Investimento (alínea b); - a alteração necessária para refletir a última reestruturação acionista da Indaqua, S. A. (alínea d); - o ajuste dos valores limite dos rácios usados como condição para a realização de distribuições, num sentido mais restritivo, e sem impacto para a Concessão (alínea e); - alteração de forma a permitir que os reembolsos semestrais aos bancos possam ser acompanhados por distribuições acionistas semestrais (alínea f). Atendendo que esta modificação não tem influência nos montantes globais distribuídos, mas permitirá uma redução de encargos financeiros (juros da dívida subordinada), originando maior eficiência na gestão de tesouraria da Concessionária; - alteração dos limites e rácios usados como condição para verificação de incumprimento (alínea i). Com a adição do rácio de cobertura do serviço da dívida com caixa como condição de incumprimento, tornando mais exigentes as condições de geração de cash-flow periódico. No entanto, no caso em específico do RSD sem caixa, o incumprimento fica restrito a duas datas consecutivas, evitando que a Concessionária se encontre numa condição de incumprimento em resultado de um evento excecional e com impacto negativo mas que se resolva no período de 12 meses seguintes, e que portanto não constitua um evento suscetível de impossibilitar o cumprimento das obrigações da Concessionária ao abrigo do contrato de financiamento. - inclusão como condição precedente a qualquer utilização do financiamento a prestação de garantia por parte da Indaqua enquanto não estiver formalizada a alteração do Plano de

Investimentos através de aditamento ao Contrato (alínea j). - Outros ajustes necessários à implementação das alterações elencadas (restantes alíneas). Propõe-se a aprovação do pedido de consentimento apresentado pela Indaqua Oliveira de Azeméis, sendo que as alterações propostas visam adaptar o contrato de financiamento à realidade da execução do Contrato de Concessão, apresentando condições de mercado atualizadas, não violando os princípios e obrigações consignadas no Contrato de Concessão.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== “O que a Indaqua nos está a pedir é que autorizemos que eles procurem melhores condições de financiamento no mercado. Isto não tem nenhum tipo de implicação naquilo que são os pressupostos que estão preconizados no contrato de concessão, mas a entidade com o atraso que se verificou no plano de investimentos, - deixar só um parêntesis: (quando nós entramos em funções a Indaqua tinha um milhão de euros do plano de investimentos, concretizados, neste momento tem a totalidade (praticamente) do plano de investimentos concretizado. Obviamente isso resulta da pressão que foi feita para que o investimento acontecesse.) É evidente que as alterações deste contrato de financiamento permitem que a Indaqua vá ao mercado financiar-se com melhores taxas, permite também que a Indaqua possa distribuir dividendos duas vezes por ano e permite que crie melhores condições na sua atividade. Não tendo isto qualquer tipo de implicação para aquilo que está contratualizado entre a Câmara Municipal e a Indaqua.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto nove - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ossela e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/17810/2019) - Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de reformular o atendimento descentralizado numa perspetiva de eficácia e eficiência e eficácia dos serviços do Município; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Freguesias/União de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - Que o Estado, as autarquias locais e as entidades intermunicipais articulam entre si, nos termos do art.º 4.º a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências nos termos do art.º 116.º e seg da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão

territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a racionalização dos recursos disponíveis (art.º 118.º da Lei 73/2013 de 12 De setembro e posteriores alterações); - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - O Programa nacional global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativa - DL n.º 135/99, de 22.04 e respetivas alterações e Simplex +; - A possibilidade de delegação de competências por via de contratos interadministrativos, totalmente livres quanto à sua negociação e concretização; - O disposto no art.º 124 e seguintes do Anexo I, à citada Lei n.º75/2013; - Que os órgãos e serviços da Administração Pública colaboram entre si e prestam auxílio mútuo na prestação de serviços de atendimento ao cidadão; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; -As regras contidas nos art.ºs 336º, 337º e 338º do CCP, designadamente no: ”N.º1 - As disposições da parte iii do Código dos Contratos Públicos não são diretamente aplicáveis aos contraentes públicos que contratam entre si num plano de igualdade jurídica, segundo uma ótica de harmonização do desempenho das respetivas atribuições; N.º 2 - O disposto no número anterior não impede a aplicação, com as adaptações necessárias, do regime substantivo dos contratos administrativos aos contratos celebrados entre contraentes públicos pelos quais um deles se submeta ao exercício de poderes de autoridade pelo outro”; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B, n.º1 do referido CCP (aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado pelo DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; Que na sequência da aprovação em 26.06.2018 pela CM da minuta, foi celebrado com a Freguesia de Fajões idêntico Contrato, com o mesmo objeto e fins; A designação do trabalhador José Augusto Santos Correia como Gestor do Contrato; Propõe-se: A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo (documento esse que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com a Freguesia de Ossela e a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Como sabem, iniciamos um processo de descentralização do atendimento (GAM). Celebramos estes contratos interadministrativos, em primeiro lugar, com a Junta de Freguesia de Fajões que foi a cobaia que nos ajudou na implementação deste projeto. Teve sucesso e estendemo-lo a todas as freguesias do nosso Concelho. Estamos aqui a aprovar o contrato interadministrativo com a Freguesia de Ossela e com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail que eram as duas que ainda não tinham concluído este processo. Portanto, estamos em condições de assegurar,

neste momento, a aprovação e de termos em todas as freguesias, o nosso Gabinete de Atendimento o Múncipe (GAM) descentralizado. =====
===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a proposta apresentada. =====
===== **Ponto dez - Proposta de Aprovação do Acordo de Cooperação do Projeto VOAHR (Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência) (I/7646/2018)**; =====
===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- Na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, é reconhecido o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania ativa e solidária e garantida a sua autonomia e pluralismo; - A Pista Mágica é uma associação que tem como Missão Educar para um voluntariado que efetivamente contribua para um mundo melhor. Elaborou a candidatura com o Projeto de Inovação Social VOAHR Municípios - Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência (doravante designado por VOAHR Municípios) no âmbito do Programa Parcerias para o Impacto, que foi aprovado; - A Câmara Municipal assinou uma Carta de Compromisso de Investimento Social no valor de 7.059€ para todo o período do projeto (36 meses), devidamente fundamentada e justificada; - O Projeto Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência Municípios (VOAHR Municípios) nasce da necessidade de dinamizar o voluntariado a nível local, envolvendo todo o tipo de agentes de voluntariado (voluntários, organizações da economia social, setor público, empresas e entidades educativas); - É uma iniciativa que pretende aumentar o impacto do voluntariado a nível municipal através de ações de formação, consultoria e auditoria que tornem o trabalho de voluntariado cada vez mais eficiente e profissional; - Apresenta-se como uma importante mais-valia ao nível do desenvolvimento e coesão social, trazendo para o município várias oportunidades, nomeadamente: - Imprimir dinamismo à rede social concelhia - Desenvolvimento de novos projetos - Impulsionar a dinamização do Banco Local de Voluntariado (BLV) - Aumento significativo do n.º de voluntários no BLV - Promover uma sociedade mais equilibrada e inclusiva respondendo de forma mais participativa e criativa a problemas e necessidades atuais - Desenvolver o espírito colaborativo - A Pista Mágica e a Câmara Municipal, em sintonia com os princípios e objeto do VOAHR Municípios, reconhecem o interesse mútuo em estabelecer linhas de cooperação na capacitação dos agentes de voluntariado para a dinamização do voluntariado profissional que sabe como atuar e tirar o melhor partido das competências e situações para gerar maior impacte na comunidade; - Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º. 790/2019, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - A designação de Maria da Luz e Sá Pinto como Gestora do Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: - A aprovação do Acordo de Cooperação do Projeto VOAHR Municípios (Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência), constante de documento próprio anexo a esta proposta (que fica

arquivado em pasta anexa ao livro de atas), devidamente enquadrado e justificado nos termos e para os efeitos da alínea h) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e alínea u) do n.º 1 do art.º33.º do mesmo diploma; - Remeter à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Todos percebemos a importância do voluntariado para as mais variadas respostas que precisamos de dar no domínio do poder local, junto da própria comunidade. Aquilo que nós estamos aqui a fazer é um contrato de cooperação com esta entidade (VOAHR - Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência), onde pretendemos dinamizar o banco de voluntariado concelhio. Estamos a falar de uma verba de dois mil trezentos e cinquenta e três euros ano (2.353€/ano), para os anos de 2019/ 2020 /2021. E aquilo que pedimos é a autorização para fazermos este acordo de cooperação com esta entidade. Aquilo que se pretende com este projeto é imprimir dinamismo à rede social concelhia, desenvolvimento de novos projetos, impulsionar a dinamização do banco local do voluntariado, aumentar significativamente o número de voluntários, promover uma sociedade mais equilibrada, promover uma sociedade mais equilibrada e inclusiva respondendo de forma mais participativa e criativa a problemas e necessidades atuais e desenvolver o espírito colaborativo. Este projeto está a ser desenvolvido no seio da Área Metropolitana do Porto. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia Municipal é inegável que desde 2001 o Município de Oliveira de Azeméis ganhou grande notoriedade de desempenho no que diz respeito à Ação Social. Desde então para cá o Município tem desenvolvido ações, iniciativas, atividades e colocado à disposição os mais diversos serviços destinados a dar resposta às necessidades da população mais vulnerável. Criou, em nosso entender, diversificado e orientado trabalho quer prático quer teórico, ferramentas fundamentais para uma estratégia consolidada na área de intervenção social. Temos um conjunto de respostas - profissionais, técnicas e humanas - interligadas com instituições sociais que sustentam a base da ação social. Esta experiência acumulada com cerca de duas dezenas de anos é, com certeza, um capital humano e técnico que o Município com os seus colaboradores e instituições sociais granjearam, construindo solidamente aquilo que hoje se denomina como Rede Social do Concelho de Oliveira de Azeméis. Muitos destes agentes sociais trabalham em regime de voluntariado e por isso também acumularam experiência nesta área de conhecimento (área do voluntariado). Aliás, Oliveira de Azeméis, também nesta matéria, demonstra ter capacidade de se constituir como um município voluntário dado os inúmeros voluntários que diariamente trabalham em prol da comunidade, com criatividade e inovação, quer ao nível do trabalho

*social, associativo, empresarial e académico. Para isso basta recordar: o voluntariado que é realizado em instituições como a Cruz Vermelha Portuguesa - no ramo da saúde; a própria rede social e o trabalho voluntário realizado pela CPCJ; o trabalho de voluntariado e de responsabilidade social realizado pelas nossas empresas, que me dispense enunciar; o trabalho de voluntário efetuado nos nossos agrupamentos escolares são alguns exemplos de um conjunto de atividades que colocam o concelho na senda de um município inclusivo e que procura a coesão social. Cremos que toda esta atividade na área social gerou capacidade e conhecimento capaz de formar, incentivar, estimular e promover ações de voluntariado de excelente nível com vista a motivar os jovens, instituições e organizações sociais. Senhor Presidente da Câmara, a questão que colocamos não tem a ver com a matéria ou substância mas com a forma. O executivo liderado pelo PSD foi duramente criticado pela oposição, então o Partido Socialista, por estabelecer acordos (aquisições e contratos) com entidades fora do concelho. Todavia, o que vemos é que, no seu executivo, não é o primeiro acordo - neste caso não é uma aquisição - que estabelece com entidades sediadas fora do município. Será que a experiência do Pelouro da Ação Social na sua ampla abrangência de atividades, não teria competência para realizar o trabalho que este acordo refere? Senhor Presidente tivemos a preocupação de visitar o sítio da “Pista Magica” e, pela informação disponível, salvo melhor opinião, esta organização não nos parece ter um trabalho tão relevante quanto se faz parecer neste acordo. Tenho dito.” =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====
===== “Aquilo que se pretende, eu já expliquei, é termos, em toda essa rede que falou de parceiros locais, a possibilidade de criarmos uma rede de voluntariado que permita dar resposta aos problemas da comunidade. É isso que se pretende. Nós fazemos este protocolo com esta entidade porque foi esta a entidade que foi selecionada pela Área Metropolitana do Porto. Portanto, é esta entidade que é apresentada ao conjunto dos municípios da Área Metropolitana do Porto. Não somos obrigados a aderir. Aliás, estamos aqui a decidir se aderimos ou não. Agora, se quisermos aderir, se acharmos que é importante este programa, se acharmos que é importante esta resposta, podemos fazê-lo com esta entidade “Pista Mágica” porque foi esta entidade que contratualizou com a área Metropolitana do Porto. Isto acontece nos mais variados domínios. Nós estamos neste momento a trabalhar, como sabem, no problema da concessão da baixa tensão na Área Metropolitana do Porto e naturalmente que nós trabalhamos com a ENERGAIA e com a Agência de Energia do Porto, não trabalhamos com a Cooperativa Elétrica de Loureiro. Trabalhamos com as entidades que a Área Metropolitana do Porto escolhe para desenvolver os processos. Neste caso, nesta bolsa de voluntariado que é local, mas que se pretende que tenha uma dimensão metropolitana, foi a entidade que foi escolhida e só por essa razão e não tem nada a ver, como é evidente, com o facto de nós não entendermos que no nosso Concelho existem entidades com capacidade para promover essa bolsa de voluntariado e por isso é que o voluntariado existe em todos esses domínios que elencou, nem tem nada a ver com o facto de nós acharmos que a Câmara Municipal não tem internamente capacidade também*

para dinamizar projetos de voluntariado. Aquilo que se pretende é ter uma visão muito mais abrangente com uma entidade que tem conhecimentos nesta área, que tem produzido resultados. É uma entidade que a Área Metropolitana do Porto entendeu depositar a sua confiança para a concretização deste projeto. Cabe-nos a nós decidir se queremos ou se não queremos aderir a este projeto. É só isso. Conforme disse – é uma verba que não é muito significativa se depois da sua implementação tivermos um banco de voluntariado local que permita não só dar essas respostas - que muito bem referiu -, mas também reforçar outras necessidades onde também sentimos que seria fundamental o trabalho desses voluntários em algumas áreas onde nós não temos um banco de voluntariado que nos permita dar resposta a um conjunto de coisas que gostaríamos que acontecesse e pode ser que com este programa consigamos dar essa resposta.”

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze - Protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclos de Conferências Às Quartas com...” 2019/2020 (I/20225/2019) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Rotary Club de Oliveira de Azeméis tem promovido, juntamente com a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, a iniciativa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...”; - o ciclo de conferências tem tido a capacidade de captar oradores de excelência nas mais diversas áreas, mobilizando a presença e a participação da sociedade oliveirense; - esta iniciativa foi iniciada no ano rotário 2014/2015 e tem-se mantido regular nos anos consecutivos; - o Rotary Club gostaria de lhe dar seguimento no ano rotário de 2019/2020; - as atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Promoção do Desenvolvimento (alíneas e, f) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa ou outra de interesse para o município (alínea 4) do n.º 1 do art.º 33 do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); propõe-se: - a aprovação da minuta do Protocolo a celebrar com o Rotary Club de Oliveira de Azeméis (documento esse que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), tendo em vista a continuação desta parceria institucional; - que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Trata-se da renovação de um protocolo que já vem sendo desenvolvido há alguns anos. O Rotary tem feito um conjunto de conferências designadas “Ciclo de Conferências Às Quartas com...”, onde tem trazido cá figuras de extrema relevância e com provas dadas nas suas áreas de atividade. Entendemos que é muito importante continuarmos a manter esta relação com os Rotary, permitindo através da exploração deste espaço (Sala Polivalente Biblioteca Municipal Ferreira de Castro) e da colaboração solicitada que seja possível dar, a manutenção deste ciclo de conferências porque achamos que é a oportunidade de contactarmos com pessoas

que trazem experiências riquíssimas e que estão disponíveis para partilhar essas experiências conosco e proporcionar-nos a aprendizagem de coisas muito relevantes nesses domínios.” ==
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada autorizando a celebração da minuta de protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis referente ao “Ciclos de Conferências Às Quartas com...” 2019/2020. =====
 ===== **Ponto doze - Pedidos de isenção total/parcial de taxas pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis, apresentados por: - Marina Reis;- Ângela Gomes; e Agrupamento de Escolas Soares Basto (I/21539/2019) - Aprovação; =====**
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - O Princípio da universalidade, não discriminação, solidariedade, equidade social, constantes na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto; 2 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 3 - Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 4 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art. 23.º do anexo I da lei n.º75/2013, 12 setembro); 5 - A importância da atividade física destinada a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres, promover a formação pessoal e facilitar a inserção na sociedade; 6 - Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos municipais, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, “a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios”; 8 - Que foram apresentados pedidos de isenção e/ou redução de taxas de utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis: 8.1 - A munícipe Marina Reis, mãe de Rafaela Reis Silva, por indicação médica solicitou a cedência da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis com caráter regular, a título gratuito ou com redução de taxa, para a realização de atividade desportiva (natação terapêutica ou hidroterapia), com a frequência de 2x/semana, com o objetivo de promover a melhoria da sua condição física, uma vez que a Rafaela apresenta uma lesão obstétrica do plexo braquial esquerdo grave, com uma perda funcional total ao nível do ombro, punho e mão e com atrofia do referido membro; A munícipe não apresenta qualquer rendimento auferido, relativo ao ano transato e apresenta aconselhamento médico para a prática da modalidade Hidroterapia. 8.2 - A munícipe Ângela Gomes, mãe de Viviana Gomes, solicitou a cedência da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis com caráter regular, a título gratuito ou com redução de taxa, para a realização de atividade desportiva (hidroginástica) com a frequência de 2x/semana, devido ao facto da filha ser portadora de trissomia 21, estar com excesso de peso e ser fundamental para a sua reabilitação/saúde a

prática de hidroginástica. Refere ainda que a Viviana “aufere um baixo rendimento atribuído pela Segurança Social, o qual é insuficiente para a sua inclusão na sociedade, bem como para a melhoria da sua qualidade de vida/saúde.” A munícipe apresenta também declaração de rendimentos 2018 e Segurança Social, bem como indicação médica para a prática de hidroginástica, por motivos de saúde. 8.3 - O Agrupamento de Escolas Soares Basto, por intermédio da Professora Titular e da Adjunta da Diretora, solicitou a cedência da Piscina municipal de Oliveira de Azeméis ao aluno Diogo Carvalho, com carácter regular, a título gratuito ou com redução de taxa, para realização de atividade desportiva natação (Personal Trainer) com a frequência de 1x/semana, pelo facto do aluno revelar grave atraso no desenvolvimento psicomotor global, o que compromete entre outros aspetos, a coordenação e a motricidade, com o objetivo de constituir uma mais-valia ao desenvolvimento integral desta criança. Acresce ainda informação de existência de graves dificuldades económicas do agregado familiar onde a criança está integrada, necessitando de apoio social. 10 - Que de acordo com artigo 7.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, estão parcialmente isentas em 50% do valor das taxas, preços ou outras receitas municipais previstas, casos de comprovada situação de insuficiência económica...sempre que o rendimento do agregado familiar do requerente seja igual ou inferior a duas vezes o rendimento mensal mínimo garantido no ano em vigor; 11 - Que anualmente serão revistas condições socioeconómicas do agregado familiar, de modo a comprovar a manutenção de requisitos necessários à atribuição de isenção/redução de taxas a aplicar; Propõe-se, de acordo com os fundamentos retrocitados, nos termos e para os efeitos do artigo 15.º alínea d) e artigo 16.º n.º2 e n.º3 da Lei n.º73/2013 e posteriores alterações: 1. A concessão de isenção parcial de taxas, no valor de 50%, pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis, com efeitos ao mês de abril 2019, por um período de 5 anos, de acordo com disponibilidade de turmas existentes, bem como se proceda à convalidação e ratificação dos atos/isenções entretanto praticados ao abrigo dos artigos 156.º e 164.º do CPA, com a despesa fiscal total estimada em 3393€, (1040€, 728€, 1625€, respetivamente pedido 8.1, 8.2 e 8.3). 2. A concessão de isenção total de taxas, pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis em Regime Livre, de acordo com disponibilidade existente, com efeitos ao abril 2019, por um período de 5 anos, bem como se proceda à convalidação e ratificação dos atos/isenções entretanto praticados ao abrigo dos artigos 156.º e 164.º do CPA, com a despesa fiscal estimada respetivamente em 1560€, para cada utente, correspondente a um valor global estimado em 4680€ 3. O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos 4. Mais se efetue a devida publicidade nos termos e para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 79.º da lei 73/2013 na sua atual redação.” =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
===== “É exatamente isso que está no enunciado. É um pedido de isenção total ou parcial de taxas pela utilização da piscina municipal para um conjunto de munícipes. Um dos pedidos é

feito em nome do Agrupamento de Escolas Soares Basto mas destina-se ao aluno Diogo Carvalho. São pessoas carenciadas, pessoas que têm necessidades especiais, alguns casos doenças crónicas. Portanto, estamos aqui a decidir, conforme é proposto: A concessão de isenção parcial de taxas, no valor de 50%, pela utilização da Piscina Municipal, de acordo com as turmas existentes e isenção total para o regime livre de utilização da piscina.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze - Proposta de isenção total de reposição do pavimento e redução parcial de 50% do valor da ligação do ramal de águas pluviais – Victor Manuel de Oliveira Pinho (I/25709/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “O referido pedido de ramal de ligação à rede de drenagem de águas pluviais registado na Câmara Municipal sob o nº E/16803/2018, surge no seguimento de um teste de fumo efetuado pela Indaqua, tendo sido detetada a ligação das águas pluviais ao ramal de saneamento, pelo que a Indaqua notificou o requerente para correção da anomalia detetada. Para execução do ramal para ligação às águas pluviais, foi efetuada medição e orçamento do respetivo ramal registado na Câmara Municipal sob o nº S/31174/2018. Neste seguimento o Sr. Victor apresenta exposição/reclamação, registado na Câmara Municipal sob o nº E/19207/2018, a solicitar a isenção total do pagamento ou em alternativa uma redução parcial de 50% do custo da ligação do ramal de águas pluviais e isenção da reposição do pavimento. Atendendo à informação técnica, registada na Câmara Municipal sob o nº I/25426/2019 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas): Propõe-se o diferimento da redução parcial de 50% do custo da ligação do ramal de águas pluviais e isenção da reposição do pavimento, no âmbito do artigo 6º do regulamento de taxas, licenças e outras receitas municipais.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Isto é um caso com cerca de 20 anos. O que este município nos diz é que a Câmara Municipal quando pavimentou a via destruiu a rede pluvial que existia e em resultado disso – e com o envolvimento da Câmara Municipal – foi feita a ligação das águas pluviais à rede de águas residuais. Portanto, a Indaqua numa ação inspetiva verificou essa irregularidade e obrigou o município a fazer a correção fazendo a separação das águas pluviais das águas residuais. Aquilo que acontece é que o orçamento para a concretização dessa tarefa é de mil e quinhentos euros e quarenta e cinco cêntimos (1.500,45€) e há um pedido de isenção de 50% custo de ligação do ramal de águas e isenção total de reposição do pavimento. Ou seja, a Câmara suportaria uma parte substancial desta verba (metade dos seiscentos e cinquenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos (658,48€) seria suportado pelo município e a outra metade pela Câmara Municipal). A reposição do pavimento no valor quinhentos e sessenta e um euros (561€) seria integralmente suportada pela Câmara Municipal. A estes valores acresce o IVA. Trata-se

de repor uma situação que foi originada pela Câmara Municipal, pelos serviços da Câmara Municipal, e é da responsabilidade da Câmara Municipal.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== “Senhor Presidente, apenas por uma questão de princípios, faço esta pergunta: O Senhor Presidente certificou-se junto de algum funcionário que comprove aquilo que o munícipe disse / apresentou à Câmara é verdade? Porque o que acontece para uma coisa pequena pode acontecer para uma coisa grande. Como isto já foi há muito tempo, acho que era importante que a Câmara comprovasse. A Indaqua, pelos vistos, já fiscalizou e viu que a irregularidade estava cometida e era preciso corrigi-la. O munícipe disse - (não o conheço, estou à vontade para falar assim): “Isto foi feito pela Câmara. O erro foi feito pela Câmara. A Câmara deve responsabilizar-se.” Há provas do lado da Câmara que assim foi? É só essa a pergunta que eu faço.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== “Os funcionários que fizeram este trabalho, já não estão ao serviço da Câmara Municipal, eventualmente um ou outro que esteja não se lembra. O que acontece é que a rua estava em terra batida e foi pavimentada. Se foi pavimentada, naturalmente que não foi pelo particular, foi pela Câmara Municipal. Em resultado disso a condução das águas pluviais foi feita por um funcionário da Câmara precisamente para as águas residuais. Foi o próprio munícipe que sugeriu pagar metade do valor da construção do ramal. Agora, é evidente que temos de fazer fé naquilo que nos é dito e temos de fazer fé no facto de que, efetivamente, existia a ligação de águas pluviais mas que deixou de existir pela pavimentação que foi feita há 20 anos pela Câmara Municipal.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== “Continuo a dizer que não vale muito o tempo que se perde com isto, mas é só uma questão de princípios: Eu só ia dizer que nos vamos abster, apenas pelo princípio de que não podemos, em consciência, por pouco ou por muito, entendemos que tem que haver uma verificação. Não podemos acreditar em qualquer munícipe por muito sério que seja, em qualquer valor que seja. É uma questão de princípio, só.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== “Não tenho muito mais a acrescentar. Não acho que um problema que tenha sido causado – pelo menos é este o meu entendimento; Eu percebo o que quer dizer com a prescrição – pela Câmara Municipal. Na minha opinião, nunca deve prescrever. Portanto, se nós entendemos que este problema é da nossa responsabilidade, efetivamente é. Os mecanismos de

verificação são um pouco complexos ao fim de 20 anos, como compreende. Mas o que é facto é que o município dirigiu-se várias vezes aos serviços da Câmara Municipal para reclamar deste problema que lhe foi criado pela destruição do tubo que tinha para conduzir as águas pluviais. Em resultado dessas reclamações, um funcionário da Câmara foi lá e, como não havia rede de águas pluviais, ligou a conduta de águas pluviais do município à rede de águas residuais e a situação manteve-se assim durante todos estes anos. Portanto, fazendo fé naquilo que nos é dito, e até na identificação do problema, apresentamos esta proposta que, digamos, nos é sugerida pelo município de pagar 50% do ramal sendo a restante responsabilidade assumida pela Câmara Municipal.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto treze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, três (3) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: onze (11) do PSD. =====

=====
 ===== **Ponto catorze - Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de parcela de terreno junto à Estalagem São Miguel (I/21016/2019) - Aprovação;**

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação de bens de domínio público municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 73/2015 de 12 de dezembro; - que a parcela de terreno constante da planta anexa, com área de 2.328 m², junto à Estalagem S. Miguel, que confronta do norte com Município de Oliveira de Azeméis, do sul, de nascente e de poente com arruamento do Parque de La-Salette se encontra no domínio público municipal; Proponho: Que seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público a parcela de terreno acima identificada e na planta anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), para integração do domínio privado municipal.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “A área onde está instalada a Estalagem S. Miguel tem uma parcela de terreno que não corresponde com a parcela de terreno da totalidade da área. Aquilo que estamos a fazer é a regularizar a área ocupada pela Estalagem. Estamos a desafetar do domínio público para o domínio privado do município toda essa parcela, no sentido de podermos, caso seja essa a decisão, proceder à alienação ou à concessão deste património. Portanto, aquilo que estamos a pedir é a desafetação do domínio público para o domínio privado do município desta área, que já foi regularizada porque era uma área que não incluía a área dos taludes, toda a envolvente. Neste momento, essa área está perfeitamente definida: em vez dos 2850 m² (dois mil oitocentos e cinquenta metros quadrados), acrescentamos mais dois mil trezentos e vinte e oito metros quadrados (2328 m²) e é esse terreno que nós queremos desafetar do domínio público para o domínio privado do município.”

=====*Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais e Albino Martins.* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.*=====

=====*“Tivemos algum cuidado em compulsar a legislação sobre esta matéria e há aqui uma questão prévia: Os bens do domínio público municipal e estadual estão fora do objeto de comércio jurídico, ou seja, não podem ser alienados mas podem – como todos sabemos – serem desafetados do domínio público, até de forma tácita ou expressa, incorporando-se no domínio privado da pessoa jurídica de direito público, se deixarem de satisfazer o interesse coletivo. A desafetação será tácita, por força de alteração de situações ou circunstâncias (estradas que caem em desusos, que deixam de ser utilizadas ou por construção de novas estradas), ou expressa, por lei ou ato administrativo que declare o bem ou declare não dominial o bem. A desafetação de um terreno do domínio público, incorporando-se no domínio privado do município, deve ser – Senhor Presidente de Câmara – uma decisão fundamentada, estritamente, em razões de interesse público, de acordo com os princípios gerais da atividade administrativa aplicáveis aos atos de gestão pública da atividade administrativa. Tive o interesse e a curiosidade de consultar alguns acórdãos do Supremo Tribunal de Administrativo, que diz: “ ... que não basta justificar o facto de, por exemplo, o município querer integrar no domínio privado um bem do domínio público apenas com o intuito de alienar a terceiros. Tem que haver um interesse público subjacente, ou tem que se entender que a área não satisfaz esse interesse público. Como tal, deve ter-se, neste caso, atenção aos princípios gerais da atividade administrativa inscritos no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente o Princípio da Legalidade (artigo 3º) e da prossecução do interesse público (artigo 4º). Deve salientar-se que a desafetação de bem do domínio público e sua consequente incorporação no domínio privado do ente público, quando for expressa, tem que ser devidamente fundamentada em razões de interesse público e não em interesses particulares, nomeadamente na eventual, pretensão de um particular em vir a adquiri-la. Aqui, o que vigoraria seria simplesmente o interesse particular. Portanto, a minha dúvida, Senhor Presidente, é uma dúvida do ponto de vista jurídico-legal porque entendo que, independentemente da atividade privada que deve ser encorajada, deve ser impulsionada pelos poderes públicos, independentemente disso, penso que há normas que nós temos que observar, há normas do ponto de vista jurídico que devem ser observadas e, a meu ver, entendo que não está devidamente fundamentada em termos da lei. Portanto, aquilo que eu acho, é que Vossa Excelência deve fundamentar esta decisão, de acordo com os critérios legais, dizendo porque é que determinada parcela de terreno, e qual é a parcela de terreno, e porque é que aquela parcela de terreno deixou de ter interesse público municipal para integrar o domínio privado municipal. Independentemente do que já foi referido, eu não sei se na preparação desta proposta o Senhor Presidente verificou se esta área pertencia à Freguesia ao Município? - É mesmo uma pergunta que deixo. Obrigado.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.=====

===== Pelo Senhor Presidente da Câmara foi solicitado aos serviços que se procedesse à projeção da planta do local. =====

===== “As razões de interesse público, naturalmente, são fáceis de perceber: É resolver o problema da Estalagem que está há tantos anos abandonada e a não cumprir aquilo que é a sua missão. Essa é a verdadeira razão do interesse público. Estamos a falar de uma parcela de dois mil trezentos e vinte e oito metros quadrados (2328 m²), ou seja, estamos a falar dos acessos à Estalagem e estamos a falar do talude que suporta, digamos assim, o próprio investimento. Portanto, quando me pergunta: Se isto é propriedade da Câmara Municipal? É evidente que quando os serviços me sugerem adotar esta estratégia e me dizem que estamos a passar do domínio público do município para o domínio privado do município, estamos a passar entre o mesmo proprietário. Simplesmente estamos a criar condições para, caso seja essa a decisão, possamos alienar este património, porque, como compreende, ninguém estará interessado num património onde os acessos não são propriedade do próprio. A informação que temos é que os taludes e todo o terreno, toda a área é propriedade do Município. E estamos a passar do domínio público do município para o domínio privado do município.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.=====

===== “Estou só a dizer que a nossa dívida, (pessoalmente, lembro-me, houve estas discussões antigas da posse do Parque de La-Salette) e no passado, o Parque de La-Salette era da Junta de Freguesia e não da Câmara Municipal. Portanto, não sei até que ponto já mudou e concretamente aquele espaço envolvente à Estalagem. Era só isso.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que delegou na Senhora Vereadora **Ana de Jesus**, para prestar mais esclarecimentos.=====

===== “Efetivamente este espaço pertencia à Junta de Freguesia (Oliveira de Azeméis), quando se decidiu passar para o Município não tinha título suficiente para fazer uma transação através de uma doação ou através de uma venda. E isso passou pela inscrição da Estalagem nas finanças em nome da Câmara Municipal e fazer a escritura por usucapião. Não há dúvida nenhuma que os taludes e os acessos faziam parte deste espaço. Agora, que houve um erro de medição, não há dúvidas. Tentou-se corrigir esse erro de medição com um levantamento topográfico e levamos à Conservatória e dissemos à Senhora Conservadora isto: “Por lapso deixamos os taludes de fora e os acessos.” Mas como tinha sido uma escritura de justificação, onde estamos a dizer que temos atos de posse sobre dois mil e poucos metros, ela viu aqui uma dificuldade legal em estender isto para cinco mil metros. De qualquer das formas, não há dúvida nenhuma que na base disto está um erro de medição inicial que fundamentou um erro de justificação e que agora se tenta corrigir desta forma, que é a única forma de integrar a Estalagem com os seus acessos e com os seus taludes. Ridículo seria, quer com a concessão,

quer com a venda, não terem acesso e ainda cair sobre a Câmara a obrigação de cuidar desses espaços. Isso é que não faria sentido. Não faz sentido nenhum não estar incluído os acessos e os taludes. Esta foi a justificação.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto catorze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, três (3) do CDS/PP, três (3) do PSD (Presidentes da Junta de Freguesia de Loureiro, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo) e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: oito (8) do PSD.

=====
 ===== **Ponto quinze: Desclassificação de parte do Caminho 86 aprovado no Cadastro de Caminhos Públicos de Macieira de Sarnes (I/21764/2019) – Aprovação;**

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O exposto pelo reclamante, a descrição do caminho 86 aprovado e registado no Cadastro dos Caminhos Públicos de Macieira de Sarnes bem como na informação dos serviços. Propõe-se: A correção do eixo do caminho 86 de modo a classificar como caminho público a zona asfaltada até às entradas das duas habitações existentes.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.

=====
 ===== “Na prática aquilo que é aqui referido é que este Caminho 86 que está aprovado no Cadastro dos Caminhos Públicos de Macieira de Sarnes, foi considerado como caminho público em toda a sua extensão, e aquilo que se está aqui a pedir é que ele seja classificado como caminho público apenas para a zona asfaltada até às entradas de duas habitações existentes. E, tenho aqui uma informação interna que justifica e que, ao fim ao cabo, valida a reclamação que foi feita no sentido de que só parte do caminho é que está asfaltado e não possui rede elétrica como foi definido nos critérios de avaliação. O que existe são dois postes que conduzem corrente elétrica para uma propriedade privada contígua ao caminho e, portanto, aquilo que está aqui a dizer é que esta parte do caminho não se enquadra em nenhum dos critérios que o permitam definir como caminho público e pede-se que apenas seja considerada a parte do troço que está asfaltado e serve as habitações existentes.”

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Pedro Paiva.

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado **Pedro Paiva**, do PS.

=====
 ===== “Olá, boa noite. Senhora Presidente, cumprimentos sensíveis aos restantes membros da Assembleia e a todos os espetadores. Relativamente a este ponto, simplesmente para comunicar à Presidente da Assembleia que detenho aqui um conflito de interesses, uma vez que representei um contrainteresado neste processo e, nessa medida solicito que não considere o meu voto. Obrigado.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

=====**Ponto dezasseis: Passe Único: Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)**
– Participação dos Municípios (I/25384/2019) – Autorização; =====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 O artigo 234º da LOE2019 criou o PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária, com o
 objetivo de promover o uso de transportes públicos, mas também visou assumir respostas
 concretas a problemas da atualidade, como a descarbonização, a mobilidade sustentável, o
 ambiente urbano e a inclusão social; A LOE2019 estabelece no seu artigo 234º, nº3, que a
 fixação dos tarifários, incorporando este financiamento é da competência das autoridades de
 transportes de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal, nos termos da Lei nº
 52/2015, de 9 de Junho, na sua redação atual; A LOE2019 estabelece no seu artigo 234º, nº 5,
 que acesso ao financiamento do PART está sujeito a uma participação mínima dos
 municípios que integram a AMP, sendo de 2,5% em 2019, 10% em 2020 e 20% em 2021 e
 seguintes, da verba que lhes for transferida pelo Estado; Os encargos destas participações
 estão previstos no Orçamento Municipal em rubricas próprias, correspondendo o fundo de
 compromisso disponível o nº 869/2019. Propõe-se: A aprovação dos seguintes valores de
 participação a transferir para a AMP: 1. Ano 2019 - 22 179,77 euros; 2. Ano 2020 - 88
 719,09 euros; 3. Ano 2021 - 177 438,19 euros; 4. Anos seguintes - 177 438,19 euros; Que se
 remeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos, bem como para autorizar os
 compromissos plurianuais.” =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao
 Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Estamos a pedir autorização para assumirmos compromissos plurianuais no
 âmbito deste programa de apoio à redução tarifária. Esta é uma medida, também, de apoio
 efetivo às famílias e, aquilo que é o quadro de participação dos diferentes municípios. Neste
 caso concreto estamos a falar dos municípios da Área Metropolitana do Porto. No primeiro ano
 temos prevista uma participação de 2.5% que foi distribuída de forma equitativa entre os
 diferentes municípios, o que leva a esta responsabilidade e 22.179.077€; Depois no ano seguinte,
 2020, participação passa para 10% e isso significa que o Município de Oliveira de Azeméis
 participará com 88.719.09€, e depois para o ano 2021 e seguintes a participação será
 de 20% o que exigirá 177.438.19€ de esforço municipal, para podermos ter este programa de
 apoio à redução de tarifário. Dar-vos nota que este programa de apoio permite que os munícipes
 se desloquem até três zonas pagando apenas 30,00€ por mês - duas zonas no concelho e zona
 num outro concelho vizinho; Ou por 48,00€ nós temos a possibilidade de utilizar todos os
 sistemas de mobilidade que existem na Área Metropolitana do Porto. Estamos a falar
 efetivamente de um apoio substancial, não só às políticas de mobilidade que todos desejamos
 para a Área Metropolitana do Porto, ao esforço de descarbonização que nós pretendemos para
 os nossos territórios, mas também uma medida de apoio efetiva aos orçamentos das famílias,
 porque muita das famílias, e sobretudo famílias que vão ver um ou dois elementos ou mais até
 do seu agregado familiar que utilizam os passes nos transportes, verem os valores que pagam

substancialmente reduzidos. Dizer-vos também que foi instalado, esta semana, no nosso gabinete de atendimento ao munícipe o nosso posto de venda Andante. Portanto, a partir de 1 de maio estarão disponíveis estes títulos que permitirão que toda a Área Metropolitana do Porto esteja sem devidamente zonada e possamos utilizar este título de transporte numa primeira fase como sabem de forma limitada, mas depois após o concurso público absolutamente clara.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Costa, Albino Martins, Bruno Aragão e Fernando Pais =====

*\===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado **Bruno Costa**, do PS. =====*

===== “Obrigado senhora Presidente. Na sua pessoa quero cumprimentar todos os presentes e, a quem assiste lá em casa. Um dos princípios do Partido Socialista é o de empenhar-se para que a sociedade portuguesa seja organizada na base dos valores da liberdade, da igualdade, e da solidariedade. E esteja aberta à diversidade, à iniciativa, à inovação e ao progresso. Este programa de apoio à redução tarifária – passe único, é uma das medidas mais emblemáticas operacionalizadas por um Governo nos anos recentes. Uma medida onde este principia se inscreve na sua plenitude, e para a qual os municípios contribuem de igual forma numa taxa de compensação crescente de 2.5% para 10% e 20% em 2019, 2020 e 2021, respetivamente. A fórmula encontrada permite que todos os municípios sejam beneficiados neste esforço solidário conjunto. Municípios que veem a redução em menor percentagem comparativamente aos montantes anteriores são compensados pelo elevado número de utilizadores nessas áreas. Por sua vez, municípios de zonas limítrofes cuja taxa de utilização é menos expressiva para as áreas mais distantes de AMP têm reduções que podem chegar à ordem dos 90,00€. Os números já conhecidos, revelaram que desde que esta medida foi implementada a adesão ao Passe Único aumentou em 36%. Acreditamos que este aumento na procura levará, necessariamente, a um maior investimento nos transportes e a um reforço de horários e ligações. O Passe Único investe nas pessoas e influencia assim comportamentos geradores de impacto ambiental favorável, porque incentiva à utilização de transportes públicos em detrimento dos privados. Senhor Presidente: é nesta política de transportes públicos, de forte responsabilidade social e ambiental que o município se tem que rever e esperar que em si mesma, ela possa também gerar pressão para os desafios da ferrovia e da melhoria do serviço de transportes públicos no concelho e na sua relação com outros concelhos. De forma convicta votaremos favoravelmente neste ponto, onde se inscreve a medida que pretende um país para todos, numa Área Metropolitana de todos. Obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== “Senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados Municipais: Acerca deste ponto que temos para discutir e votar e acerca da bondade do passe único apenas alguns comentários. O Programa de Apoio à Redução Tarifária - PART, cujo objetivo visa a promoção do uso de transportes públicos e o consequente benefício

ambiental colhe, em nosso entender, boa aceitação política e social. É na verdade uma medida de promoção social mas também de promoção política para o Governo em ano eleitoral. De acordo com o estabelecido, o nosso município deve participar nesta medida que se prevê faseada. Isto é, em 2019, a participação dos municípios que integram a Área Metropolitana do Porto é de 2,5% que correspondem a 22.179, 77€; em 2020, a participação passa de 2,5% para 10%, um aumento significativo que representa um salto para 88.719,00€; em 2021 ascende a 20%, tendo o município de entrar com 177.439,00€. A questão que aqui colocamos, senhor Presidente, é qual o benefício para o concelho de Oliveira de Azeméis. O concelho tem obrigatoriedade de participar com valor igual para uma utilização desigual. Se não vejamos: a Área Metropolitana do Porto em que o concelho de Oliveira Azeméis está inserido, tem uma população de cerca de um milhão e setecentos mil habitantes. No Porto, centro dessa Área segundo dados recentes, residem cerca 220 mil pessoas; em Gaia cerca de 186 mil. O restante está dividido por 15 concelhos onde se inclui Oliveira da Azeméis, com 69 127 habitantes (cerca de 70 mil habitantes que nós sabemos). Do ponto de vista da justiça distributiva e equitativa esta medida está ferida de desigualdade relativamente a Oliveira de Azeméis. Como é que podemos concordar que Oliveira de Azeméis suporte a mesma participação nestas condições? Por outro lado, com a rede de transportes que temos, com o tempo que, nestas condições, levamos daqui ao Porto, quantos oliveirenses usufruirão desta medida? Eu arriscaria a números em casas inferiores às dezenas. Como é que um Oliveirense pode usufruir deste Passe Único comparado com um habitante de Gaia ou Porto e de território limítrofe a estas cidades? Esta medida é, para nós, pura ilusão, propaganda eleitoral, nada que não seja já habitual neste Governo. Senhor Presidente da Câmara apesar de não concordarmos com a medida não votamos contra porque, nos seus princípios e para quem dela pode usufruir, ela é positiva. A sua aplicação já está na Lei do Orçamento de Estado para 2019. Com os agravamentos para os anos 2020 e 2021 agrava-se a nossa discordância pela injustiça, inadequação e desajuste à realidade de Oliveira de Azeméis. Esta medida não serve o concelho nem os oliveirenses. Apesar das discordâncias, votaremos a favor porque somos pelo incentivo à mobilidade sustentável. Neste caso, mobilidade sustentável da Área Metropolitana do Porto. E, também na esperança de termos o “Vouguinha” em condições. Aí sim, esta medida poderá ser útil a Oliveira de Azeméis. Neste momento não, muito obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Obrigado senhora Presidente. Prof. Albino, a sua intervenção fez-me lembrar o velho “sketch” do Dr. Marcelo Rebelo de Sousa sobre o aborto que é: É bom? É. Concordo? Não. Mas vou votar a favor? Sim. Quer dizer, o senhor não pode dizer a mesma coisa e o seu contrário na mesma intervenção. Com todo o respeito, eu não percebi rigorosamente nada. O senhor tem que se explicar devidamente. O senhor começou a dizer que é bom, criticou fortissimamente a medida, disse até que acha um disparate aplicar-se em Oliveira de Azeméis.

Mas, depois disse que vai votar a favor. Ouça, da nossa parte esteja absolutamente à vontade para votar contra... Enfim, para que não haja outros riscos.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *“Senhor deputado, não deve utilizar aqui uma rábula do Marcelo Rebelo de Sousa, porque não se justifica. Poder, posso! Mas não vou usar! A grande questão que temos aqui e aquilo que nós vemos de positivo nesta medida, de facto, é uma socialização, é uma responsabilidade solidária por todos os municípios fazerem parte da Associação de Municípios do Porto. Quer dizer, no fundo estamos aqui a contribuir para que a rede seja utilizada. Há aqui um fator importante: a locação destas verbas, e aquilo que o Prof. Albino queria dizer, é que não faz muito sentido, o Município do Porto com uma densidade populacional muito mais elevada e um nível de utilização maior do andante, ter uma participação igual ao município de Oliveira de Azeméis. Mas, nós até entendemos por uma questão de racionalização e, aquilo que o Prof. Albino dizia, nós concordamos com práticas socializantes naquilo que são os transportes públicos. Mas há aqui uma coisa que devemos ponderar, senhor Presidente, isso é uma mensagem que lhe deixo. Esta verba está alocada aos transportes públicos 60%, o que eu acho é que é uma verba de tal forma exagerada e estima-se apenas à redução dos passes sociais, e apenas 40% (e não se pode discutir isso aqui porque já está discutido, o programa é o programa) no investimento em novos meios de acesso e mobilidade. O que nós devemos refletir todos, é que de facto não obstante esta medida ter um caráter social importante, que não há dúvida, eu quase que subscreveria integralmente a intervenção do colega Bruno Costa; De qualquer maneira, nós temos que ponderar que de facto os municípios que estão fora de alguma centralidade não têm neste momento meios como têm os concelhos mais centrais como: Lisboa, Porto, Gaia, Matosinhos, Valongo, Gondomar, etc., para ter acesso ao Andante. O que nós devemos ponderar senhor Presidente é, e eu até fazia uma sugestão, não sei se é legal ou não, nós votarmos até o ano de 2021 que é quando acaba o programa PARES (acho que é isso) e depois fazemos uma ponderação relativamente àquilo que nos interessa, qual é o grau de adesão dos munícipes oliveirenses a este tipo de medidas. Eu acho que a ponderação aqui, e acho que o Bruno Aragão não interpretou de forma correta aquilo que o Prof. Albino disse. O Prof. Albino não disse a mesma coisa e o seu contrário. Disse que concordaria com esta medida, uma medida de socialização, mas nós temos que ponderar até que ponto os tais 40% vão ser investidos em melhores redes de comunicação e acesso, para que todo a gente use o Andante. É exatamente isto. Muito obrigado.”* =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *“Senhores deputados: dou-vos a possibilidade de fazerem intervenções no púlpito, mas por favor não entrem em discussão uns com os outros. Fica muito ruído na sala e não se percebe nada, sobretudo na gravação. Alguém quer intervir?”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Costa**, do PS.* =====

=====
 “Se nós considerarmos a modalidade de 40,00€ que permite o percurso na Área Metropolitana no seu todo, há uma redução. Antes desta medida os custos iam dos 48,00€ aos 127,00€. Neste momento é transversal para 40,00€. Portanto, um munícipe que pagasse 48,00€ agora paga 40,00€ (uma redução de oito euros), um munícipe que pagasse 127,00€ agora paga 40,00€ (uma redução de cerca de noventa euros). É disto que estamos a falar. Estamos a discutir centralidade vs número de utilizadores. Um utilizador numa área limítrofe merece todo o nosso respeito. Portanto, a relação é direta, o esforço para haver igualdade será de dez utilizadores numa área central para um de uma área limítrofe. Isto é uma medida social. Somos todos iguais e todos contribuem de forma solidária: são dez munícipes que contribuem para um. É só um exemplo prático para esclarecer.”

=====
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

=====
 “O que eu pretendi dizer, e eu estou perfeitamente de acordo com o que disse. Estou perfeitamente de acordo que a medida é altamente social digamos assim. É ótima. Se eu vivesse no Porto ou em Gaia eu bateria palmas. Agora, daqui de Oliveira de Azeméis, quem é que vai usar o Andante para ir daqui à Povoia do Varzim? Só se for algum idoso por desporto. As pessoas que se servem do transporte diariamente não têm condições para utilizar, para demorar meia hora, ou uma hora daqui a São João da Madeira. Para apanhar o autocarro em São João da Madeira e levar mais uma hora até ao Porto e chegar lá ao meio dia, e depois voltar para trás. Isto não resulta no nosso caso. Eu só contestei a nossa participação porque não beneficiamos dela. Agora a medida é ótima. Por isso é que nós vamos votar a favor. Estamos solidários com a Área Metropolitana que integramos. Nós temos que ser solidários, daí a nossa aprovação. Eu acho que a proposta do Fernando Pais era interessante, se fosse possível. E se até 2021 aprovássemos, e depois de 2021 avaliássemos a adesão dos oliveirenses e avaliássemos o que isso iria ter. Que não aprovássemos nada eterno, porque penaliza-nos, necessariamente, aos oliveirenses nas condições que têm hoje. Era só isso que eu queria dizer.”

=====
 Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

=====
 “Obrigado senhor deputado. No fundo parece que todos estão de acordo com o passe. Parece é que há modalidades diferentes. Agora fiquei sem perceber se o senhor Deputado Fernando Pais quer mesmo apresentar, aqui, uma proposta. Está apresentada? =====

=====
 A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com a sua intervenção: “Então temos que perguntar à Assembleia se aceita esta proposta. Mas antes, passo a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar alguns esclarecimentos.”=

=====
 “Só alguns esclarecimentos. É evidente que isto não é pura ilusão nem propaganda eleitoral, porque este processo está a ser desenvolvido já há anos. Portanto, não tem nada a ver com ciclos eleitorais. É bom que percebamos isto e, portanto, não é um processo que aconteça em 2019 ou em 2018. É um processo que vem sendo trabalhado. Porquê? Porque nós pretendemos lançar um concurso público internacional, ainda este ano, se possível. Provavelmente isso não irá acontecer. Há aqui uma enorme confusão e as pessoas porventura

não terão conhecimento daquilo que estamos a falar. Nós não estamos, enfim, a garantir que as verbas são estas e que a partir de 2021 nós vamos refletir sobre isto. Isto é um concurso público internacional para sete anos e nós estamos a assumir este período não para o período de duração do PART, mas estamos a assumir esse compromisso para sete anos. Porquê? Porque objetivamente e, por isso é que aqui diz 2021 e seguintes. Porque, objetivamente, aquilo que nós vamos procurar fazer é que induzindo procura nos transportes públicos, tenhamos possibilidade de reduzir o financiamento dos municípios. Até aqui, como é óbvio, no caso concreto de Oliveira de Azeméis e em muitos outros casos, são transportes coletivos que são assegurados por privados. Naturalmente os operadores não querem, nós não temos essa informação na AMP, não querem dar informações daquilo que é a rentabilidade do seu negócio. Porquê? Porque nós lançaríamos um concurso público já a contar com essa margem, digamos assim, que eles naturalmente e legitimamente têm. Dar-vos aqui a indicação que o pagamento que vai ser feito é um pagamento ao quilómetro. Isto não tem rigorosamente nada a ver com o facto de o Porto ser beneficiado. O Porto só é beneficiado por via de descarbonização, do número de viaturas de transportes individuais que se dirigem para aquele centro da AMP porque, obviamente, o Porto hoje já tem um conjunto de respostas, seja no serviço de Transportes Coletivos do Porto, seja no Metro, onde uma grande parte dos munícipes do Porto já não paga os 40/30€. Esta resposta é precisamente positiva e benéfica para os munícipes mais afastados destes municípios. Tem sido essa a preocupação objetivamente, porque são esses que pagam realmente passes caros. Mas deixem-me dar-lhes outra nota para que percebamos para além deste benefício económico que os utilizadores vão ter, independentemente desta questão da Linha do Vale do Vouga, porque obviamente nós podemos duvidar da sua intervenção, mas o que é um facto é que temos 75.000.000,00€ inscritos no Plano Nacional de Investimentos 2020 e, é melhor termos lá o dinheiro do que não termos. Tem havido um conjunto de desenvolvimentos muito positivos... Ainda muito recentemente a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, com o senhor Vice-presidente das Infraestruturas de Portugal, teve a oportunidade de apresentar o trabalho que foi feito à AMP e ficou o compromisso das entidades desenvolverem um estudo conjunto, técnico e ambiental, que conduza à definição da solução e projeto de execução que queremos implementar. Isso é um bom sinal, é um bom indício e, portanto, vamos com toda a prudência como é evidente, mas também com algum entusiasmo esperar que esse investimento se concretize. Agora, o que é importante percebermos é que neste momento, nós vamos utilizar o título Andante enquanto não tivermos o concurso público internacional que permitirá a implementação do Passe Único e aquilo que se pretende com o Passe Único e nós não podemos dizer que esta medida não faz sentido e que não vai produzir efeitos, porque objetivamente o que está a haver é uma adesão massiva das pessoas à compra do título ao ponto das pessoas, funcionários que os disponibilizam, entrarem em greve porque tem havido uma sobrecarga adicional de trabalho e isto significa que as pessoas efetivamente se tiverem respostas de mobilidade adequadas vão utilizar o título. Mas é bom que vocês saibam que isto não se resume apenas a estes movimentos pendulares entre o município de Oliveira de Azeméis e o conjunto de

municípios da AMP. O estudo que foi feito e andamos a trabalhar nisto há muitos, muitos meses, é de um reforço substancial dos itinerários que temos no nosso concelho e das próprias frequências. O Município de Oliveira de Azeméis é um Município que vai incrementar brutalmente o número de itinerários que vai ter no concelho e a frequência desses itinerários. Por isso somos claramente um município que tem problemas de mobilidade, como tem naturalmente o Município de Vale de Cambra, de Arouca (esses ainda mais, porque obviamente não serão ainda completamente beneficiados com a requalificação da linha do Vale do Vouga). O Município de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Espinho esses por razões óbvias serão diretamente beneficiados. Mas é evidente que as pessoas terão com a possibilidade de 40,00€ por mês e eventualmente até com a evolução para um passe familiar que ainda introduziria mais competitividade nos tarifários: terão a possibilidade de ter esta intermodalidade e poderem aceder aos comboios, ao metro do Porto, aos transportes coletivos que temos no Porto. Portanto, se isto não é uma medida de grande impacto, bem eu não sei o que é preciso fazer. Esta questão dos 60/40 não é uma questão rigorosa também, porque o contrato que vai ser feito, o concurso público internacional que vai ser lançado, obriga a investimentos fortíssimos no material (material circulante e nas condições de circulação e segurança). Obviamente, os municípios da AMP, sobretudo aqueles que são servidos por redes de transportes públicos têm tido inúmeros problemas: Matosinhos, Gondomar, Valongo, etc. Naturalmente, querem material circulante de qualidade e recente. Portanto, essa vai ser uma exigência que nós vamos fazer aos diferentes concorrentes/operadores. Vamos criar, também, alguma limitação em termos do número de lotes que lhes pode ser atribuído para não termos aqui uma cartelização. Aquilo que se prevê é que eles possam concorrer a todos os lotes, mas só podem ganhar um. E para quê? Para evitar que os operadores maiores acabem por absorver, ou então fazer desaparecer os operadores mais pequenos. Mas não tenham dúvidas do alcance social desta medida. Esperemos que ela funcione bem, que haja uma fortíssima adesão e procura. Para quê? Para que a empresa metropolitana de transportes que vai ser criada no seio da AMP possa efetivamente ter uma gestão que lhe permita devolver parte desta comparticipação que os municípios são chamados a fazer. Mas deixem que vos diga isto, porque eu não sou daqueles que quando vou numa determinada direção e vejo toda a gente a vir em sentido contrário acho que eu é que estou correto e os outros estão todos errados. Não. Todos os municípios da AMP, dos diferentes quadrantes políticos, não tiveram nenhuma hesitação em aderir ao PART. Nem tiveram nenhuma hesitação em fazer parte deste processo de implementação desta solução de mobilidade na AMP e de aderirem ao conceito do passe único. Nenhuma hesitação, e o mesmo aconteceu nos municípios da AML e o mesmo está a acontecer em todos municípios de todas as comunidades intermunicipais que fizeram imediatamente pressão junto do Governo, para que esta medida se estendesse a todo o território nacional. Portanto, nós não podemos achar que esta é uma medida eleitoralista, que esta medida é uma pura ilusão, estamos a falar de recursos financeiros substanciais. Como compreendem, um concurso público internacional desta dimensão é um concurso brutal, de uma grande

complexidade, virão por aí certamente muitas impugnações...não temos dúvidas nenhuma sobre isso. Será um processo tremendamente complexo, mas não tenham dúvidas que depois de implementado vai permitir termos uma solução de mobilidade metropolitana, a custos verdadeiramente baixos, custos socialmente comportáveis. Aquilo que todos nós pretendemos, é que depois, com um conjunto de respostas que sejam construídas vocês percebam que dificilmente teremos o metro nos nossos territórios, mas teremos esta resposta de mobilidade e por isso é que estes municípios da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, e aqui eu tenho que agradecer a solidariedade que o Município de Arouca e de Vale de Cambra estão a ter em todo este processo porque obviamente não são municípios tão diretamente beneficiados com a requalificação da Linha do Vale do Vouga como nós; mas são municípios que percebem a importância desse sistema de mobilidade da Linha do vale do Vouga e desta resposta em termos de passe para este conjunto de municípios da parte sul da AMP e inequivocamente, sem hesitar, quiseram fazer parte do mesmo lote, percebendo que estamos a falar de uma área geográfica extensa, menos apetecível para os operadores. Porque quando um operador é pago ao quilómetro e tem digamos 40km² como tem o Porto e tem os tais 220/230 mil habitantes, naturalmente consegue transportar muito mais gente com o mesmo custo. Neste caso concreto, e porque nós percebemos, temos também que obrigar o próprio prestador de serviços a induzir procura, vamos procurar um sistema misto onde as receitas do operador dependerão também da capacidade que ele tiver para atrair público para os transportes. Obviamente que ele, tendo garantido o custo do transporte não teria nenhuma motivação para incrementar o uso e, portanto, aquilo que nós vamos fazer é um sistema de financiamento misto. Eu, sinceramente, e não querendo naturalmente influenciar a vossa decisão (vocês são soberanos para decidir o que muito bem entenderem), julgo que o processo está a ser tremendamente bem trabalhado. A equipa técnica que a AMP tem, mais os serviços que nos estão a ser prestados, está a fazer um excelente trabalho em tempo recorde, porque este processo é tremendamente complexo e chegamos a este resultado quando sinceramente (digo-vos isto muito honestamente) eu sou daqueles que não acreditava que isto fosse possível, portanto quando começamos a desenhar isto e eu comecei a ouvir falar nisto eu não acreditava que isto viesse a concretizar-se. Mas tenho quase a certeza que não estou isolado neste pensamento, muitos municípios achavam que isto nunca iria concretizar-se e depois da cimeira que tivemos em Queluz, onde a Área Metropolitana do Porto e de Lisboa teve a oportunidade de apresentar o projeto, a partir daí as coisas começaram a andar de uma forma completamente diferente e hoje estamos em condições de lançar este programa. Um programa que eu acho que vai ser absolutamente revolucionário, naquilo que são os temas de mobilidade metropolitanos e garanto-vos que se aquilo que nós estamos a planear vier a acontecer, nós vamos ter uma adesão massiva das pessoas a este sistema de mobilidade.” =====

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “Muito obrigada senhor Presidente pelos esclarecimentos. O senhor Deputado **Fernando Pais** retira a proposta que apresentou anteriormente.” =====*

=====
 A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====
 ===== **Ponto dezassete: Normas de Participação Circuito Atletismo Paulo Ferreira e Normas de Organização e Participação em Provas Columbófilas de Oliveira de Azeméis (I/25645/2019) – Aprovação;** =====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, nomeadamente no domínio dos tempos livres e desporto (art.23.º n1 e n.º 2 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - Compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças (art.º 33.º n1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - O Município de Oliveira de Azeméis, tem como objetivo primordial promover o aumento da prática regular da atividade física e desportiva da respetiva população. - Neste âmbito, as suas intervenções devem ser definidas com base numa articulação entre as entidades e as associações responsáveis pela dinamização e desenvolvimento do desporto. - O Circuito Concelhio de Atletismo Paulo Ferreira, assume particular importância, não só para o desenvolvimento sustentado da prática duma modalidade desportiva extremamente popular, mas também, para o fomento do gosto pela prática da atividade física e do desporto em geral, através da conjugação de uma série de provas distribuídas de forma equilibrada no tempo e no espaço municipal. - Importa criar normas para a organização e participação de provas columbófilas do Município de Oliveira de Azeméis de acordo com os calendários anuais de provas Assim, propõe-se a aprovação: 1. Das “Normas de Participação do Circuito Concelhio de Atletismo de Oliveira de Azeméis Paulo Ferreira”; 2. Das “Normas de Organização e participação em provas columbófilas de Oliveira de Azeméis.”=
 ===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal ausentou-se da sala e delegou a explicação do ponto ao senhor Vereador do Pelouro, **Helder Simões**. =====
 ===== “Muito boa noite a todos. Sinteticamente: são as normas do circuito de atletismo – era um conjunto de provas que já vinham sendo promovidas no concelho de Oliveira de Azeméis, Nós procuramos retomar, digamos assim, os circuitos. Reunimos com todos os clubes organizadores destes eventos e chegamos a estas normas que vos são aqui apresentadas. No que diz respeito ao campeonato de columbofilia, também já vinha sido promovido e não tinha nenhum enquadramento regulamentar. Reunimos com todas as associações columbófilas e resolvemos apresentar esta proposta que tem o consentimento de todas as entidades organizadoras e esperamos que vá de encontro àquilo que tem sido os últimos anos em termos de atletismo e columbofilia. Basicamente é criar regulamentos e normativas para estes eventos.”
 ===== O senhor Presidente da Câmara Municipal regressou à sala de reuniões. =====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.=====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====
 ===== **Ponto dezoito: Normas de Participação e Funcionamento Exploração de Equipamentos na Animação de Verão “3720” (I/21921/2019) – Aprovação;** =====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 1. Constituem atribuições do município a promoção e salvaguardar dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (art.º 23.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 2. Dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios do património, cultura e ciência, tempos livres e desporto e promoção do desenvolvimento (art.º 23.º n.º 2 alíneas e), f) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 3. Desde 2010 que a música, o desporto, a cultura, o associativismo, as tertúlias e todas as emoções dos eventos desportivos convivem harmoniosamente na Praça da Cidade, isto porque; 4. O Município de Oliveira de Azeméis elegeu este local como um dos locais centrais de animação de verão onde os oliveirenses e/ou visitantes podem assistir e participar nos mais diversos eventos lúdicos e educativos ali desenvolvidos; 5. Esta foi uma aposta da autarquia que juntou, num só espaço, um conjunto de eventos de diferentes sensibilidades a pensar em todos os públicos; 6. Dada a afluência verificada aos eventos/atividades ali realizados o espaço tem equipamentos de apoio destinados à venda de bebidas/snacks, para utilização de associações/clubes sem fins lucrativos do concelho de Oliveira de Azeméis; 7. Sendo, por isso, necessário e premente regular o acesso à utilização desses equipamentos assim como promover a dinamização associativa; 8. Compete à camara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos (art.º 33.º n.º 1 alínea o) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se, nos termos e para os efeitos dos art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas e), f) e m) e 33.º n.º 1 alínea o) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a aprovação:
 a. Das normas de participação e funcionamento das Roulottes, que servem de apoio ao evento;
 b. Do termo de responsabilidade das associações sorteadas para explorar o equipamento.” =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Senhora Presidente, conforme referiu, estamos a falar de uma animação de verão “3720”. Na prática estamos a falar da exploração de três estabelecimentos de venda de bebidas e de snacks que vão ser utilizados por associações/clubes sem fins lucrativos do concelho de Oliveira de Azeméis. Estamos aqui a submeter à vossa apreciação as normas de participação, funcionamento e exploração destes três equipamentos para a duração do evento.” =====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove: Aprovação do Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes (I/12869/2019)**; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) A 20 de dezembro de 2018 foi iniciado o procedimento de alteração ao “Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes”, tendo sido oportunamente publicitado por edital no Boletim Municipal Digital; 2) Não houve constituição de interessadas/os nem quaisquer contributos relevantes ao projeto de regulamento apresentado, não tendo por isso sido efetuada nem audiência dos interessados nem consulta pública (art.º 100.º e 101.º do CPA); 3) As alterações contempladas visam beneficiar os/as concorrentes do Concurso de Poesia Agostinho Gomes, nomeadamente com a criação de um novo documento para o envio dos trabalhos a concurso e que corresponde a uma alteração na redação do art.º 4.º; 4) Pela aplicação do Regulamento Geral da Proteção de Dados – Regulamento EU 2016/679 no Município de Oliveira de Azeméis se verificou a necessidade de adequar e clarificar alguns preceitos regulamentares e que correspondeu à alteração da redação do artigo 11º e subsequente alteração dos art.º 12.º, 13.º e criação do art.º 14.º; 5) Compete à camara municipal elaborar e submeter à assembleia municipal os projetos de regulamento externos do município bem como aprovar os regulamentos internos (art.º 33.º n.º 1 alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 6) Compete à assembleia municipal, sob proposta da camara, aprovar e as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art.º 25.º n.º 1 alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se: 1) A aprovação do “Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes” nos termos e para os efeitos do art.º 33.º n.º 1 alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2) A remessa do mesmo para aprovação pela assembleia municipal nos termos e para os efeitos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, devendo esta aprovação ser condicionada à inclusão dos anexos I e II da proposta; 3) Após aprovação da assembleia a remessa do regulamento para publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do art.º 139.º do CPA.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Nós iniciamos o procedimento à alteração do Regulamento do Concurso de Poesia, não houve nenhum interessado, nem contributo relevante ao projeto do regulamento apresentado. O que vos estamos aqui a sugerir é a aprovação deste regulamento e, naturalmente, terminar assim este processo.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte: Retificação da proposta de deliberação I/10568/2017 – Relocalização do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, sito na freguesia de S. Roque, Oliveira de Azeméis (I/19360/2019) – Aprovação**; =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Em Assembleia Municipal de 24.02.2017, conforme documento em anexo, foi deliberada a desafetação de uma área de domínio público com 477m² (parte de arruamento existente), para integrar o terreno de um particular, quando deveria ter sido (esta área) desafetada do domínio público para integrar o domínio privado do município. Assim, deverá ser retificada aquela proposta, para que conste que a área de 477m² a desafetar do domínio público é para integrar o domínio privado do município, mantendo-se as restantes considerações e efeitos daquela deliberação, termos em que se propõe a presente deliberação.”* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*“Isto é para resolver, para retificar uma proposta de deliberação. Nós numa Assembleia Municipal, já em fevereiro de 2017, deliberamos a desafetação de uma área de domínio público com 477m² - não sei se sabem do que estamos a falar; estamos a falar da PLATEC, em Bustelo. Na prática, esta empresa, por necessidade de expansão, vai ocupar parte do arruamento existente. Esse arruamento vai passar a ser propriedade deste particular e ele constrói, naturalmente, uma via para integrar o domínio do município. Nós estamos a retificar a proposta para que esta área de 477m² passe a integrar o domínio privado do município, porque isso não aconteceu e estamos a regularizar essa situação.”* =====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====***Ponto vinte e um: Sinalização vertical para a Rua José Ferreira Silva Souto, S. Tiago de Riba-UI (I/18364/2019) – Aprovação;*** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido com o E/3906/2018, que alerta para o facto de esta rua não ter saída; Propõe-se: a. Seja colocado o sinal H4 – Via pública sem saída, na Rua José Ferreira Silva Souto no entroncamento com a Rua Comandante João Pais. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*“Isto é um pedido de colocação de um sinal de via pública sem saída, numa via pública sem saída. Portanto, faz todo o sentido e é apenas e só isso.”* =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helga Correia. =====

===== “Muito obrigada, senhora Presidente. Senhor Presidente só para dar nota para que peça aos serviços para retificar a documentação, uma vez que o munícipe ao dirigir-se à Câmara coloca corretamente Santiago de Riba-Ul e não S. Tiago de Riba Ul, para que toda a documentação fique devidamente registada na Câmara Municipal. Aproveito senhora Presidente só para voltar a um assunto já tratado nesta Assembleia e para dizer ao senhor Presidente que tentou aqui há pouco dar a entender que, de algum modo, tentei tirar algum tipo de aproveitamento político com a minha visita ao Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo. Quero dizer-lhe, senhor Presidente, que enquanto deputada municipal e deputada da Assembleia da República a minha função é estar atenta e o que me preocupa são os problemas reais das instituições. Incomoda-me sim, a passividade das entidades e do executivo neste caso. Sei que por vezes canso, incomodo, posso criar ruído como o senhor Presidente já tentou aqui passar a mensagem quando questionei sobre outras matérias mas senhor Presidente, bem sei que, muitas vezes, obrigo as entidades a sair da sua zona de conforto, dos gabinetes, para ir ao terreno, mas é essa a minha função enquanto deputada municipal e enquanto deputada da Assembleia da República. Estarei nesta Assembleia como até aqui, a pugnar pelo interesse de todos os Oliveirenses e dos cidadãos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Senhora deputada, agradeço a correção (ortográfica) que nos fez em relação a este ponto. Em relação à sua intervenção sobre as declarações que eu fiz, é muito simples: nunca me passará pela cabeça dizer-lhe aquilo que tem que fazer. Faz aquilo que deve fazer. Agora, acabou por repetir e isso é que é absolutamente deselegante, é dizer que vai fazer o seu trabalho - mas tem que o fazer bem – é isso que todos nós lhe exigimos. Dizer que a Câmara não fez nada; que não gostou da passividade das instituições envolvidas, nomeadamente a Segurança Social, a Câmara Municipal, o próprio Centro Social ou a Junta de Freguesia, é desconhecer exatamente o que se passou. É natural que desconheça. Sabe porquê? Porque não teve a preocupação de ligar ao senhor Presidente de Câmara e perguntar o que estava a ser feito para... Vai-me desculpar, mas eu não a interrompi, para perguntar ao senhor Presidente de Câmara o que era absolutamente natural, e é assim que se defende o município de Oliveira de Azeméis. É assim que se credibiliza a política. É assim que se defende o executivo – este executivo todo - que compõe a Câmara Municipal. Seria absolutamente razoável que antes de acusar a Câmara Municipal de inação, de passividade, de não querer saber... de falta de pró atividade, de falta de empenhamento na resolução de problemas, perguntasse o que estava a ser feito. A quantidade de vezes que nós conversamos com o senhor Eduardo Resende, a quantidade de vezes que nós conversamos com a Segurança Social, com o Padre Samuel; as vezes que nós nos deslocamos para reunir por causa deste problema; aquilo que tentamos desbloquear; o trabalho que procuramos fazer no sentido de desbloquear os 56.000,00€ do fundo de socorro social,

enfim. Repare: longe de mim procurar limitar o seu trabalho. É evidente que quando eu refiro que se procura fazer aproveitamento político, é quando se faz afirmações com esta gratuitidade. É quando diz que o seu Município, que este Executivo a quem deve pelo menos lealdade, não fez rigorosamente nada, esteve numa atitude de total passividade. Nem vou adjetivar as considerações que foram feitas e as afirmações que foram produzidas. Não é essa a forma de defendermos o município de Oliveira de Azeméis. Nós fizemos aquilo que entendemos que devíamos fazer. Como lhe disse, com a serenidade, o recato e com a consideração que as instituições nos merecem. Portanto, eu tenho é que agradecer o trabalho que foi feito pela Segurança Social, a disponibilidade permanente do responsável da Segurança Social em nos receber, em falar connosco, em receber a própria instituição, a informar a tutela da urgência da tomada de posição em relação – lá está mais uma vez continua a falar e a achar, que enfim, as coisas aconteceram depois de ter feito a visita. Enfim, é um direito que lhe assiste. Não vou discutir isso, mas isso refletir-se-á em muitas outras coisas, eventualmente, depois termos a Linha do Vale do Vouga, depois de ter feito esse alerta, ou termos a Escola de Fajões requalificada depois de ter feito esse alerta. Bom, esse trabalho é importante que seja feito senhora deputada municipal e senhora deputada da nação, e eu agradeço. Agradeço muito sinceramente, porque esse trabalho é absolutamente fundamental. Quanto mais vezes tivermos a defender os interesses das nossas associações, do município de Oliveira de Azeméis e dos nossos municípios, naturalmente que eu fico satisfeito e tenho que agradecer com toda a sinceridade. Agora é evidente que também não gosto, e compreende isso, que uma deputada eleita pelo distrito de Aveiro, uma deputada de Oliveira de Azeméis, diga que a sua autarquia, o seu município, não fez nada e assistiu passivamente ao desenrolar do seu problema. Muito pelo contrário. Procuramos resolver isto de várias formas e nem lhe vou dizer quais. Ao ponto de até se envolver pessoas para tentarmos arranjar uma solução para ultrapassar a dificuldade. Agora é evidente que, convenhamos, este é um processo que se foi degenerando ao longo dos anos e estamos aqui a perder tempo, mas é importante que o percamos para esclarecer... Claro que há um conjunto de coincidências que levam a que esta entidade tenha esta situação, neste momento. Agora o que importa, e é isso que eu espero que aconteça, é que consigamos resolver o problema desta instituição e, mais uma vez a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, nós todos, estaremos disponíveis para ajudar esta instituição. Só para dizer com isto que não quis limitar a sua ação e agradeço a sua ação, mas repare: não teve a preocupação de me ligar e perguntar o que está a ser feito. Sei que esteve na instituição, como eu estive. Se está a dizer perante esta Assembleia que as pessoas da instituição lhe disseram que as pessoas da Câmara Municipal não fizeram rigorosamente nada, que a Segurança Social não fez rigorosamente nada que assumiram de forma passiva o processo; que não se envolveram no processo... Bom, senhora deputada se não se importa, mostraria aqui a quantidade de chamadas. Seria engraçado ver aqui dezenas de chamadas que foram feitas para a instituição, chamadas com uma hora com o responsável, o senhor Eduardo Resende. Ele certamente que não lhe vai negar isso. Porque está aqui a prova testemunhal de que nós, efetivamente, nos envolvemos no processo. Que nos

preocupamos com o que estava a acontecer; que nos preocupamos com as colaboradoras; que, enfim, precisavam do dinheiro para honrar os seus compromissos, e foi por isso que nós muito rapidamente, numa reunião, tivemos uma solução semi-desenhada, conseguimos concretizá-la em pouco tempo com a ajuda, e tenho que agradecer ao Padre Samuel que permitiu o adiantamento do dinheiro, e assim permitiu parte do pagamento dos salários e que as pessoas que se reuniram connosco se apresentassem ao trabalho mesmo num feriado (ou no dia a seguir era feriado), para poderem continuar a assegurar as respostas. Foi isso que aconteceu, objetivamente.” =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto vinte e dois: Colocação de sinais de trânsito na Rua das Cerejeiras, Rua das Cavadas e para a Rua das Carvalhas - Ossela (I/17286/2019) – Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido com o E/4969/2019 da Empresa Exata – Construção Civil, que necessita o acesso de viaturas pesadas à sua sede pelas ruas descritas enquanto não há alternativas; Propõe-se: a. Que seja aprovada a colocação de uma placa adicional, Modelo 1a – “a 250 m.”, no sinal C3b existente na Rua das Cerejeiras; b. Que seja aprovado a colocação de um sinal C3b – Trânsito proibido a veículos pesados, no início norte da Rua das Cavadas; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *“Foi um sinal de trânsito que foi colocado e que impedia que o trânsito pesado acesse a uma empresa e aquilo que estamos a fazer é a regularizar a situação através da colocação de uma placa adicional a 250m, para permitir que os veículos pesados possam aceder a essa empresa; porque com o sinal inicial que nós instalamos criamos esta dificuldade. A empresa está aqui, é a Força Exata Construção Civil, Lda.”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto vinte e três: Pedido de dois lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida junto à Igreja Matriz na Freguesia de Nogueira do Cravo (I/25016/2019) – Aprovação;*** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - Que, na alínea a) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para veículos de cidadãos deficientes. - O pedido registado no E/11008/2019 para dois lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. Propõe-se: a. Que sejam criados: 2 lugares de estacionamento para deficientes motores, no Largo da Igreja, frente à Igreja Matriz de Nogueira do Cravo, conforme estudo anexo. b. Estes lugares para deficientes motores deverão ser identificados através de sinal H1A “Estacionamento autorizado” e placa adicional 2.22 “Símbolo universal da Acessibilidade” juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*“Senhora Presidente, é exatamente isso. Verificada esta necessidade da criação de dois lugares de estacionamento estamos aqui a submetê-los à vossa consideração.”* =====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====***Ponto vinte e quatro: Postura de Trânsito para a Sinalização do Caminho de Fátima do Centenário – Concelho de Oliveira de Azeméis (I/26216/2019) – Aprovação;*** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O projeto do Caminho de Fátima do Centenário executado pela firma “Sítios e Memórias” e a necessidade de aprovar a sinalização proposta; Propõe-se: a. Que seja aprovado a colocação de setenta (70) sinais H7 – Passagem para Peões, nos seguintes locais do Concelho de Oliveira de Azeméis: Cucujães: - 1 sinal na Rua Dr. Ângelo da Fonseca, no entroncamento com a Rua do Marco Divisório. - 1 sinal na Rua Dr. Ant.º Alves Ferreira da Silva, no entroncamento com a Rua Dr. Ângelo da Fonseca. - 2 sinais na Rua Padre José Andrade, no entroncamento com a Rua Dr. Ângelo da Fonseca. Santiago de Riba-Ul: - 2 sinais na Rua das Mangas, no entroncamento com a Rua de Cavaleiros. - 2 sinais na Rua do Cercal, no entroncamento com a Rua de Cavaleiros. - 2 sinais*

no Largo de Carcavelos, no entroncamento com a Rua Manuel José Pinho Júnior. - 2 sinais na Rua João da Silva Correia, no entroncamento com a Rua Manuel José Pinho Júnior. - 2 sinais na Rua da Banda da Música, no entroncamento com a Rua Manuel José Pinho Júnior. - 1 sinal na Rua do Alto da Fábrica, no entroncamento com a Rua Tomás Figueiredo de Araújo Costa. Oliveira de Azeméis: - 2 sinais na Rua Conceição Rosa Pereira, no entroncamento com a Rua Frei Caetano Brandão. - 2 sinais na Rua Eduardo Paúl, no entroncamento com a Rua Frei Caetano Brandão. - 1 sinal na Rua 25 de Abril, no cruzamento com a Rua Conde Santiago Lobão. - 2 sinais na Rua Dr. Padre Manuel Oliveira Ferreira, no entroncamento com a Rua do Cruzeiro. - 2 sinais na Rua Ant.º Bernardo, antes do cruzamento com a Tv. Do Cruzeiro. - 2 sinais na Rua das Aldas, no cruzamento com a Rua da Portela. - 2 sinais na Rua Conceição Rosa Pereira, no entroncamento com a Rua Frei Caetano Brandão. Macinhata da Seixa: - 2 sinais na Rua do Requeixo, entre os entroncamentos com as Ruas do Almeu e do Sr. Da Ponte. Travanca: - 2 sinais na Av. Sá Carneiro, antes do entroncamento com a Av. Monsenhor Albino S. Pinho (sentido norte-sul). - 2 sinais na Rua do Carvalhal, no entroncamento com a Av. Sá Carneiro. - 2 sinais na Rua da Estrada Real, no cruzamento com a Rua Monte D'Alem e 2 sinais no cruzamento com a Rua do Areal. - 2 sinais na Rua da Portela, no entroncamento com a Rua Estrada Real. - 2 sinais na Rua das Hortas, no entroncamento com a Rua de Besteiros. - 2 sinais na Rua D. João Ruão, no cruzamento com a Rua de Besteiros. - 2 sinais na Rua dos Sacramentos, no cruzamento com a Av. Espírito Santo. - 1 sinal na ligação do IC2 ao Largo de Caniço. Pinheiro da Bemposta: - 2 sinais na Av. N.ª S.ª das Flores, no entroncamento com a Rua do Pinheiro. - 2 sinais na Rua de Dom Manuel I, no entroncamento com a Rua do Pinheiro. - 2 sinais na Rua 15 de Agosto, no entroncamento com a Rua do Pinheiro. - 2 sinais na Rua da Banda da Música, no entroncamento com o IC2. - 2 sinais na Rua Sebastião Lopes da Cruz, no entroncamento com a Rua Patronato de Stº António. - 2 sinais na Rua da Malaposta, no entroncamento com a EN1. - 2 sinais na Rua Dom Simão Sá Pereira, no cruzamento com a EN1.

b. Que seja aprovado a colocação de dois (2) sinais H6 (30) - Velocidade Recomendada, na Rua do Carvalhal, sendo um perto do início da rua e o outro no entroncamento com a Av. Sá Carneiro, em Travanca - Oliveira de Azeméis. c. Que seja aprovado a colocação de dezoito (18) sinais C13 (30) – Proibição de exceder a velocidade máxima de, nos seguintes locais do Concelho de Oliveira de Azeméis: Cucujães: Rua Ângelo da Fonseca: - 1 sinal a seguir ao cruzamento com a Rua Dr. Ant.º Alves Ferreira da Silva. - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Rua Manuel Magalhães. - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Rua Domingos Terra. - 1 sinal a 100 m. do entroncamento com a Rua Domingos Terra. - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Rua Conde de Penha Longa. Rua Conde de Penha Longa: - 1 sinal junto do entroncamento com a Rua Dr. Ângelo da Fonseca. Rua Militar Romana: - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Rua do Buraco. - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Rua da Pica. - 1 sinal junto do entroncamento com a Rua José Mª Castro Lopes Júnior. Oliveira de Azeméis: Rua do Cruzeiro: - 1 sinal no entroncamento com a Rua Dr. Ernesto Soares dos Reis. - 1 sinal no entroncamento com a Tv. Do Cruzeiro. Travessa do Cruzeiro: - 1 sinal no cruzamento com a

Rua António Bernardo. Rua da Portela: - 1 sinal no cruzamento com a Rua António Bernardo. Travanca: Rua Monte D'Alem: - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Rua do Carvalhal. Pinheiro da Bemposta: Rua do Pinheiro: - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Av. N.ª S.ª das Flores. - 1 sinal antes do entroncamento com a Tv. Do Pinheiro. Rua da Banda da Música: - 1 sinal no início da rua. (entroncamento com a IC2) Rua Dr. José Pereira Tavares: - 1 sinal a seguir ao Largo do Cruzeiro. d. Que seja aprovado a colocação de dois (2) sinais C20b (30) - Fim de Limitação de Velocidade, sendo um sinal na Rua António Bernardo, a seguir ao entroncamento com a Rua do Cruzeiro, e o outro sinal, na Rua da Portela, no entroncamento com a Rua Constantino Dias de Carvalho, em Oliveira de Azeméis. e. Que seja aprovado a colocação de um (1) sinal A1a - Curva à Direita, na ENI (sentido norte - sul), antes do entroncamento com a Rua Manuel José Pinho Júnior, em Santiago de Riba-Ul - Oliveira de Azeméis. f. Que seja aprovado a colocação de um (1) sinal A1b - Curva à Esquerda, na Rua Manuel José Pinho Júnior (sentido sul - norte), a seguir ao entroncamento com o Largo de Carcavelos, em Santiago de Riba-Ul - Oliveira de Azeméis. g. Que seja aprovado a colocação de dezassete (17) sinais A16a - Passagem de Peões, nos seguintes locais do Concelho de Oliveira de Azeméis: Cucujães: Rua Conde de Penha Longa: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" antes do entroncamento com a Rua Dr. Ângelo da Fonseca. Santiago de Riba-Ul: Rua José Maria Pinto: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" no entroncamento com a Rua Anselmo Brandão. Oliveira de Azeméis: Rua Dr. Padre Manuel Oliveira Ferreira: - 1 sinal + placa adicional "a 50 m." antes do cruzamento com a Rua do Cruzeiro. Rua António Bernardo: - 1 sinal a seguir ao Condomínio fechado "Mirante da Portela". (sentido norte - sul). Rua Cipriano Nunes Martins: - 1 sinal antes do cruzamento com a Rua do Cruzeiro. (sentido sul - norte). Macinhata da Seixa: Rua do Requeixo: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" antes do entroncamento com a Rua do Almeu. - 1 sinal + placa adicional "a 50 m." a seguir ao cruzamento com a Rua do Sr. Da Ponte. - 1 sinal + placa adicional "a 100 m." a seguir ao entroncamento com a Rua de St.º António. Travanca: Av. Sá Carneiro: - 1 sinal + placa adicional "a 50 m." no entroncamento com a Tv. Manuel Choupeiro. Rua da Estrada Real: - 1 sinal + placa adicional "a 100 m." no nó da variante. (sentido norte - sul). - 1 sinal + placa adicional "a 100 m." no nó da variante. (sentido sul - norte). - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" a seguir ao entroncamento com a Rua da Portela. Rua de Besteiros: - 1 sinal antes do entroncamento com a Rua das Hortas. Pinheiro da Bemposta: Av. N.ª S.ª das Flores: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" antes do entroncamento com a Rua do Pinheiro. Rua de Dom Manuel I: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" antes do entroncamento com a Rua do Pinheiro. Rua do Pinheiro: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" a seguir ao entroncamento com a Rua 15 de Agosto. h. Que seja aprovado a colocação de quatro (4) sinais A16b - Travessia de Peões, nos seguintes locais do Concelho de Oliveira de Azeméis: Cucujães: Rua Conde de Penha Longa: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" no entroncamento com a Rua Irmãs de S. Vicente de Paulo. Travanca: Rua do Carvalhal: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" no entroncamento com a Av. Sá Carneiro. - 1 sinal a 80 m. do entroncamento com a Rua da Póvoa.

Rua Monte D'Além: - 1 sinal + placa adicional "peregrinos" a seguir ao entroncamento com a Rua do Carvalhal. Pinheiro da Bemposta: - 1 sinal a seguir ao entroncamento com a Tv. Do Pinheiro. i. Que seja aprovado a colocação de três (3) sinais I8 – Pré-sinalização de Travessia de Peregrinos, nos seguintes locais de Santiago de Riba-Ul, Oliveira de Azeméis: Rua José M.^a Castro Lopes Júnior: - 1 sinal antes do cruzamento com a Rua Militar Romana. Rua de Cavaleiros: - 1 sinal no início da rua (sentido sul - norte) EN1 (sentido norte - sul): - 1 sinal a seguir ao cruzamento com a Rua de Cavaleiros. j. Que seja retirado o sinal C13 (50) existente na Rua do Pinheiro a seguir ao entroncamento com a Av. N.^a S.^a das Flores, no Pinheiro da Bemposta. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== "Senhora Presidente, trata-se da sinalização necessária instalar neste investimento que já hoje foi referido - os Caminhos de Fátima. Portanto, estamos a submeter à vossa aprovação essa postura de trânsito que permite a instalação de toda esta sinalética." =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto vinte e cinco: Transação no âmbito do Proc.º nº 934/11.7TBOAZ (I/22127/2019) – Aprovação de Acordo.** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - o processo judicial nº 934/11.7TBOAZ, que corre termos no J2 do Juízo Central Cível de Santa Maria da Feira, em que é Autora Oliprojecta – Construtora, Lda, e o Réu é o Município, aonde é peticionado o pagamento da quantia de 2 760 300,00€, a título indemnizatório pela ocupação de terrenos destinados à construção e propriedade da autora; - a informação emitida pelo Dr. Miguel Oliveira (em anexo), que acompanhou todo o processo e prestou todo o aconselhamento jurídico necessário; - o interesse público em causa; Propõe-se: - a aprovação do acordo em anexo." =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== "Isto é um processo judicial que peticionava o pagamento de uma quantia de 2.760.300,00€ a título indemnizatório pela ocupação de terrenos que eram destinados à construção por parte da autora do processo. Aquilo que nós estamos aqui a propor é pagarmos 986.067,079€ pela integração no domínio público da parcela de terreno ocupado e também da desvalorização da parcela sobrance. E, depois adquirirmos a restante área do terreno cerca de 6.900m², por 581.903,22€. Isto, portanto, significa que de acordo com o pagamento que negociamos e acordamos com a autora e proprietária dos terrenos em causa, nós faremos um

esforço financeiro de pagarmos 775.000,00€ num ano e depois pagaremos em prestações o restante valor. É exatamente disto que se trata.” =====
===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão e Fernando Pais.* =====
===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====
===== *“Senhora Presidente, muito obrigado. Acho que de facto este é um ponto apropriado para o fim de uma Assembleia deste tipo e é também um ponto apropriado numa Assembleia que foi de aprovação de contas e que mostra muitas opções que fizemos no passado têm consequências profundas naquilo que nos acontece posteriormente. Pedia-lhe para suportar a minha intervenção com suporte digital. (projeção) Permitam-me suportar esta intervenção, com este suporte, completando a série dramática “Exemplos de gestão autárquica”, hoje no segundo episódio. Ao longo do mandato teremos oportunidade de ir completando os episódios... Acho que a sequência nos ajuda a discutir, sobretudo numa Assembleia de aprovação de contas. Fica de facto tudo muito claro, sobre quem se tem enganado muitas vezes. É sempre tempo de arrear caminho. No primeiro episódio desta série, na Assembleia de dezembro de 2018, apresentamos os estaleiros municipais e a opção ruinosa que nos levou a alienar uns estaleiros por um milhão de euros, alugá-los e pagar em rendas esse valor, para depois alugarmos outros estaleiros que agora tivemos que comprar. Depois de arrendar outros estaleiros, cujo valor da renda efetivo, ainda foi durante esse período, era mais de cinco mil euros e que se não tivéssemos feito essa opção seria, hoje, abril de 2019, seis mil euros. No episódio de hoje, apresento-vos a história da Avenida Aníbal Araújo. Para que todos estejam sintonizados é a Avenida que aparece a amarelo (projeção) e que vos mostro, mas sem necessidade de ler, vamos à história e aos factos, sem qualquer consideração pessoal. Esta é a avenida que estamos a falar (projeção), esta é a antiga estrada que vai para São João da Madeira (antiga estrada nacional se quiserem, este é o bocadinho que estamos a falar. O terreno que estamos a falar é nesta parte (projeção). Este terreno, ou para construir aquela via que seria parte de uma via estruturante, precisaríamos cerca de 320m²; 320m² avaliados em sessenta e cinco mil euros, que simplesmente ocupamos sem pensarmos nas consequências. Foi isto que aconteceu... em 2011: incapazes de resolver e chegar a um acordo com os proprietários, é colocada uma ação contra o município no valor de (pediam os proprietários) cerca de 2.760.000,00€. Em 2019: portanto, muitos anos depois, mesmo quando se disse que aquilo era uma má opção, e “os tipos do contra” estavam sempre do contra; há uma leitura de sentença para fixação de valores, que prevê 732.000,00€ pela desvalorização da parcela sobrance (daquilo que não se ocupou) e 400.000,00€ por danos ambientais que, naturalmente, aquilo que lá se fizer tem agora outra capacidade que não teria na altura. Isto tudo soma 1.520.000,00€ a valores atuais por um bocado de terreno que precisávamos (cerca 320m²) que teria custado 65.000,00€. Isto foi, efetivamente, o que aconteceu. É impressionante, eu também ficaria de boca aberta. Agora reparem: isto é o que estamos a falar, mas muitos já não se lembram, do que está deste lado. O que está deste lado é*

a Quinta da Cachana. É o tal terreno que expropriado teria custado ao município pouco mais de meio milhão de euros... Mas que na verdade e nós precisávamos cerca de 2.700m que teriam custado cerca de 200.000,00€, mas pelo qual nós pagamos cerca de 1.500.000,00€. Portanto: nós precisávamos para fazer - isto que seria parte de uma via estruturante - de 65.000,00€ mais os 201.000,00€, o que daria os tais 266.000,00€. Na verdade o que aconteceu, foi que nós pagamos pela Quinta da Cachana 1.500.000,00€, e agora o ponto que estamos a discutir implicaria indemnização, sem ficarmos com o terreno de 1.520.000,00€, ou seja, para fazermos este bocadinho aqui (projeção) que está há anos assim, sem estruturar rigorosamente nada, nós iremos ter que despende um valor superior a três milhões de euros. Mas reparem: aquilo que nós tentamos fazer com isto, foi uma via estruturante, e aqui veem um bocadinho mais reduzido (projeção) que liga a uma rotunda que está aqui e que não liga rigorosamente a nada; e se tentarem vislumbrar aqui a via estruturante é o que veem. Isto meus senhores, foi o que aconteceu. Isto meus senhores, foi aquilo pelo qual o Partido Socialista foi acusado muitas vezes por estar sempre do contra. Isto é mais um exemplo, claro, de muitas das más opções que condicionam este município e as decisões que hoje temos que tomar. Termino, exatamente, como disse no primeiro episódio: quando fomos do contra, nesta e em tantas outras matérias, fomos corridos com as frases do costume. Como nos dizia o antigo presidente de Câmara, e cito: “Naturalmente que agora, aquele argumento do negócio ruinoso, da gestão não-sei-quê, esse agora, já não pode ser repetido porque agora há uma solução. Não é?” Aqui estamos a fazer o balanço: um negócio que foi ruinoso desde 2003, que o Partido Socialista tenta resolver em 2019, ao fim de pouco mais de um ano de mandato. Mas meus senhores, a gestão é de facto esse encontro de contas. Temos que resolver um problema do passado sem condicionar o futuro, e esse é que é o problema, e estes de facto são os números. Sem condicionar o futuro e, sobretudo, criando as tais condições estruturais que discutíamos nas contas e que nos permitirão resolver estes negócios, este tipo de negócios, sem condicionar mais endividamento e gerando no futuro soluções que possam servir Oliveira de Azeméis. O valor que agora nos propomos a pagar é um negócio possível, para não perder financeiramente tudo e o que também é muito importante para credibilizar o município e a sua imagem. A possibilidade de termos um plano de pagamento sustentado, ou faseado, é também uma forma de minimizarmos o seu impacto. Afetaré naturalmente o prazo médio de pagamento, não haja qualquer dúvida sobre isso, e isso tem um significado que lhe quiserem dar nas contas do próximo ano. Números são números, aqui está mais um bom exemplo do que foi a gestão que sempre criticamos e das consequências que sempre dissemos que teria nos anos futuros. Cabe-nos a responsabilidade coletiva de o assumirmos. Assim o fazemos.”

=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== “(...) De facto, há aqui alguns lapsos que talvez por o Bruno Aragão não ter formação jurídica, eu queria colocar ... O que nós temos aqui é uma ocupação pelo município de uma parcela... Não, não... legítima. Uma ocupação de uma parte de uns terrenos que eram

particulares, que já tinham sido já no tempo do senhor Ramiro Alegria, em que foi optado já em 1993, foi começado o sistema de loteamento e no ano de 2000, o município na altura presidido creio que era vereador, não já era presidente - o Senhor Ápio Assunção.... (diálogo) Exatamente, no ano de 2003 era Vice-presidente. Dizer que construída esta via seriam só precisos 65.000,00€, 320m² (diálogo). Pois, mas a questão não é esta. Não é isso. A questão aqui é que nós temos de distinguir aqui dois interesses. Aqui o que significa é que há dois interesses divergentes: O interesse do particular e há o interesse do Município. Evidentemente ninguém discute que... nós podemos aqui discutir aqui se foi ou não uma boa opção política ó tempo, mas não é essa a discussão que nos cabe fazer. A discussão que nos cabe fazer é indemnizar pelo valor que consideramos de alguma forma adequado, esta ocupação por parte da Câmara Municipal dos lotes da empresa Oliprojecta – Construtora, Lda. e eu quero aqui ser muito claro: eu tenho ideia de que no ano de 2009 e 2010, segundo o que eu estive a ler aqui da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, houve de facto um aproximar de negociações no sentido de o particular reagir junto da Câmara Municipal e de fazer um acordo. Creio que a proposta para fazer o acordo, eram cerca de 2.000.000,00€ - ligeiramente abaixo da ação que eles tinham proposto. Porque nós, não podemos dizer que é apenas precisa uma determinada área de metros quadrados, porque o código das expropriações tal como foi definido aqui, implica indemnização da parte sobrance e às vezes as indemnizações pela parte sobrance são superiores ao valor que o terreno tem. O que é que aconteceu aqui? A Câmara, na altura, bem ou mal, não nos compete decidir, penso que não muito mal, decidiu não aceitar o valor que lhe era proposto pelo particular e o particular muito justamente recorreu aos tribunais para discutir a questão do valor fixado, o senhor Presidente de Câmara esteve bem naquilo que disse, ao abrigo do código das expropriações. Nós podemos dizer assim “mas era preciso em 2003 quando aquilo foi ocupado, nós precisávamos gastar muito menos que agora”. Não estou convencido disso. Porque o proprietário ao ver usurpado o seu direito de propriedade reagirá e pelo menos deve fazer tudo para que receba o valor correspondente de acordo com o código das expropriações. Mas vamos lá ver: o processo decorreu em tribunal, foi fixada a matéria de facto, foi de facto elencada, houve um recurso per saltum para o Supremo; o Supremo não decidiu e então fixou como o Bruno Aragão bem disse, um novo incidente que é um incidente de liquidação do valor e esse incidente de liquidação é que foi suportado, como muito bem o senhor Presidente da Câmara disse, por três peritos que fizeram uma perícia àquilo que de acordo com o código das expropriações tinha sido a indemnização. Fixaram, os três peritos por unanimidade, não sei se penso mal, mas pronto, fixaram por unanimidade, o valor de 581.913,00€ reportado ao tempo da ocupação. Depois discutia-se se era preciso pagar juros ou não e o tribunal decidiu que esta atualização seria feita de acordo com os índices do preço ao consumidor; Ou seja, o que nós estamos a pagar hoje, e de facto justificava-se porque o presidente de Câmara não ia pagar dois milhões de euros. O que estamos a pagar hoje, é fruto de um processo judicial em que não houve acordo e a outra parte foi para tribunal fixar o valor que consideraria justo e estamos a falar de uma diferença de quase dois milhões de euros. Eu, sinceramente, se há situações que se pode

criticar a gestão do passado, nesta situação em particular, eu não vejo nenhuma crítica. Não vejo nenhum prejuízo para a Câmara Municipal. O que está aqui, o tal milhão e meio de euros que aqui faz referência é fruto de quê? Fruto da indemnização da parcela que foi utilizada na via, da indemnização da parcela sobrança e pela compra de três lotes que estavam loteados. Isso é que dá o milhão e meio de euros. Estamos a falar de uma diferença de quase um milhão e duzentos mil para aquilo que o proprietário exigia em sede de transação; Ou seja, estamos a pagar, mesmo decorrido este tempo todo e com este lapso de tempo, e mesmo pagando uma atualização de índices do preço ao consumidor menos um milhão e duzentos mil daquilo que se a Câmara Municipal entendesse pagaria na altura. Não vejo que isso seja motivo para nós estarmos a acusar um ato de gestão que, para mim, foi um ato que percorreu uma série de tempo para salvaguardar os interesses do município. Eu se fosse presidente de Câmara ficava muito mais confortado se fosse o tribunal a decidir a indemnização que foi feita por peritos, e é este o valor do prédio. Nós estamos a pagar sempre a atualização e depois fizemos o acordo como o senhor Presidente bem sabe que há uma parte deste acordo que nós pagamos de um milhão e quinhentos mil euros que é por isenção de taxas. É verdade ou não é, senhor Presidente? Este acordo, não é de facto ruinoso, é o acordo possível, decorrente de um não encontro de valores referente à venda de um prédio. É isto que eu queria que ficasse claro.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== “Não é para prolongar o debate... Fernando, permita-me que neste ponto o trate assim: seria de todas as pessoas, a única, com muita sinceridade, que eu esperava que não viesse aqui defender este ponto. Tenha calma, e ouça com atenção porque estive deste lado quando nós criticamos tantas e tantas vezes o que aconteceu com isto aqui. Sinceramente, era de todos aqueles que eu não esperava que viesse aqui e por uma coisa muito simples, porque o que está aqui em causa Fernando, não é a solução que agora se encontrou. Foi exatamente isso que eu disse. Esta, mais uma vez, é a solução possível e uma solução altamente onerosa para o Município de Oliveira de Azeméis. O que está aqui em causa, foi como tudo isto começou. Sempre foi isso que estive em causa. O que está aqui em causa, efetivamente, é quando o município decide fazer uma parte daquilo que será uma via estruturante - a forma como o fez, as opções que tomou - têm hoje, quando fazemos as contas, uma consequência pesadíssima para o município. Esse é o único que eu estou aqui a defender. O interesse do município. Não há aqui dois interesses, enquanto eleito municipal. É o único interesse. Mas há uma coisa que eu tenho que dizer: um dia destes reparei nisso (a recordar umas atas), e hoje no início da sua intervenção foi igual. Começa sempre a intervenção a desqualificar; ou que não percebi muito bem, e que também não percebo de direito - o que é verdade. Certamente atrapalhei aqui alguma coisa. O que eu aqui apresentei foi muito claro. Eu percebo que seja muito desconfortável, mas não é desconfortável nem para vocês nem para nós. É desconfortável para o Município de Oliveira de Azeméis. Aquilo que eu disse foi claríssimo, independentemente da solução a que chegamos, que é a solução possível e que é a solução que a esta data permite que o município, como eu disse,

não perca tudo financeiramente e em termos de território. Porque o que aconteceu com aquele bocadinho de terreno que permitiu aquele troço é que quando se vê os valores que nós pagamos por tudo aquilo por não termos feito no caso o processo devidamente, mesmo que fosse a expropriação e ela tivesse custado 200/300.000,00€... que fosse. Agora, ainda assim, repare na diferença brutal do que estamos a pagar. Se àquele mesmo troço, porque é sobre isso, esta discussão só faz sentido, porque enquanto município entendemos que aquela obra era importante. Àquele troço acresce a Quinta da Cachana que foi a última vez e a única vez, que eu me lembre nestas Assembleias Municipais que o Partido Socialista abandonou uma Assembleia, no Pinheiro da Bemposta, exatamente pela gravidade que era a gestão daquele processo. Foi a única vez dos quatro mandatos que eu cá estou. E aquele bocadinho que estavam ali a ver, que não resolveu rigorosamente nada de estruturante nestes anos todos, isso é a segunda gravidade, se quiser, não resolveu nada de estruturante no concelho de Oliveira de Azeméis, está-nos a custar, feitas as contas, pela forma como gerimos este processo mais de três milhões de euros. Este é o facto. É isso que está em causa, não a forma como estamos agora a encontrar para o resolver.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “De uma forma muito breve, dizer que este foi um processo longo, um processo penoso... Um processo que certamente prejudicou os proprietários do terreno, que tiveram todos estes anos sem poder resolver o problema, ensaiaram fazê-lo pelo que me é dado saber, não foi possível chegar a um acordo com a Câmara Municipal e nós, confrontados com o problema, aquilo que fizemos foi fazer o que sempre fazemos. Procurar resolver os problemas, defendendo naturalmente porque essa é a nossa obrigação, o interesse público o erário público, e o proprietário legitimamente defendendo os seus interesses. A única coisa que eu tenho a dizer relativamente a este processo é que os processos devem ser tratados de forma correta, seguindo aquilo que deve ser feito e, portanto, dizer que por parte dos proprietários o que eu tive foi uma disponibilidade para resolver o problema, foi uma atitude colaborativa permanente, nunca houve um extremar de posições, nunca houve intransigência. Houve sim, percebi eu também, um sentimento de alguma decepção por um processo que se arrastava há muitos anos, que os tinha desgastado, como é evidente; Um processo que inclusive dizia respeito até ao tempo do seu pai que já não está entre nós. Este é um processo que não foi do agrado de ninguém. Houve a possibilidade de o resolver. Tivemos disponibilidade por parte do autor de chegarmos a uma solução. A solução é esta e é para essa solução que peço a vossa aprovação, colocando assim uma pedra em cima deste assunto e continuando a colaborar com estes munícipes que têm outras propriedades e que tencionam investir no nosso concelho. Criarmos aqui também uma nova perspectiva de relacionamento, porque obviamente estas situações deterioram a relação entre os munícipes e a autarquia e não é isso que nenhum de nós deseja. Portanto, nós devemos sempre que possível, procurar soluções consensuais, naturalmente protegendo aquilo que nós estamos aqui a proteger que são os interesses dos Oliveirenses, mas não nos esquecendo nunca que essas

peessoas também são oliveirenses e também querem ver os seus direitos defendidos e não querem ver os seus direitos prejudicados pela autarquia. É isso que estamos a fazer, entendemos que este é um acordo justo para ambas as partes, que esperamos venha a ser aprovado por vocês e depois por outras instâncias para que possamos honrar os compromissos da Câmara Municipal, que na nossa opinião já deviam ter sido honrados há uns anos atrás. Mas aquilo que não tem resolução, resolvido está. Não vale a pena fazermos um regresso ao passado, o que importa é que quando somos confrontados com as situações encontrarmos uma solução. Foi isso que encontramos. Julgamos que é uma boa solução.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *“Nós já temos a intervenção do senhor Presidente da Câmara, que de alguma forma explicou isto, e eu só entenderia a intervenção do Bruno Aragão - dizendo que houve um prejuízo para o munícipe. Evidentemente, que agora estamos com uma situação de fazer este pagamento, mas isto decorreu no âmbito de um processo judicial. E foi judicialmente declarado o valor dos terrenos ao tempo de ocupação efetiva. Nós o que estamos aqui a pagar a mais é apenas uma comparticipação ao nível dos índices da atualização. Mais nada, ou seja, nós não podemos dizer que se a Câmara Municipal tivesse feito o acordo em 2009, antes... aliás como consta da sentença, teríamos pago menos. Isso é que seria grave. Se nós tivéssemos feito o acordo em 2009 e tivéssemos pago aquilo que o particular exigiu, isso é que seria grave, se esse valor se revelasse superior àquilo que estamos a pagar. E estamos a pagar por 1.500.000,00€, repito: pelos três lotes, pela parcela sobranete e pela parcela efetiva. Mas, isso teríamos sempre que o pagar.”* =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *“Muito obrigada senhor Deputado. Penso que estava a repetir aquilo que já tinha dito, mas fica mais afirmado ainda.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *“É um comentário simples senhora Presidente, porque de facto este tipo de pontos quando no passado nós estávamos contra a situação era mais ou menos semelhante. Riam-se e tal... Hoje que confrontamos com as evidências, o comportamento não mudou muito. Eu continuo a dizer: o que está aqui em causa não foram os processos que depois tiveram que ser iniciados porque o município começou a fazer uma obra para a qual não tinha condições. O problema é exatamente esse, que o município iniciou uma obra sem garantir as condições para a fazer. É esta a questão, não é o que aconteceu a seguir. Nenhum município começa a fazer uma obra sem saber se tem os terrenos, quanto custam, o que é que têm que fazer para os adquirir. Isto é simples e claro. É exatamente isso que está em causa e foi isso que se tentou mostrar. O facto de não se ter feito isto, hoje exatamente porque tivemos que fazer um conjunto de processos, o valor é este. Em algum momento pareceu-me até que nós tínhamos que dizer “é pá no fundo disto tudo, acabamos por não ter que pagar tanto como iríamos pagar”. É essa a*

questão. Se isso tivesse sido bem feito o valor que teria custado os terrenos daquela estrada seria muito inferior.” =====
===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
===== “Obrigado senhor Deputado. Haverá, com certeza, outras oportunidades para prolongar esta conversa/discussão, mas acho que estamos em condições de podermos tomar uma decisão sobre a votação.” =====
===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====
===== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====
===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====
===== “Quero agradecer a participação e colaboração de todos. Agradecer, naturalmente, a ajuda e o trabalho disponibilizado pelos funcionários da Câmara para que esta Assembleia se realizasse, que é sempre preciosa e eu faço sempre questão de agradecer. Desejo-vos um bom Dia do Trabalhador, para amanhã, feriado. Dou por encerrada esta Sessão Ordinária. Boa noite.” =====
E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 31 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=====

ÂNGELO DA SILVA AZEVEDO
BREVE APONTAMENTO BIOGRÁFICO

1. NOTA E ELEMENTOS BIOGRÁFICOS...

1. Quando em 17 de Novembro de 1936 nasceu Ângelo da Silva Azevedo, filho de António Ferreira Azevedo e de Rosalina Maria da Silva, seus pais já tinham três filhos, sendo o quarto elemento de nove irmãos: Fernando Ferreira, Maria de Lurdes, Isaura Azevedo, Ângelo Azevedo, Artur Azevedo, Ilda Azevedo¹, Aureliano Azevedo e Benjamim Azevedo. Desde cedo que Ângelo Azevedo mostrou um espírito inquieto. Ainda criança, altura em que muitos cesarenses, como seu pai, se dedicavam à procura do “ouro negro”, o volfrâmio, o menino andava com um martelo a partir a pedra dos muros. Quando lhe perguntavam o que andava a fazer o “*menino dizia que andava ao minério [...]*”.

2. Membro de uma família numerosa de poucas posses e católica. A catequese era aprendida em casa pela mãe e na igreja pelo Abade... e tinha que ser aplicada em ações concretas. Concluiu a instrução primária, a 4ª Classe, na Escola 5 de Outubro, em Cesar, seguindo o destino de tantos rapazes ingressando no mundo do trabalho como operário fabril na Oliva. Casou com Maria Teresa Caetano, tiveram três filhos: o Nuno, o Martin e a Ângela.

3. Ao serviço da União Industrial de Cesar, viria, mais tarde, a desempenhar funções na área comercial. A 4 de Dezembro de 1964, com 26 anos, a administração, seguindo a orientação do principal sócio, Sr. Paulo Elisiário, concedeu-lhe a posição de sócio-gerente, reconhecendo, deste modo, a capacidade executiva de Ângelo Azevedo ao serviço da mesma empresa.

4. Estamos, por isso, diante de um homem, que pela arguta capacidade de diálogo e de trabalho, é-lhe reconhecida a determinação e o mérito na ação de todo o seu labor...

2. O EMPREENDEDORISMO

5. Como acima supracitado, com uma generosidade invulgar e dinâmica promissora, Ângelo Azevedo, anos mais tarde, granjeou sólida confiança da administração da então antiga União Industrial de Cesar, assumindo a gestão da área comercial. A sua facilidade de comunicação e a sua afabilidade de trato, rapidamente, foram reconhecidas tornando-se, de facto, num dos gestores mais influentes do progresso da empresa.

6. Após a morte do sócio maioritário da União Industrial de Cesar, e na presença de algumas convulsões internas, optou, em 1978, por fundar a sua própria unidade industrial, a Celar - Alumínios de Cesar - fabrico de louça esmaltada - juntamente com Martin Caetano, António Sousa e Cordeiro e Cunha, da qual se viria a tornar presidente do

¹ Faleceu com cerca de dois anos de idade.

Conselho de Administração. Em 1994 interrompe a sua atividade e posição relevante na empresa para se dedicar até 2001, exclusivamente, ao exercício da atividade política, como presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis. Atualmente, a Celar, como é vulgarmente conhecida, dedica-se ao fabrico de louça metálica de cozinha, sendo especializada em louça com revestimento interior antiaderente, mantendo relações comerciais ao nível nacional e internacional.

3. O ASSOCIATIVISMO

7. Homem atento ao desenvolvimento da sua terra natal, depressa desocultou uma dicotomia ou diplopia entre a vida profissional e sócio cultural. Neste séquito, desbravando um novo começo ou um começo novo nas lides associativas, na década de 60, com menos de 30 anos, abraça o projeto desportivo do Futebol Clube Cesarense, exercendo as funções de presidente de direção da coletividade. A obra realizada ao serviço do clube mostrou uma outra faceta de Ângelo Azevedo, que depressa o notabilizou com qualidades ímpares na condução de projetos em prol do bem comum e da gestão causa pública. Este seria, sem dúvida, o início de uma verdadeira vertiginosa e extraordinária carreira ao serviço da sua terra e da sua gente... A passagem fugaz pelo associativismo, pelo Cesarense, não se deve à vontade ou desistência de Ângelo Azevedo, mas a imperiosa missão e vocação que lhe estava reservada... gestão do poder local - a política!

4. A POLÍTICA: DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA CESAR A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.

4.1. A PRIMEIRA FASE DA ATIVIDADE POLÍTICA...

8. Em 1 de Janeiro de 1968, com 30 anos, tomou posse como Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, tendo sido, em simultâneo, eleito para membro do Conselho Municipal de Oliveira de Azeméis. A partir da ação de Ângelo Azevedo, Cesar iniciava um movimento de desenvolvimento e progresso, uma terra vocacionada para o tecido empresarial, com homens audazes, tinha agora com o novo presidente da Junta um incremento sólido para a concretização das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento integral de Cesar...

9. Neste primeiro período à frente dos destinos autárquicos de Cesar, realça-se algumas obras importantes:

- O restauro da Escola 5 de Outubro, que se encontrava muito degradada;
- O Posto Médico das Caixas de Previdência que funcionou vários anos no edifício da Escola 5 de Outubro;
- A eletrificação do Campo de Futebol do Mergulhão;
- O impulso dado no âmbito da educação na construção da Escola Primária do Picoto, imponente edifício de oito salas e uma moderna cantina, então raro privilégio;
- De referir ainda, que também por sua iniciativa negocial, mais tarde, no que diz respeito à saúde, Cesar viria a ter um Posto Médico de raiz, a atual Unidade Saúde Familiar (USF).

- A abertura da rua do lugar das Cortinhas, atual rua de S. Pedro e a rua do lugar Pinheiro, atual rua Padre António da Rocha. O dia foi de grande festa e Cesar teve a visita de grandes figuras do plano político regional.

10. No entanto, apesar da sua curta missão como presidente de Junta, algo de muito importante estava ainda por acontecer.

- Em Setembro de 1970, ainda Ângelo Azevedo como edil ao serviço da freguesia de Cesar, recebeu a mais alta distinção na sua história: a visita do Chefe de Estado, o Almirante Américo Tomás. Acompanharam-no nesta visita, o governador civil, Dr. Francisco do Vale Guimarães, General Humberto Pais e o Tenente-Coronel Libânio Monteiro, chefe da Casa Militar. A comitiva incorporava ainda, a sua mulher D. Gertrudes Tomás, a esposa do governador civil e o secretário de Estado da Administração Escolar, Dr. Justino Almeida... muitas outras distintas personalidades, industriais e o povo cesarense se juntaram para agradecer tão distinta visita. A visita do Presidente da República teve como objetivo a *angariação de fundos para a Fundação Salazar*

11. Foi um dia de festa. Os representantes do poder político local, juntamente com os industriais cesarenses, receberam o Chefe de Estado nas instalações da renovada (na altura) União Industrial de Cesar num ambiente de elevada distinção, e na sessão de agradecimento usou da palavra Sr. Paulo Elisiário. A propósito desta visita de relevo nacional, que foi considerada pela imprensa local, um grande momento para a freguesia de Cesar, podemos ler numa entrevista concedida pelo Sr. Paulo Elisiário, gerente da então União Industrial de Cesar, ao Quinzenário Regionalista - A Voz de Azeméis - sobre Ângelo Azevedo, em que afirma o seguinte:

“Ângelo da Silva Azevedo – importará referir que, ao tempo da sua entrada para a sociedade, tinha então 26 anos – vinha já a desenvolver notável acção nos contactos com os clientes da firma e a revelar excepcional qualidades de chefia nos sectores de armazéns de expedição.

A sociedade muito tem ficado a dever-lhe, pelo espírito de sacrificio que sempre revela quando é chamado a ultrapassar-se em dinamismo, e muito tem beneficiado do seu avisado conselho aos sectores produtivos, para a constante beneficiação da qualidade dos produtos que levamos aos mercados nacionais e internacionais. Entre parênteses, direi também que as mesmas qualidades de homem de acção tem vindo este meu sócio a revelar nas funções de homem público, pois no desempenho do cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, tem feito obra de maior valia, conseguindo fazer voltar para a sua terra atenções gerais, e, muito principalmente, as atenções dos poderes públicos. Ângelo Azevedo se impôs à minha consideração e estima e porque me sinto honrado em o ter por meu sócio”².

12. Em três anos Ângelo Azevedo revela uma notável capacidade de trabalho em favor da causa pública. Sem que nada fizesse prever, a não ser a sua dedicação em prol do bem

² A VOZ DE AZEMÉIS – *Empresa que honra o Concelho e a Nação*. Ano I, n.9 (26 de Setembro de 1970), p. 3.

comum, é chamado, ainda jovem, com 34 anos, a ocupar um cargo de relevo ao nível concelhio como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

4.1.2. A NOMEAÇÃO PARA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

13. Em 13 de Fevereiro de 1971, a notícia da primeira página do jornal do Concelho diz: “Já temos Presidente e Vice-Presidente”³. Sobre Ângelo Azevedo podemos ler o seguinte:

“Falar do novel Vice-Presidente da Câmara, é missão fácil para todos os que o conhecem de perto. O Sr. Ângelo Azevedo, sempre viveu para o trabalho. – Radicado à freguesia de Cesar, que o viu nascer, ali iniciou seus passos como guarda-livros ao serviço da União Industrial de Cesar. Exercendo actualmente o cargo de Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, dotado de límpido carácter, irradiando simpatia, a par de uma modéstia e bondade impressionantes, será um elemento vitalizador e braço direito do seu Presidente.”⁴

14. Em 15 de Março de 1971, pelas 18h30, na Sala da Sessões, nos Paços do Concelho, Ângelo da Silva Azevedo, toma posse como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, juntamente com o Dr. Leopoldo Reis, este como Presidente do Município. A cerimónia solene de tomada de posse foi extraordinariamente concorrida sendo presidida pelo Governador Civil do distrito de Aveiro, Dr. Francisco do Vale Guimarães. No uso da palavra, o Governador Civil disse ter sido difícil a escolha das pessoas indigitadas para os cargos em evidência, esclarecendo que todos eram excelentes e, de tal modo, houve necessidade de optar. Referindo-se ao indigitado Vice-Presidente, o Sr. Ângelo da Silva Azevedo, afirmou:

“Sempre tive e tenho uma predilecção pelo industrial! Os homens da indústria são aqueles que criam, organizam e administram. E tenho observado que sempre que são chamados a ocupar lugares oficiais, conseguem transplantar os seus métodos para a própria acção municipal. Além disso, o Sr. Ângelo Azevedo, como Presidente da Junta de Freguesia de Cesar já deu largas provas de capacidade na administração pública. Estão justificadas as razões da escolha e as razões do critério”⁵.

15. No mesmo séquito, as palavras do Presidente cessante, Dr. Artur Correia Barbosa, sobre Ângelo Azevedo, foram nutridas de bons sentimentos, afirmando:

³ VOZ DE AZEMÉIS – *Já temos Presidente e Vice-Presidente*. Ano II, n.19 (13 de Fevereiro de 1971), p. 1.

⁴ VOZ DE AZEMÉIS – *Já temos Presidente e Vice-Presidente*. Ano II, n.19 (13 de Fevereiro de 1971), p. 2.

⁵ VOZ DE AZEMÉIS – *A Nova Presidência da Câmara*. Ano II, n.22 (20 de Março de 1971), p.2.

“O Sr. Ângelo Azevedo é um homem novo, inspira simpatia, conquista as pessoas e fez grandes obras na sua terra. Ambos completam-se (*referindo-se ao presidente e vice-presidente*) no feito, temperamento, espírito compreensivo e sobretudo humano”⁶.

4.1.3. A JOC E O RECONHECIMENTO PÚBLICO DOS JOVENS AO ILUSTRE CESARENSE

16. A Juventude Operária Católica de Cesar, em Agosto de 1971, no boletim do 2º Aniversário, intitulado: “*Nos e o mundo Jovem*” dedicam um artigo a Ângelo Azevedo com o título a “*Nossa Homenagem*” e escrevem:

“Nascera duma família humilde.

Ângelo da Silva Azevedo, homem na verdadeira acepção do termo, soube guindar Cesar a uma posição de relevo, mormente no aspecto material. De virtudes raras, foi um dia chamado à presidência da nossa freguesia. Dinâmico e diligente soube bem cumprir o seu dever como filho da terra e nosso maior amigo.

Jovem ainda, não é alheio ao problema dos jovens. O nosso movimento lhe deve alguns dos seus momentos altos. Compreensivo, sempre nos recebeu de braços abertos.

Industrial de rasgo, bem soube sempre desempenhar a sua função. Porém, se dívidas houvessem acerca da sua capacidade intelectual, desfeitas ficariam pela sua recente nomeação para o alto cargo de vice-presidente do município oliveirense. Conquistado por direito próprio e cargo jamais conferido a um filho da nossa terra, não nos pode deixar indiferentes. Sabemos bem que os seus problemas são os problemas de todos nós e não deixará de para eles olhar com aquela atenção e vontade firme de os resolver que sempre o caracterizaram. Estamos bem certos que a sua passagem pelo município oliveirense não ficará vã no espírito de todo o concelho.

É pois com espírito de humildade que a JOC de Cesar vos pede que aceiteis as nossas maiores felicitações e um voto de pleno apoio àquilo que vos norteia. Obrigado por tudo. Bem-haja sincero amigo”⁷.

17. Na verdade, as palavras que encontramos dos mais diversos quadrantes da sociedade cesarense e concelhia, são, no mínimo, fundamentais para o leitor ficar a conhecer, através desta pequena resenha biográfica, a personalidade e a obra do Comendador Ângelo da Silva Azevedo. Estamos, por isso, diante de homem com uma matriz rara, e que de todos mereceu (merece) reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade e do bem comum.

4.1.4. ATOS PÚBLICOS EM CESAR COMO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

- Em Maio de 1971, já na qualidade de Vice-Presidente da Câmara, Ângelo Azevedo, presidiu a inauguração do relógio da torre da capela da S^a da Graça e a homenagem aos seus, beneméritos, o Sr. José Francisco Ferreira e sua esposa D. Silvina da Silva Ferreira.
- Em Julho do mesmo ano, participa, juntamente com o Presidente da Câmara, nas comemorações do 20º aniversário da indústria Silva e Campos, Lda – Silampos.

⁶ VOZ DE AZEMÉIS – *A Nova Presidência da Câmara*. Ano II, n.22 (20 de Março de 1971), p.3.

⁷ JOC: Juventude Operária Católica de Cesar – *A nossa Homenagem*. (Agosto de 1971), p. 9.

- Em Setembro de 1972, fruto da sua acção e em conjunto com os autarcas cesarenses, foi criada uma Escola Oficial do Ciclo Preparatório TV, instalada na Escola 5 de Outubro, tendo atingido, em 1972- 1973, um número recorde de 90 alunos. Sobre assunto a imprensa noticiou:

“Este melhoramento deve-se, sem dúvida, à força dispendida pelo Sr. Ângelo Azevedo. Que os cesarenses continuem unidos, guindando bem alto o nome da sua terra”⁸.

- Na primeira página da edição de 24 de Março de 1973, do jornal A Voz de Azeméis, o leitor pode constatar o percurso exercido e conduzido por Ângelo Azevedo, em que o quinzenário regionalista alude:

“Um trabalho de conjunto, raramente observado naqueles cargos, os ilustres magistrados no curto espaço de dois anos desenvolveram uma acção notável, procurando dotar a nossa terra com melhoramentos de vulto”⁹.

Referindo-se a Cesar, destaca-se o alargamento da Feira de Cesar;

- Na edição de 25 de Agosto, A Voz de Azeméis, notícia: “Cesar vai ter em breve um Pavilhão Gimnodesportivo, obra que muito se deve a Ângelo Azevedo. “Por determinação do Ministério das Corporações e da Junta Central das Casas do Povo, o concurso para empreitada ocorreu em Agosto de 1973, para a construção de um Edifício-Sede da Casa do Povo de Cesar. Este melhoramento compõe-se em de dois blocos; sendo um destinado aos serviços socioculturais; outro, um pavilhão gimnodesportivo [...]”¹⁰. Em relação às Casas do Povo, merece destaque o trabalho desenvolvido por Ângelo Azevedo no que diz respeito à implementação da mesma infraestrutura em Oliveira de Azeméis e Pinheiro da Bemposta.

4.1.5. A NÍVEL CONCELHIO

18. Para além do que já foi referido, não cabem aqui, como seria desejável, toda a intervenção de Ângelo Azevedo ao serviço do município. Contudo, deixamos expressa uma nota de algumas obras importantes que pela sua natureza são dignas de registo:

- Aquisição do Palacete do Comendador no qual se veria a criar um estabelecimento de apoio à infância;
- Criação de uma secção do Liceu Nacional de Aveiro, reconvertida em Liceu independente;
- Criação do Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis, com influência alargada a cinco concelhos do distrito de Aveiro;
- Fundação do Instituto de Línguas – uma iniciativa pioneira na época;

⁸ A VOZ DE AZEMÉIS – *Cesar progride a passos largos*. Ano III, n.61 (23 de Setembro de 1972), p. 3.

⁹ A VOZ DE AZEMÉIS – *Dois anos de Presidência na nossa Câmara*. Ano IV, n.74 (24 de Março de 1973), p. 3.

¹⁰ A VOZ DE AZEMÉIS – *Cesar vai ter um Pavilhão Gimnodesportivo*. Ano IV, n.74 (25 de Agosto de 1973), p. 1.

- Criação das Casas do Povo de Oliveira de Azeméis, Pinheiro da Bemposta e Cesar, ficado deste modo, concluída a cobertura total do concelho no que diz respeito à proteção social aos trabalhadores agrícolas, que na época representava uma apreciável percentagem da população ativa.

19. Depois de um período de intensa atividade e de muito trabalho e, de qua a maior parte não se vê, fica, neste pequeno registo, a ponta do iceberg do labor exercido por Ângelo Azevedo numa primeira fase da sua vida ao serviço da causa pública e do bem comum, que seria interrompida pela revolução democrática do 25 de Abril de 1974, de que resultou na demissão de todos os que ocupavam cargos políticos...

20. Concretamente, no que diz respeito à transição política a nível Municipal, podemos dizer que tudo se processou de forma verdadeiramente democrática. Com o conhecimento da respetiva edilidade em exercício, no Governo Civil de Aveiro, uma Comissão de Gestão Provisória tomou posse e substituiu todos os membros da Câmara, até às eleições definitivas¹¹.

4.1.6. O FIM DE UM CICLO POLÍTICO

21. Terminada, por imposição da revolução dos cravos, a sua missão como Vice-Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, Ângelo Azevedo não esqueceu a comunicação social e no jornal *A Voz de Azeméis*, na sua edição de n.109 de 25 de Maio de 1974, pode-se ler uma carta enviada ao quinzenário que diz o seguinte:

“Ao deixar de exercer actividade na nossa Câmara Municipal, quero exprimir à “Voz de Azeméis”, que V. Exa. é muito distinto Director, os meus sinceros agradecimentos por todas as atenções dispensada à minha pessoa e ao nosso grande Concelho”¹².

22. A missiva foi recebida com muito apreço pelo diretor do jornal e, referindo-se ao modo como Ângelo Azevedo tratou este órgão de imprensa local, afirmou:

“Não podemos deixar de registar a forma democrática como o nosso Vice-Presidente da nossa Câmara se despediu do nosso jornal, (o único que se lembrou dele), ao abandonar o lugar que tanto soube prestigiar”¹³.

E continua:

“Efectivamente, a verdadeira política do Sr. Ângelo Azevedo, foi e é, aquela que possa vincular ao progresso das terras e da colectividade geral [...] na nobreza do seu coração, sempre aberto para os seus operários e para todas as camadas sociais, através das quais gerou amizades, embora não isentas de alguns dissabores e

¹¹ cf. *A VOZ DE AZEMÉIS – A nossa Câmara e o movimento político actual*. Ano IV, n.102 (11 de Maio de 1974), p. 5.

¹² *A VOZ DE AZEMÉIS – Cartas à Redacção: Do Ex-Vice Presidente da nossa Câmara*. Ano IV, n.109, (25 de Maio de 1974), p. 5.

¹³ *A VOZ DE AZEMÉIS – Cartas à Redacção: Do Ex-Vice Presidente da nossa Câmara*. Ano IV, n.109, (25 de Maio de 1974), p. 5.

desilusões [...]. Pela nossa parte, aqui deixamos expressa toda a gratidão e muita admiração [...] a sua carta, traduziu bem a estima que nutre pela imprensa da sua terra [...]"¹⁴.

23. Na verdade, Ângelo Azevedo, para além da sua vida política e partidária, foi e é, um cultor do humanismo, que se manifesta na sua atuação e num espírito gregário, concitando e congregando vontades e valores, num mundo de conflitualidades, oposto àquele que tantos políticos e homens constroem. Ângelo, e tendo em conta a sua história biográfica, ansiou congregar e pacificar. Porém, sabe, todavia, nos momentos oportunos, intervir com civilizada dureza ou expressar-se com frases impregnadas de sabedoria ou de sibilina ironia.

24. Contudo, ao concretizar a sua ideação política e profissional, jamais, pelos dados confrontados, tentou imitar o voo de Ícaro, esse ser mitológico que, extasiado por quimeras e ambições, tentou subir demasiado e caiu nas águas, fracassando na intentada proeza.

25. Os leitores podem comprovar que a notoriedade do Comendador Ângelo Azevedo, se deve ao seu labor e só se tornou possível pela capacidade de decisão e de bem gerir o tempo que o tempo lhe deu; nunca se inebriou com os triunfos, quantas vezes obtidos depois da superação de contrariedades. Lutador intemerato, agitador saudável e de um espírito inquieto que atuou (atua) como um estímulo. Ao ascender tão vertiginosamente na vida profissional, social e política, Ângelo Azevedo continuou a ser coerente, como é timbre da sua maneira de ser...

5. A SEGUNDA FASE DA ATIVIDADE POLÍTICA...

26. Depois de algum tempo afastado da política ativa e dedicado à sua atividade empresarial, viria, mais tarde, concretamente, a partir de 1983 a 1993 desempenhar novas funções na atividade política, com o cargo de Presidente da Assembleia Municipal. A sua ação como político não se fica pelo trabalho municipal, alarga-se no âmbito nacional fazendo parte dos órgãos nacionais do PPD/PSD, assumindo funções como Conselheiro na Comissão Política Nacional.

27. No âmbito do exercício da presidência da assembleia municipal, como reconhecido por todos quadrantes políticos, a sua ação extravasou as funções específicas para o qual foi investido, transformando-se num assíduo colaborador do Executivo Camarário, respeitando, como seu apanágio, as competências das respetivas funções.

Como exemplo da sua ação destacamos:

- A elevação de Oliveira de Azeméis a cidade, em 16 de Maio de 1984;
- A construção do Centro Infantil de Cesar e o Centro Paroquial de Nogueira do Cravo, ambos inaugurados por Maria Cavaco Silva, no dia 27 de Março de 1988;
- As comemorações dos 920 Anos da História da Freguesia de Cesar;
- A inauguração do Rainha, em Dezembro de 1998, pelo Presidente da República, Mário Soares;
- Em 25 de Novembro, a inauguração da 2ª fase do centro Social de Fajões;
- A inauguração da 3ª Repartição das Finanças, em 16 de Maio de 1990;

¹⁴ cf. A VOZ DE AZEMÉIS – *Cartas à Redacção: Do Ex-Vice Presidente da nossa Câmara*. Ano IV, n.109, (25 de Maio de 1974), p. 5.

- Quinta-feira história para Cesar. Em 20 de Maio de 1993, a freguesia de Cesar foi elevada à categoria de Vila.

28. É vastíssimo o seu “Curriculum” de trabalho na catividade política, é, obviamente, reconhecida a sua personalidade, de tal forma que estas duas facetas de Ângelo Azevedo, sem que a nada fosse forçado, mas como consequência da sua ação como Presidente da Assembleia Municipal, “empurra-o” a encabeçar a candidatura para a presidência do Executivo Camarário de Oliveira de Azeméis nas eleições de Dezembro de 1993.

29. Volvidos 22 anos após a primeira nomeação para o cargo de Vice-presidente, Ângelo Azevedo, agora, sujeita-se ao voto popular e aceita esta missão de governar o destino do município, sabendo que esta função, certamente, sacrificava a sua vida privada, familiar e empresarial.

5.1. ÂNGELO AZEVEDO: PRESIDENTE DA CÂMARA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS ENTRE DEZEMBRO DE 1993 E DEZEMBRO DE 2001...

5.1.1. AUTÁRQUICAS 1993... “GANHAR O FUTURO”

30. Em 26 de Março de 1993, a imprensa local anuncia que Ângelo Azevedo é candidato à Câmara Municipal¹⁵. “Um cidadão a quem o concelho deve já os mais assinalados serviços e nas mais diversas áreas”¹⁶. [...] A presença figuras¹⁷ do plano nacional e governamental sucederam-se em vistas ao concelho de Oliveira de Azeméis, e marcaram a agenda política do concelho. Numa maratona de oito horas a fio percorridas exaustivamente pelo concelho, rendeu às freguesias visitadas substanciais apoios ou promessas para obras de primeira linha¹⁸. De referir que Cesar também esteve na agenda política desta visita.

31. “Com iniciativas inéditas, os candidatos do PSD, num primeiro contacto, começam a trocar impressões com diferentes organismos e entidades, que, de algum modo, interferem na opinião pública e conhecem os seus anseios”¹⁹. Em Cesar, Ângelo Azevedo, reuniu com diversas coletividades que apresentaram ao candidato as suas preocupações no que diz respeito à atividade que promovem. Estiveram presentes, para além do presidente da Junta de Freguesia, José Rocha, outros responsáveis: Fernando Caetano, presidente do Centro Infantil de Cesar; Victor Rodrigues, representante da direção da Casa do Povo de Cesar; Manuel Santos, dirigente do Futebol Clube Cesarense; Eugénio Lima, em nome do Grupo Columbófilo de Cimo de Vila.

¹⁵ cf. CORREIO DE AZEMÉIS – *Ângelo Azevedo é o candidato do PSD*. [s/n], (26 de Março de 1993), p.9.

¹⁶ cf. CIDADE NOVA – *Ângelo da Silva Azevedo*. [s/n], (Setembro de 1993).

¹⁷ Mário Soares, Presidente da República; Cavaco Silva, Primeiro-Ministro do Governo de Portugal; Dias Loureiro, Ministro da Administração Interna; Arlindo Cunha, Ministro das Pescas e Agricultura; Ferreira do Amaral, Ministro do Comércio e Turismo; Quatro secretários de Estado: Ordenamento e Território; Adjunto do Ministro da Saúde; Assuntos Fiscais, Oliveira e Costa; educação Joaquim Azevedo Agricultura... entre outras ilustres figuras, tais como o Ministro Fernando Nogueira...

¹⁸ cf. CORREIO DE AZEMÉIS – *Governo vira-se para nós*. Ano LXX, n.3462, (13 de Julho de 1993), p.1.

¹⁹cf. A VOZ DE AZEMÉIS – *Candidatos do PSD em ronda pelas forças vivas oliveirenses*. [s/n], (21 de Setembro de 1993), p. 13.

32. Depois de ouvir todas as preocupações apresentadas pelos dirigentes, Ângelo Azevedo lembrou que a “Câmara não pode resolver e pagar tudo, os dirigentes precisam de ter um grande dinamismo e muito trabalho. É necessário apelar à colaboração das populações para, posteriormente, a Câmara participar no que for necessário”²⁰.

5.1.2. ATO ELEITORAL

33. No ato eleitoral de 1993, Ângelo Azevedo, vence as eleições autárquicas com uma maioria relativa. A primeira página do Correio de Azeméis destaca: “O PSD continua a mandar na Câmara Municipal ao ter conseguido eleger para presidente o, até agora, presidente da Assembleia Municipal por uma margem de 356 votos sobre o candidato do PS”²¹.

34. No momento da vitória, Ângelo Azevedo afirmou estar disposto a dialogar e a trabalhar com todos quantos quiserem trabalhar por Oliveira de Azeméis. Saudando a vitória, disse: “Pese o facto de o eleitorado ter de certa forma castigado os sociais de democratas, ela acaba por ser saborosa, porque difícil”²². Em 8 de Janeiro de 1994, Ângelo Azevedo toma posse como Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, lugar que viria a ocupar até Dezembro de 2001.

5.3. AUTÁRQUICAS 1997-2001

35. Em 1997, repete a vitória, mas desta vez consegue a maioria absoluta, esta com certeza, traduzindo a obra promovida e produzida no primeiro mandato. O povo oliveirense reconheceu neste ato eleitoral todo o trabalho desenvolvido por Ângelo Azevedo, concedendo-lhe o poder de exercer o mandato para o qual foi eleito com todas as condições políticas e partidárias favoráveis no exercício camarário até 2001, ano que decidiu deixar o poder e a atividade camarária e abandonar a política ativa.

35. Contudo, como adiante o leitor pode comprovar, Ângelo Azevedo, nunca deixou de colaborar ao mais alto nível para a resolução de problemas ou para criação de novas infraestruturas, mercê da capitalização do conhecimento dos corredores dos ministérios e da proximidade com os decisores. Para este homem singular, mais do que estar na condução dos destinos do concelho de Oliveira de Azeméis ou no poder, o importante e o necessário, como sempre, era (é) estar ao lado de quem trabalha em prol do desenvolvimento da sua terra e das suas gentes...

5.4. FACTOS E ACONTECIMENTOS MARCANTES DOS DOIS MANDATOS...

36. Limitados pela escassez deste apontamento biográfico, destacamos destes dois mandatos, um conjunto de factos e acontecimentos que marcaram a acção de Ângelo Azevedo ao serviço do seu concelho:

²⁰ cf. A VOZ DE AZEMÉIS – PSD foi a Cesar visitar colectividades. [s/n], (23 de Novembro de 1993), p. 19.

²¹ cf. CORREIO DE AZEMÉIS – A Câmara de Ângelo Azevedo. Ano LXXI, n.3488 (14 de Dezembro de 1993), p. 1

²² cf. CORREIO DE AZEMÉIS – Vitória suada. Ano LXXI, n.3488 (14 de Dezembro de 1993).

- EM CESAR:

- Estádio do Mergulhão. Um investimento que ultrapassou os 200 mil contos, como apoio estatal, camarário e dos cesarenses, foi inaugurado em 29 de Novembro de 2000;
- Em Janeiro de 2001, Ângelo Azevedo, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela Associação Villa Cesari, garantiu o apoio do executivo às obras da Escola de Música da Villa Cesari, que viria a ser inaugurada em Novembro de 2002;
- A reconversão da Escola 5 de Outubro, actual Centro Cívico Justino Portal, inaugurado no dia 28 de Outubro de 2001;
- Inauguração, em Junho de 2001, da renovada Estação dos CTT de Cesar;
- A prestimosa colaboração de Ângelo Azevedo e da Câmara Municipal, na edificação de raiz do Auditório Paroquial e Salas de Catequese, foi determinante para a concretização da infra-estrutura. De referir, no que diz respeito a esta obra, em 2003, Ângelo Azevedo, a convite do secretário de Estado da Administração Local, deslocou-se a Lisboa, juntamente com o Dr. António Praça de Vasconcelos, para a assinatura do respectivo protocolo de apoio financeiro²⁵.

- A NÍVEL DO CONCELHO

- Na área da educação foi dada prioridade à criação de infra-estruturas de Escolas Básicas 2,3 – Pinheiro da Bemposta, Loureiro, S. Roque e Nogueira do Cravo e a recuperação do parque escolar existente ao nível do 1º ciclo. Ainda no âmbito da educação, deu ênfase à cobertura do concelho ao nível do pré-escolar e à instalação da Escola de Superior de Enfermagem e Pólo Tecnológico da Universidade de Aveiro em Oliveira de Azeméis;
- No campo da cultura foram lançados os centros culturais de Cucujães e S. Roque, a aquisição do Cineteatro Caracas, assim como a assinatura protocolar para a instalação do Arquivo Municipal e a aprovação da construção da Biblioteca Municipal. Ainda neste contexto, acrescenta-se a reabilitação do Centro História do Pinheiro da Bemposta
- No plano da atividade e assistência religiosa é de referir o contributo e apoio na construção de capelas mortuárias; apoio a edifícios de para formação catequética e cultural.
- Na área rodoviária foi lançado e executado durante estes mandatos, a construção do acesso ao nó da A1 em Estarreja; a via rápida de ligação a Vale de Cambra; a Via do Nordeste; a via de S. Roque Oliveira de Azeméis; abertura da Avenida D^a Maria I^a; aberturas de vias estruturantes nas zonas industriais;
- Ao nível do saneamento básico, foram realizadas obras de ampliação das redes de água e a construção da ETAR de Ossela e aterro sanitário na Serra do Pereiro;

²⁵ Cf. CORREIO DE AZEMÉIS – *Governo apoia obras em Cucujães e Cesar*. [s/n], (18 de Novembro de 2003), p.14.

- No que respeita à segurança pública, salienta-se a construção de um novo quartel para a GNR de Oliveira de Azeméis;
- Na justiça, o novo edifício para o Tribunal do Trabalho e Conservatórias do Registo Civil e Predial; serviços do Notariado
- Na saúde, apoio financeiro na comparticipação das obras do Hospital S. Miguel de Oliveira de Azeméis e outras unidades de saúde;
- No desporto, construção e apoio - pavilhão da Escola Secundária Ferreira de Castro; pavilhão desportivo de Ossela, piscina coberta da Escola Secundária Soares de Bastos; remodelação do campo de futebol de Macieira de Sames; criação de polidesportivos nas dezanove freguesias.

37. Não cabem neste apontamento, como já supracitado, todas as ações de Ângelo Azevedo ao serviço da causa pública. Contudo, cremos que fica aqui um pequeno registo da sua atividade real.

5.4. OUTRAS FUNÇÕES E DISTINÇÕES

38. Neste percurso, encontramos ainda outras responsabilidades assumidas tais como: Representante das Câmaras Municipais do Distrito de Aveiro no Conselho Nacional do Plano; como já referido, foi eleito, em dois mandatos para Conselheiro Nacional do Partido Social Democrático; Presidente, durante oito anos, Associação dos Municípios das Terras de Santa Maria...

5.4.1. DISTINÇÕES

- Foi agraciado com a Ordem do Mérito e o título de Comendador, por alvará de 9 de Abril de 2003, da Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas como consta do Diário da República, 2ª série, nº 213 de 15 de Setembro de 2003.
- Em 20 de Dezembro de 2004 o Conselho Executivo e a direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de São Roque propõem o nome de Ângelo da Silva Azevedo para seu patrono. Pelo Despacho nº 14006/2005, 2ª série de 24 de Junho de 2005, é designado Patrono da Escola EB2/3 de São Roque, passando esta a denominar-se Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Comendador Ângelo Azevedo.
- Em 10 de Setembro de 2005 é oficialmente inaugurada a 3ª fase do troço da Via do Nordeste, que recebeu o nome de Avenida Comendador Ângelo Azevedo, uma homenagem do Município e da sua terra natal – Cesar.

6. EPÍLOGO... “UM MODO NOVO DE FAZER POLÍTICA”

39. A Excelência da individualidade e da personalidade do homem que é Ângelo Azevedo nos seus afazeres de político, empresário e pai, exterioriza-se, outrossim, no ciclo de amigos e no conjunto de pessoas unidas por diversos vínculos. Oriundo de uma família humilde, nunca esqueceu essa realidade granjeando amizades em todos extratos sociais e políticos. Pode-se, conseqüentemente, considerar um homem realizado nas diversas facetas da sua ação. Nunca esqueceu a sua origem nem nunca alardeou a posição no alto das suas funções.

40. Nas conversas e diálogos, pode-se aperceber subtis aspetos da sua vida anímica. Na esfera política/profissional, é reconhecido e grato a várias personalidades que contribuíram para a sua preparação e progressão ou que marcaram o seu intelecto ou cultura... na convivência com todos, o Comendador Ângelo Azevedo aplicou, na prática, aquilo que Thomas S. Eliot disse: “A cultura é simplesmente aquilo que faz com que a vida valha a pena ser vivida” e cada homem neste percurso esteja onde estiver neste momento é sempre um companheiro de viagem, um contemporâneo da história e tem sempre o mesmo fim e destino cósmico...

41. Ângelo Azevedo cultivou um modo ou olhar novo de fazer política. A sua inspiração no âmbito político baseou-se num método dialogante. Isto é, a capacidade de se abrir ou dialogar com tudo e com todos; da necessidade de integrar um todo, porque o todo é necessário para caminhar para o desenvolvimento coletivo. Certo de que nem sempre agiu assim... mas com certeza colocou a sua capacidade de comunicação, a sua simpatia e diplomacia ao serviço do mais alto compromisso coletivo do que no simples interesse político/partidário. A sua teoria política permitiu integrar um elemento tolerante nas derrotas e nos momentos de retirada de cena... optou por uma política horizontal e democrática e, por isso, longe de toda atividade política e empresarial continuou a merecer o respeito de todos quantos com ele conviveram e trabalharam.

42. Ângelo Azevedo fica na história de Cesar e de Oliveira de Azeméis. Foi e é assim... um homem à frente do seu tempo e um contemporâneo do nosso tempo...

Cesar, 28 de abril de 2019,

Carlos Manuel Costa Gomes,
(Professor Doutor)